

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO  
DE PROFESSORES**

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A PREVENÇÃO E O  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO  
FUNDAMENTAL I EM ASTORGA – PR: NARRATIVAS DOCENTES**

**BERIVALDA DE JESUS DO PRADO SACHI**

**MARINGÁ  
2022**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
MESTRADO EM EDUCAÇÃO  
LINHA DE PESQUISA: ENSINO, APRENDIZAGEM E FORMAÇÃO DE  
PROFESSORES**

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A PREVENÇÃO E O  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I  
EM ASTORGA – PR: NARRATIVAS DOCENTES**

Dissertação apresentada por BERIVALDA DE JESUS DO PRADO SACHI, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Linha de Pesquisa: Ensino, aprendizagem e formação de professores

Orientadora:  
Prof<sup>a</sup>. Dra.: ELIANE ROSE MAIO

MARINGÁ  
2022

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
(Biblioteca Central - UEM, Maringá - PR, Brasil)

S121e	<p>Sachi, Berivalda de Jesus do Prado</p> <p>Educação em sexualidade para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual no ensino fundamental I em Astorga - PR : narrativas docentes / Berivalda de Jesus do Prado Sachi. -- Maringá, PR, 2022. 145 f. : il. color., figs.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Eliane Rose Maio. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Departamento de Teoria e Prática da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2022.</p> <p>1. Educação em sexualidade. 2. Violência sexual infantil. 3. Formação docente. 4. Políticas públicas educacionais. I. Maio, Eliane Rose, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Departamento de Teoria e Prática da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. III. Título.</p> <p>CDD 23.ed. 372.372</p>
-------	---

BERIVALDA DE JESUS DO PRADO SACHI

**EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A PREVENÇÃO E O  
ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I  
EM ASTORGA – PR: NARRATIVAS DOCENTES**

**BANCA EXAMINADORA**

Prof<sup>a</sup>. Dra. Eliane Rose Maio (Orientadora) – UEM

Prof. Dr. Márcio de Oliveira – UFAM

Prof<sup>a</sup>. Dra. Sandra Aparecida Pires Franco – UEL

Maringá, 20 de maio de 2022.

Dedico esta dissertação à minha mãe, Neuza, e ao meu pai, Marcolino (*in memoriam*), em agradecimento ao incentivo que dela/e sempre recebi para que me dedicasse aos estudos, ainda que ela e ele tenham tido pouco acesso à educação formal.

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora (diva-mor), Professora Doutora Eliane Rose Maio, pelo acolhimento e por ser uma das pessoas responsáveis pelo meu processo de pesquisa. Você cativa e encanta! Obrigada pela partilha, por confiar em mim e me permitir realizar esse desejo de ser sua aluna no mestrado! A você gratidão, sempre!

À minha mãe, Neuza, e ao meu pai, Marcolino (*in memoriam*), por continuarem sendo meu esteio mesmo que em outro plano espiritual!

À minha amada filha, Polyana, por ser meu tudo! NEOQEAV!

Ao meu esposo, Reginaldo, pelo incentivo e pela paciência para comigo!

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM) e aos/às professores/as responsáveis pelo programa, pela minha formação *stricto sensu*.

Ao grupo de pesquisa Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX), agradeço pelas partilhas, pelos estudos, pelas discussões e reflexões! Obrigada por todas as contribuições e ensinamentos!

Ao Hugo, secretário do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE/UEM), por todo o atendimento ofertado.

À banca de qualificação e defesa – Professor Doutor Márcio de Oliveira, Professora Doutora Sandra Aparecida Pires Franco, Professora Doutora Roseli Gall do Amaral –, pelas contribuições que se fizeram essenciais para este estudo!

Ao professor e às professoras participantes dessa pesquisa!

À Neuza Maria Julião Fortunato, pelo incentivo de sempre!

À Camila Silva Rosa, atual diretora do Departamento de Educação do município de Astorga, pela compreensão!

À minha Coordenadora Pedagógica, Maria Ister Moreira dos Santos Lima, pelas contribuições!

Às minhas colegas de trabalho, por todo o carinho recebido.

Nunca foi sorte, sempre foi Deus!

Gratidão a todos e todas!

É na minha disponibilidade permanente à vida a que me entrego de corpo inteiro, pensar crítico, emoção, curiosidade, desejo, que vou aprendendo a ser eu mesmo em minha relação com o contrário de mim. E quanto mais me dou à experiência de lidar sem medo, sem preconceito, com as diferenças, tanto melhor me conheço e construo meu perfil (Paulo FREIRE, 2021, p. 131).

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado. **EDUCAÇÃO EM SEXUALIDADE PARA A PREVENÇÃO E O ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL NO ENSINO FUNDAMENTAL I EM ASTORGA – PR: NARRATIVAS DOCENTES**. 145 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientadora: Eliane Rose Maio. Maringá, 2022.

## RESUMO

Esta pesquisa está vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), em específico, à linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores/as. Apresenta, por objetivo geral, compreender a relação da formação inicial e continuada sobre educação em sexualidade de alguns/mas professores/as que atuam no Ensino Fundamental I com a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças, a fim de pensar os efeitos de essa educação ser ou não trabalhada em sala de aula nas escolas municipais de Astorga – PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá. O problema da pesquisa se deu a partir de estudos que apontaram a ausência de um olhar voltado para essa temática por parte das políticas públicas e dos/das seus/suas governantes. Portanto, questionamos: o que essa ausência pode causar na formação pedagógica da criança? Como consequência disso, a maioria dos/as professores/as não possuem formação, ou pouco possuem, relacionada a estudos sobre a educação em sexualidade como um dos meios de se evitar e combater a violência sexual infantil. Como aporte teórico, esta pesquisa se ampara nos Estudos Culturais e nos Estudos de Gênero, com ênfase na vertente pós-estruturalista. A pesquisa é descritiva com tratamento qualitativo, com a aplicação de Grupo Focal, por meio de Curso de Extensão, o qual foi composto de profissionais da educação, totalizando dez professores/as. Os resultados alcançados apontam para um déficit em relação ao ensino da educação em sexualidade na formação da maioria dos/as professores/as que participaram desta pesquisa. Diante das conclusões obtidas, foi possível perceber que os/as profissionais aqui mencionados/as apresentaram interesse em melhorar seu ensino/aprendizagem por meio de estudos sobre a educação em sexualidade.

**Palavras-chave:** Educação em Sexualidade; Formação Docente; Políticas Públicas Educacionais; Violência Sexual Infantil.

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado. **SEXUALITY EDUCATION FOR PREVENTION AND CONFRONTATION OF SEXUAL VIOLENCE IN ELEMENTARY SCHOOL IN ASTORGA – PR: TEACHERS' NARRATIVES**. 145 f. Dissertation (Master in Education) – State University of Maringá. Supervisor: Eliane Rose Maio. Maringá, 2022.

### **ABSTRACT**

This research is affiliated to the Postgraduate Program in Education at the State University of Maringá (PPE/UEM), specifically, to the research line Teaching, Learning and Teacher Education. Its general objective is to comprehend the connection between the initial and continued training on sexuality education of some teachers who work with the prevention and confrontation of sexual violence against children in Elementary School, in order to ponder about the effects of this education being or not developed in classroom in the municipal schools of Astorga – PR and its three districts: Içara, Santa Zélia and Tupinambá. The research problem was based on studies that pointed out the absence of a focus by public policies and their leaders. Therefore, we wonder what this absence can cause in the pedagogical development of the child? As a consequence, most teachers have little or no training related to studies on sexuality education as one of the means to prevent and fight against child sexual violence. This research is based on Cultural Studies and Gender Studies, emphasizing the post-structuralist strand. The research is descriptive, with qualitative approach, involving a Focus Group, through an Extension Course, which was formed by education professionals, totaling ten teachers. The results point to a deficit on teaching of sexuality education in the qualification of most of the teachers who attended this research. Given the conclusions, it was possible to notice that the professionals mentioned here showed interest in improving their teaching/learning through studies on sexuality education.

**Keywords:** Sexuality Education; Teacher Education; Educational Public Policies; Child Sexual Violence.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dissertações e teses encontradas com os termos “Violência Sexual Infantil” e “Escola” .....	36
Quadro 2 – Pseudônimo dos/as participantes da pesquisa.....	71
Quadro 3 – Perfil social dos/as participantes da pesquisa .....	72
Quadro 4 – Perfil religioso dos/as participantes .....	73
Quadro 5 – Perfil profissional dos/as participantes .....	73
Quadro 6 – Questões do primeiro encontro do Grupo Focal.....	77
Quadro 7 – Respostas da questão: “Como você define gênero, sexo e sexualidade?” .....	90
Quadro 8 – Questões do segundo encontro/sessão do Grupo Focal.....	92
Quadro 9 – Questões sobre o dia 18 de maio.....	98
Quadro 10 – Questões do terceiro encontro do Grupo Focal.....	99
Quadro 11 – Respostas das questões 1 e 2 do terceiro encontro.....	99
Quadro 12 – Questões do quarto encontro do Grupo Focal.....	105
Quadro 13 – Glossário utilizado no quinto encontro.....	110
Quadro 14 – Questões direcionadas ao <i>feedback</i> do curso.....	113
Quadro 15 – Pontos positivos e negativos do curso .....	115

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Capa do livro “Pipo e Fifi” .....	111
Figura 2 – Capa e trilha do jogo “Trilha da Proteção” .....	111
Figura 3 – Cartinhas com repostas .....	112
Figura 4 – Recorte das carinhas e do dado.....	112

## LISTA DE SIGLAS

BNCC	Base Nacional Comum Curricular
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
COPEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DEX	Diretoria de Extensão
DI	Deficiência Intelectual
DME	Departamento Municipal de Educação
EaD	Educação a Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ESCCA	Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes
FAAST	Faculdade de Astorga
FCT	Faculdade de Ciências e Tecnologias
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NUDISEX	Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual
OMS	Organização Mundial da Saúde
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PME	Plano Municipal de Educação
PNE	Plano Nacional de Educação
PPE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PR	Paraná
PSS	Processo Seletivo Simplificado

TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
UEM	Universidade Estadual de Maringá
UNESP	Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Presidente Prudente

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	17
1.1 Revisão bibliográfica contemporânea sobre os estudos de gênero, sexualidade e violência sexual infantil .....	34
1.1.1 <i>Informações resultantes da pesquisa realizada</i> .....	34
<b>2 DEFINIÇÕES SOBRE CRIANÇA, VIOLÊNCIA SEXUAL, ABUSO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL</b> .....	42
2.1 Definições sobre criança: uma perspectiva histórica.....	43
2.2 Definições de violência sexual .....	47
2.3 Definições de abuso sexual.....	48
2.4 Definições de exploração sexual .....	51
<b>3 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E POSSÍVEIS DEBATES NO ESPAÇO ESCOLAR</b> .....	52
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA</b> ..	66
4.1 Sujeitos e instrumentos utilizados na pesquisa .....	66
4.2 Grupo Focal: estratégias e metodologias utilizadas nos encontros.....	66
4.3 Como aconteceram os cinco encontros? .....	71
4.4 Descrição pedagógica dos encontros.....	74
4.4.1 <i>O primeiro encontro</i> .....	74
4.4.2 <i>O segundo encontro</i> .....	92
4.4.3 <i>O terceiro encontro</i> .....	98
4.4.4 <i>O quarto encontro</i> .....	104
4.4.5 <i>O quinto e último encontro</i> .....	109
4.4.5.1 Glossário e Questionário de <i>Feedback</i> .....	109
4.4.5.2 Apontamentos sobre os Relatos dos/as Participantes da Pesquisa.....	117
<b>5 CONSIDERAÇÕES ALCANÇADAS</b> .....	118
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	122

<b>APÊNDICES .....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>134</b>
<b>APÊNDICE B – Grupo Focal: Roteiro de questões estruturadas e semiestruturadas utilizadas no desenvolvimento do debate.....</b>	<b>136</b>
<b>APÊNDICE C – Questionário referente ao perfil dos/as participantes.....</b>	<b>138</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXO A – Carta de aceite do COPEP.....</b>	<b>139</b>
<b>ANEXO B – Instruções do jogo “Trilha da Proteção” .....</b>	<b>144</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Para compreender o que me motivou a pesquisar sobre essa temática, farei uma breve explanação da minha trajetória de vida acadêmica, profissional e pessoal. No ano de 2004, ingressei no curso de Normal Superior, na Faculdade Palas Atena (FPA), Astorga – PR, com duração de três anos, e formei-me em 2006. Em 2007, fiz especialização em Educação Especial na FPA, concluindo em 2008. Nesse mesmo ano, fiz o curso de Pedagogia na Faculdade Astorga (FAAST), também em Astorga – PR, este realizei em apenas um ano, pois eliminei diversas disciplinas já realizadas no curso de Normal Superior. Em 2011, iniciei a especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional, a qual concluí em 2012, na FAAST.

Em 2005, iniciei minha vida profissional na área da educação; embora ainda estivesse no segundo ano da faculdade, já ministrava aulas na rede privada de Educação Infantil, na cidade de Astorga. Em 2009, atuei como tutora presencial no curso de Pedagogia – Educação a Distância (EaD), no polo da Universidade Estadual de Maringá (UEM) em Astorga – PR. No ano de 2010, assumi a vaga de professora regente por meio de concurso na rede pública de educação do município de Sabáudia – PR.

No ano de 2011, atuei na rede estadual de ensino; no período matutino, lecionava na Sala de Recursos Multifuncionais tipo 1<sup>1</sup> para os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano) e, no período noturno, por meio do Processo Seletivo Simplificado (PSS), para o Ensino Médio, na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), como professora de História, Filosofia e Sociologia.

Já em 2012, assumi como professora regente do Ensino Fundamental I na rede municipal de educação pública da cidade de Astorga, quando, novamente, trabalhei em Sala de Recurso Multifuncional tipo 1. Em 2015, pedi exoneração da educação do município de Sabáudia e ingressei no segundo concurso/padrão no

---

<sup>1</sup> Existem dois tipos de salas multifuncionais: “A tipo 1 tem uma estrutura básica capaz de atender a qualquer deficiência e a sala do tipo 2 é mais voltada para os alunos cegos” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018, n. p.). Ver em: PRORROGADO o prazo de indicação para as salas multifuncionais. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/recursos-multifuncionais#:~:text=Sinara%20informa%20que%20h%C3%A1%20dois,os%20alunos%20cegos%E2%80%9D%2C%20diz.&text=J%C3%A1%20os%20alunos%20com%20altas,um%20talento%20acima%20da%20m%C3%A9dia%E2%80%9D>>. Acesso em: 20 set. 2021.

Ensino Fundamental I, trabalho em que permaneço até os dias atuais. No momento, estou como gestora na Escola Municipal João Freire de Carvalho – Ensino Fundamental, em Içara, um dos três distritos de Astorga – PR.

Desde uma idade muito tenra, não conseguia entender as violências que permeavam o universo infantil. Quando eu ficava sabendo que alguma criança havia sofrido qualquer tipo de violência, mesmo sendo, ainda, muito pequenina, sentia tristeza em meu coração, não conseguia assimilar as “coisas” que ouvia.

O tempo passava e aquela agonia aumentava. Vivíamos tempos difíceis, início dos anos 1980. Quantos acontecimentos ocorriam à minha volta; já tinha quase 10 anos nessa época. Poucos anos depois, tornei-me “moça”! Ah, e agora? Não podia mais brincar sem camiseta, era proibido. E como eu queria continuar a ser “criança”, ainda que vivesse dias de escassez de tudo, principalmente de informações e de conhecimentos.

Lembro-me do dia, eu tinha uns 9 ou 10 anos, em que minha mãe me chamou para falar de “assuntos de adultos”, e ela, com todo o cuidado, mas com pouca ou nenhuma informação sobre o assunto “menstruação”, me falou: “Um dia vai sair sangue de você, e isso fará com que deixe de ser criança, vai crescer e vai sair sangue de você!”; assustada, questionei: “Como assim, sair sangue de mim? Eu ficarei doente?”. E a resposta foi: “Não, você não ficará doente, mas, nesse momento, o que te falei já é o suficiente. O sangue sairá por onde você faz xixi”.

O assunto acabou ali! E eu? Eu só queria saber de brincar de bola queimada, esconde-esconde, vôlei, passa-anel, casinha, “burquinha” etc. Algum tempo depois, eis que me tornei “adulta”. Que triste para mim, eu não queria, não sabia nada sobre o assunto, mas a natureza implacável não “respeitou” o meu desejo, e “lá fomos nós” para as tantas experiências que ainda teria ao longo desta jornada chamada vida.

Quem não aprende em casa ou na escola aprende nos demais espaços existentes ao redor. Naquela época não tínhamos internet, e a TV não mostrava esse tipo de informação. Lembro-me de um burburinho aqui, outro ali; com algumas amigas, fui aprendendo e entendendo as mudanças inevitáveis em nossos corpos. E foi assim!

Cresci, namorei e casei-me aos 22 anos! Realizei o sonho do meu pai: “entrar” na igreja com a filha vestida de noiva. Às vezes penso que tudo seria tão diferente se eu tivesse tido “educação em sexualidade” na escola. Enfim, vida que segue.

Depois de casada e já sendo mãe de Polyana, o amor da minha vida, comecei a cursar a faculdade, e foi lá que pude permitir despontar a vontade que eu tinha desde criança de entender por que muitas crianças sofrem violência. Nessa época eu pensava que era “coisa do capeta”! Quanta falta de conhecimento científico.

Com a participação do marido, que ficava em casa, no período noturno, cuidando da nossa filha, consegui conciliar trabalho e estudo. Embora não tivesse tido nenhuma disciplina sobre educação em sexualidade, eu quis que meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Normal Superior fosse sobre o tema sexualidade. Ouvi várias pessoas me dizendo: “Berivalda, esse tema é muito polêmico, não tem literatura suficiente”. Mas, e daí? Eu quis, fui lá e fiz! O título desse trabalho foi “Orientação Sexual na Educação Infantil”, o objetivo dessa pesquisa consistiu em problematizar questões relacionadas à orientação sexual em crianças da Educação Infantil, levando em consideração que essa educação deve perpassar pelo biológico, complementando essa formação com questões que compõem o meio social e a cultura em que a criança está inserida, levando-a a se desenvolver desde bem pequena de modo pleno (Berivalda SACHI, 2006).

Na segunda graduação, a de Pedagogia, escrevi outro TCC com a mesma temática, “Orientação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais”, esse trabalho teve o objetivo de tratar sobre questões relacionadas à maneira de se transmitir tal educação por meio do diálogo e de estratégias pedagógicas sistematizadas que nos levem a refletir sobre a influência das mídias e como utilizá-las para contribuir com esse aprendizado, problematizamos, também, o papel da família e da escola para essa formação (Berivalda SACHI, 2008).

Na pós-graduação em Educação Especial, como parte das avaliações, escrevi outro TCC, dessa vez, tratando da sexualidade das pessoas com Deficiência Intelectual (DI), e o título desse estudo foi “Orientação Sexual para

Crianças com Deficiência Mental na Fase da Educação Infantil e Ensino Fundamental – Séries Iniciais”, essa pesquisa teve como objetivo problematizar a necessidade de desenvolver maneiras pedagógicas de ensinar o/a aluno/a com deficiência mental sobre a sua sexualidade e as implicações dela, entendendo que pessoas com deficiências aprendem tanto quanto as que não têm deficiências, e que a sexualidade está presente em suas vidas; portanto, necessita ser discutida, também, no ambiente escolar (Berivalda SACHI, 2009).

Sempre procurava algo que falasse sobre o assunto, fiquei um tempo sem estudar (oficialmente) até que, em 2016, participei, pela primeira vez, do processo de seleção para o mestrado da UEM, não entrei, mas fiz disciplina como aluna não regular. No ano de 2017, outra tentativa frustrada. Em 2018, não foi diferente, não entrei, porém não desisti, continuei como aluna não regular. Esse tempo foi uma preparação para mim, eu precisava disso! Ah, e como precisava! Tudo acontece no tempo certo! No processo seletivo de 2019, ENTREI! Não consigo mensurar em palavras a alegria que senti. Passei a ser aluna regular do mestrado da UEM, turma 2020/2021. E cá estou! Parafraseando minha orientadora, a Professora Doutora Eliane Maio, a palavra para mim é RESILIÊNCIA! E, como não podia ser diferente, nessa nova fase de formação, continuei pesquisando a mesma temática.

Mesmo nos dias atuais, falar sobre sexualidade causa, ainda, certo desconforto. Vemos que esse assunto é considerado por algumas pessoas algo “proibido”, ou seja, um “tabu”, sobretudo se for para falar com crianças. Algumas pessoas, possivelmente, foram criadas em famílias “tradicionais”, em que tratar de questões relacionadas à educação em sexualidade era evitado a todo custo. Por isso, temos uma sociedade composta de várias pessoas adultas que não (ou pouco) receberam formação sobre educação em sexualidade de forma sistematizada, formal e científica. Dentre esses sujeitos, temos alguns/mas educadores/as que possuem o mesmo comportamento retrógrado.

Por entendermos que a escola é um dos ambientes institucionalizados onde a criança receberá instruções e formação para o longo da vida, destacamos a relevância de se ensinar sobre a educação em sexualidade nesse espaço.

Autores/as como Eliane Maio<sup>2</sup> (2011a, 2011b), Guacira Louro (1997), Jimena Furlani (2011), Márcio de Oliveira (2017), dentre outros/as, desenvolveram estudos relacionados a essa proposta de educação na escola como parte da formação acadêmica das crianças.

De acordo com os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019), foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil em 2018, maior índice desde que o estudo começou a ser feito em 2007. A maioria das vítimas (53,8%) eram meninas de até 13 anos. O fato de esses dados revelarem que a maioria das crianças abusadas tinham até 13 anos, estando, portanto, em idade escolar – da Educação Infantil ao Ensino Fundamental I e II – reforça a necessidade de se desenvolverem estratégias para o trabalho da educação em sexualidade em sala de aula, com crianças, como uma das maneiras de prevenir e enfrentar a violência sexual. Diante do exposto, reforçamos a utilidade de se buscar metodologias com as quais possamos ensinar e aprender sobre essa temática. Pensando desse modo, o ensino deve perpassar pelas questões puramente biológicas, isto é, deve acontecer de forma a possibilitar à pessoa ser mais crítica e conhecedora de seus direitos e deveres enquanto cidadã.

Esta é uma pesquisa em nível de mestrado (2020-2021) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Estadual de Maringá (PPE/UEM), inserida na linha de pesquisa Ensino, Aprendizagem e Formação de Professores/as e atada ao Núcleo de Estudos e Pesquisas em Diversidade Sexual (NUDISEX/CNPq). Esse grupo faz parte da produção desta dissertação de mestrado. A partir do momento em que ingressei no grupo, pude constatar o quanto se estuda/pesquisa sobre questões pertinentes a gênero e diversidade sexual. O grupo está sob a coordenação da Professora Doutora Eliane Maio e tem como objetivos promover simpósios, palestras, cursos de extensão e diversas ações envolvendo estudos da área da sexualidade, “fornecendo subsídios teóricos e práticos sobre assuntos relacionados à sexualidade em geral, priorizando a temática de gênero e diversidade sexual e suas repercussões no

---

<sup>2</sup> No texto desta dissertação, para dar visibilidade ao gênero dos/as autores/as referenciados/as, optamos por transcrever seus nomes completos pelo menos na primeira vez em que estão citados/as. Estratégias semelhantes têm sido adotadas por pesquisadores/as na área dos Estudos de Gênero, tais como bell hooks, Eliane Rose Maio, João Paulo Baliscai, Lua Lamberti de Abreu, Márcio de Oliveira, Megg Rayara Gomes de Oliveira e Reginaldo Peixoto, dentre outros/as autores/as.

espaço educativo” (NUDISEX/CNPq, 2022, n. p.). Vários/as alunos/as se tornaram mestres/as e doutores/as com a contribuição do que aprenderam e ensinaram nos diversos eventos e por meio dos próprios encontros mensais que o NUDISEX desenvolve. Dentre esses/as alunos/as, temos os seguintes trabalhos:

- dissertação de Reginaldo Peixoto, com o título “*Bullying* e homofobia na escola: implicações pedagógicas na percepção de alunos/as e professores/as do Ensino Médio”. O objetivo dessa dissertação foi discutir sobre gêneros, identidades e orientações sexuais, bem como formação de professores/as, a fim de “alcançar o entendimento de como as práticas pedagógicas podem ser influenciadas pela formação, pelo preconceito e pela discriminação dos/as alunos/as ‘diferentes’, mas iguais por força do discurso legal” (Reginaldo PEIXOTO, 2013, p. 8);
- dissertação de Márcio de Oliveira, com o título “Gênero na literatura infantil: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos”. Essa dissertação teve por objetivo geral analisar as “vozes de professoras e coordenadoras de 10 (dez) instituições educativas do município de Maringá/Paraná” (Márcio de OLIVEIRA, 2013, p. 5). Foram analisados, como objeto de estudo, “estereótipos – relacionados ao Gênero e às Sexualidades – encontrados em alguns livros, bem como [se buscou] saber como são realizadas as práticas de trabalho pedagógico, por meio da voz de professoras e coordenadoras” (OLIVEIRA, Márcio, 2013, p. 5);
- dissertação de Lucimar Leite, com o título “Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência: discurso, consolidação, resistência e ambivalência”. O objetivo dessa dissertação foi “analisar as representações expostas pelas docentes de um Centro Municipal de Educação Infantil, referentes às temáticas de gênero e de sexualidade no cotidiano de alunas e de alunos, em suas brincadeiras livres e espontâneas” (Lucimar LEITE, 2015, p. 9);
- dissertação de Cleber Popov, com o título “Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em equipes multidisciplinares de escolas estaduais de Maringá-PR”. Essa dissertação teve como objetivo geral fazer a análise dos “Memoriais Descritivos das Equipes Multidisciplinares dos Colégios Estaduais da Cidade de Maringá/PR que desenvolveram atividades na área de

gênero, sexualidade e diversidade sexual, nos anos de 2012 e 2013” (Cleber POPOV, 2017, p. 9);

- tese de Márcio de Oliveira, com o título “Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do estado do Paraná como documentos de (não) promoção da discussão”. O objetivo geral da tese foi “analisar as políticas públicas que permitem [ou não] o debate sobre violência sexual contra crianças e adolescentes nas instituições escolares” (Márcio de OLIVEIRA, 2017, p. 121); buscou-se, também, “apresentar uma proposta de texto para os documentos oficiais da Educação dos municípios do Estado do Paraná” (OLIVEIRA, Márcio, 2017, p. 121);
- dissertação de Cleberson Diego Gonçalves (Maddox), com o título “A/R/Tografias urgentes na arte e educação forjando territórios dissidentes”. Essa pesquisa consistiu em “re/pensar a arte urgente que emerge a partir das discussões do abjeto, do *cuir* e da sociedade contrassexual” (Cleberson GONÇALVES, 2018, p. 9);
- tese de Rodrigo Pedro Casteleira, com o título “(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências”. Essa tese teve por objetivo analisar narrativas de quatro travestis que passaram pelo sistema prisional, “com tempos diferentes de permanência, a fim de trazer discussões sobre os modos de resistências efetuados por cada uma delas” (Rodrigo CASTELEIRA, 2018, p. 6);
- dissertação de Lua Lamberti de Abreu, com o título “Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos”. A dissertação teve como objetivo geral “questionar o apagamento das artes transformistas e a ausência de corpos LGBTI nas produções de saberes nas instâncias hegemônicas” (Lua ABREU, 2019, p. 10); assim, “[...] sabendo que corpos *queer* não são bem-vindos aos espaços formais e buscam e/ou forjam espaços próprios, tensionam-se as relações educacionais não formais pelo viés da arte *Drag Queen*” (ABREU, 2019, p. 10);
- tese de Ronaldo Nezo, com o título “A educação para o cuidado de si como estratégia de resistência ao dispositivo de beleza”. Essa pesquisa teve como objetivo geral “propor a educação para o cuidado de si como estratégia de resistência ao dispositivo de beleza” (Ronaldo NEZO, 2019, p. 5);

- tese de Lucimar Leite, com o título “Marcas da religião na educação: gênero, sexualidade e formação docente”. O objetivo desse estudo foi realizar a investigação das “compreensões de 18 acadêmicas e 01 acadêmico, do 2º ano do Curso de Licenciatura em Pedagogia de uma universidade pública localizada em Campo Mourão, PR, sobre as seguintes temáticas: gênero, sexualidade e religião” (Lucimar LEITE, 2020, p. 8);
- tese de Carma Martini, com o título “Questões de gênero e diversidade sexual: reflexões sobre a formação de docentes indígenas na Universidade Federal de Rondônia”. Essa tese teve por objetivo geral analisar as concepções e crenças de professores/as indígenas em formação sobre questões de gênero e diversidade sexual, visando obter subsídios que contribuam para (re)pensar a formação de docentes indígenas no âmbito da Universidade Federal de Rondônia (Carma MARTINI, 2021).

O que nos levou a citar esses trabalhos nesta dissertação foi o fato de nossos estudos se entrelaçarem nas questões de gênero e sexualidade, isso justifica essas contribuições, pois a relevância de tais temas estudados/pesquisados faz parte desse grupo que discute sobre a violência em todas as suas especificidades. Diante disso, esses estudos aqui apresentados buscam respostas e possíveis soluções para os problemas pesquisados; delineando, dessa maneira, estratégias de atuações no contexto social em que vivemos, o Grupo de Estudos NUDISEX nos permite esse aprendizado emancipatório.

Esta pesquisa teve por objetivo geral compreender a formação inicial e continuada sobre educação em sexualidade de alguns/mas professores/as que atuam no Ensino Fundamental I com relação à prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças, a fim de pensar os efeitos de essa educação ser ou não trabalhada em sala de aula nas escolas municipais de Astorga – PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá. Escolhi desenvolver esta pesquisa em Astorga e seus distritos por haver carência de pesquisas nessa área na região e, ainda, pelo fato de morar e lecionar em tal localidade. Vivenciando experiências sobre ensino e aprendizagem, percebi a necessidade de desenvolver esse estudo com educadores/as que também lecionassem nesse município. Não foi possível ampliá-lo para participantes de outras esferas, pelo

fato de, naquele momento, estarmos inseridos/as no contexto da pandemia da covid-19. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS, [2021?]) como uma pandemia, sendo, então, limitada a quantidade de participantes; além disso, o nosso foco é que essa educação possa ser desenvolvida, especificamente, na instituição escolar.

O aporte teórico desta pesquisa se deu a partir dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, com ênfase na vertente pós-estruturalista, que entende o sujeito sempre em movimento, ou seja, passando de uma identidade monolítica para uma identidade que considera o indivíduo como uma construção social, como afirma Cesar Peixoto (2008). O aporte teórico dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, na vertente pós-estruturalista, é utilizado no campo da educação, busca perpassar pelas verdades imutáveis e vislumbra problematizar o objeto de investigação, de modo a proporcionar novos caminhos para debates, criando alternativas para se (re)pensar verdades absolutas ou, conforme apregoam Dinah Beck e Bianca Guizzo (2013, p. 173),

abrir espaço para indeterminações e incertezas como modo alternativo de se pensar e de se problematizar o objeto de investigação. [Essa] vertente teórica busca um modo alternativo de pensar e problematizar o objeto de investigação [...] principalmente pelo fato de trazerem incertezas, indagações, questionamentos, dúvidas e reflexões que nos possibilitam [...] estar aprendendo constantemente.

Ou seja, essa teoria nos convida a pensar e entender que “as coisas” devem perpassar pelo imutável e avançar para o campo do flexível e das possibilidades de mudanças, em especial, no campo da educação.

Sobre os Estudos Culturais, as autoras ressaltam que “[...] pesquisas abordando a relação entre cultura e sociedade, numa perspectiva pós-estruturalista, passaram a ser predominantes dentro da vertente teórica dos Estudos Culturais, recebendo [...] atenção [...] dos Estudos de Gênero” (BECK; GUIZZO, 2013, p. 174). Nesse processo de pós-estruturalismo, temos, além dos Estudos Culturais, os Estudos de Gênero, que analisam corpos e identidades; desse modo, são levados em consideração os argumentos de Dagmar Meyer (2013) de que nada é “natural”.

Nessa perspectiva, “os Estudos de Gênero têm produzido e contribuído com as pesquisas educacionais tencionando e problematizando essa noção”

(BECK; GUIZZO, 2013, p. 178). Com isso, tal problematização colabora no sentido de que esses estudos “nos desestabilizam e nos fazem desconfiar de certezas postas em circulação e vigor em torno do corpo e das identidades de gênero no espectro social” (BECK; GUIZZO, 2013, p. 178). Ou seja, eles nos levam a questionar certezas impostas e a procurar por novas respostas para velhas indagações.

Realizamos um Grupo Focal com o número de dez profissionais da área da educação, essas pessoas foram convidadas por meio de um ofício enviado às diretoras solicitando a autorização para que um/a profissional de cada instituição participasse da pesquisa. Ao recebê-lo, a diretora fez o convite geral para seus/as docentes, que, manifestando desejo, foram selecionados/as e, no caso de mais de uma pessoa da mesma instituição se interessar, era feito sorteio. O objetivo do curso foi o de compreender o desenvolvimento do tema: educação e violência sexual em sala de aula no Ensino Fundamental I. Os/As participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice A) e somente puderam participar do grupo por meio do aceite deste. A coleta de dados foi feita mediante anotações, questionários e gravações de voz, as quais, posteriormente, foram transcritas e analisadas.

Essa temática carece ser analisada minuciosamente, uma vez que a realidade das políticas públicas, na concepção de Márcio de Oliveira (2017, p. 26), “é um campo de lutas, campo esse que propaga ideias favoráveis e contrárias, de maneira a viabilizar práticas que buscam, de alguma forma, atender às mais variadas relações sociais e culturais”. Nesse sentido, seus aspectos atuais estão nada propícios à criança constituída como sujeito de direitos, segundo a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990 (Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019), na sua formação quanto à educação em sexualidade. É necessário que pais/mães, responsáveis e professores/as abordem questões relacionadas à educação em sexualidade com crianças, a partir da ciência, dos aspectos sociais, sem tabus, sem mentiras, desde pequenas, pois a sexualidade é assunto que interessa não apenas à família, mas também às demais pessoas que interagem com essa faixa etária (6-10 anos).

Ainda sobre as questões relacionadas às políticas públicas, é possível, em documentos oficiais que direcionam o trabalho metodológico do/a professor/a, localizar situações em que se fala de sexualidade, no entanto, nas palavras de Thais Gava e Wilza Villela (2016, p. 163),

apesar dos documentos oficiais apresentarem os temas e as possibilidades metodológicas de trabalho, é na relação professora-estudante que é possível decidir o que apresentar, o que deve ser discutido e, principalmente, como essas informações devem chegar até os/as estudantes.

A despeito disso, essa educação, no ambiente escolar, deve abranger, por meio do/a professor/a, tanto o que trata do corpo humano (biológico), o sistema reprodutor em específico, os órgãos sexuais e o desenvolvimento do corpo do menino e da menina, quanto as questões históricas, culturais e políticas em relação a esse tema. Na perspectiva de Dayana Santos (2009, p. 60), “deve-se ampliar e sistematizar essa discussão para o entendimento da sexualidade como um processo histórico”.

Devemos analisar e respeitar o comportamento da criança no seu dia a dia no que diz respeito à sexualidade, ao tipo de vestuário, acessórios, brinquedos, vocabulários, atitudes e outras características que ela prefere integrar à sua personalidade, as quais, desde o início da infância, podem fazer parte da sexualidade de cada ser humano. Para Antonio Egypto (2003, p. 13), “a sexualidade está presente na vida de todos nós, desde que nascemos, [e até antes], até morrermos, e a educação em sexualidade acontece constantemente de uma forma ou de outra”.

Esse escopo visa expor as possibilidades de se transmitir tal educação, possibilitando o conhecimento e o entendimento das crianças. Quanto à sexualidade, existem suas próprias diferenças, e nestas deverão surgir conflitos, o que é essencial na construção de novas ideias, o que, por sua vez, garante um novo ponto de vista, podendo caracterizar a forma de ser da criança no mundo, sob sua autonomia, não centrada somente em si, mas voltada ao meio social em que vive. “Todo saber é uma construção histórica e social, com discursos normativos que deveriam fazer parte dos saberes ensinados às crianças” (Jimena FURLANI, 2007, p. 12).

Há uma imprescindibilidade de enxergarmos a sexualidade como essencial à formação humana, de a pensarmos como aspecto biológico, mas também histórico e cultural. Ao adquirirmos uma visão mais ampla das questões sociais e políticas relacionadas à educação em sexualidade, deixamos de lado o olhar deturpado e preconceituoso em determinados acontecimentos específicos.

Mesmo diante de muitos impasses, pais/mães, responsáveis, professores/as e comunidade em geral, comumente, optam pelo silêncio, pois entendem que é mais fácil fazer de conta que a curiosidade, a dúvida e a sexualidade em crianças não existem do que buscar respostas para as indagações que elas, mais cedo ou mais tarde, farão. Contudo, nem a família, nem tampouco a escola deve “fingir” que a sexualidade infantil não existe. Para Louro (1997, p. 81), “a sexualidade está presente na escola, porque faz parte do sujeito e não é possível ‘despir-se’ dela”.

O que se deve levar em consideração é que os questionamentos das crianças vão surgir independentemente de a sociedade considerar a sexualidade como algo recôndito em relação ao conhecimento delas. Tendo essa temática em evidência, destaca-se, então, a necessidade de explorar o assunto de forma mais ampla, de modo a suprir as dúvidas que surgem nas crianças com relação à sua sexualidade. Sobre isso, Louro (1997, p. 131) observa que “as questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola”, e percebemos que a sexualidade se faz presente nas falas dos/as professores/as, nas atitudes de alunos/as e adultos/as, nas brincadeiras e no silenciamento.

Não há como descontinuar o que já existe, de forma implícita ou explícita, dentro da instituição escolar, o que podemos fazer é sistematizar esse conhecimento por meio da formação inicial e continuada dos/as educadores/as, possibilitando, com essa formação, mais entendimento das questões que estão relacionadas com a educação/formação em sexualidade da pessoa. Jimena Furlani (2003) observa que, mesmo na atualidade, professoras e professores ainda utilizam métodos arcaicos e ultrapassados para se trabalhar a educação em sexualidade na sala de aula, pois ainda estão em uso metodologias tradicionais e discussões normatizadas.

A impressão que se tem é a de que, principalmente, alguns/mas pais/mães ou responsáveis, em suas formações enquanto ser humano, têm impregnado que,

ao se falar sobre sexo com os/as filhos/as, estes/as deixarão de possuir/conservar a “pureza natural” e perderão a “beleza” da infância. Para enfrentarmos esses conflitos, como pais/mães, responsáveis, educadores/as e sociedade em geral, temos que buscar mais conhecimentos sobre o assunto para alcançar uma possível compreensão e o desenvolvimento de ações em relação a essas questões.

Salientamos que a sexualidade da criança não fica em casa enquanto ela vai para a escola. A sexualidade é intrínseca ao ser humano, ou seja, caminha junto dele, é inseparável, não se pode deixá-la e depois resgatá-la em outro momento (Berivalda SACHI; Eliane MAIO, 2020). Ressaltamos que uma pessoa com suas dúvidas sanadas poderá ser um/a adulto/a bem desenvolvido/a nas áreas de desenvolvimento e formação humana.

Por vezes, as pessoas adultas reagem com certa indignação diante da violência sexual contra crianças, o que pode provocar constrangimento, preocupação, espanto, além de uma sensação de impotência. Tais atitudes são decorrentes da realidade de uma sociedade em que muitas das ações em relação às políticas públicas consideram que a educação em sexualidade deve ser trabalhada com foco (somente) no determinismo biológico, considerando desnecessárias, na formação das crianças no ambiente escolar, questões que ultrapassem o biologismo e adentrem no território das demandas representativas, por meio de um processo pedagógico inclusivo, no qual aconteça uma educação em sexualidade reflexiva, com interesse em debater as desigualdades sexuais, dentre outras (Jimena FURLANI, 2013), trazendo o/a aluno/a para um campo de experiências que lhe permita aprender para além das representações hegemônicas que hierarquizam as diferenças entre os seres humanos. Por vezes, essa educação é, também, renegada no ambiente familiar, ou seja, há uma impossibilidade inicial em considerá-la para a prevenção da violência sexual nos/as pequenos/as. Para Louro (1997, p. 81), “a presença da sexualidade não depende de discursos, ela faz parte da pessoa”.

É indubitável explicar que esse problema em relação à violência sexual contra crianças sempre permeou a história da humanidade, porém, de forma diferente do que acontece atualmente, podemos dizer que, alguns séculos antes, era de maneira velada, isolada, ou seja, como a criança não era ou era pouco

vista, ou ainda era considerada um/a adulto/a em miniatura, essas pautas não eram vislumbradas como um assunto que deveria ser visto ou tratado com importância. Segundo Manuel Pinto (1997, p. 35, grifo do autor), “na Idade Média, as crianças são representadas como adultos em miniatura (*homunculus*): trabalham, comem, divertem-se e dormem no meio dos adultos”.

Faz-se necessário colocarmos em pauta aqui que vivemos em uma sociedade fundamentada em grupos de conservadores/as, ou seja, pessoas que se dizem integrantes das religiões evangélicas, católicas, dentre outras que se enquadram na matriz cristã; conseqüentemente, as discussões sobre gênero e sexualidade são silenciadas em espaços públicos, em documentos oficiais etc. Esses/as integrantes da sociedade patriarcal e LGBTQIA+fóbica<sup>3</sup> se escondem por trás da tal “ideologia de gênero<sup>4</sup>” para deturpar os Estudos de Gênero, colocando esses como ameaçadores e maléficos, ou seja, como destruidores da moral e dos bons costumes da família “tradicional” (Ricardo BORGES, 2015).

Para Lev Vygotsky (1984), o indivíduo só se faz humano a partir das relações e das interações sociais e só se constrói historicamente em seu contexto social. A criança em idade escolar desenvolve uma parte das suas relações sociais no ambiente da escola, daí a possibilidade de serem trabalhadas, na sala de aula, as questões relacionadas à educação em sexualidade para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra ela.

A construção e a desconstrução de paradigmas estão intrinsecamente relacionadas ao ambiente social e às relações sociais que o indivíduo desenvolve. Diante disso, Cintia Teixeira e Maria Magnabosco (2010, p. 41) retratam que “não é apenas a genitália que nos dá a noção de sermos homens ou mulheres, mas também a aprendizagem do que é ser homem ou mulher em determinado ambiente, com regras, símbolos e valores”, é por meio das representações sociais que o sujeito se constrói como um ser social.

---

<sup>3</sup> “A LGBTfobia trata-se do ódio ou a rejeição às pessoas que pertencem a essa comunidade. A LGBTfobia foi criminalizada em 19 de junho de 2019, através de uma decisão do STF que determinou que a discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero seria um crime” (BRASIL JURÍDICO, 2020, n. p.). Disponível em: <<https://blog.brasiljuridico.com.br/o-que-e-lgbtifobia/>>. Acesso em: 22 maio 2022.

<sup>4</sup> Segundo Jean Rossi (2020), esse termo é usado pelo movimento que se opõe ao tratamento das questões de diversidade sexual e de gênero em sala de aula, visto que suas/seus defensoras/es discutem veementemente que esse conteúdo se configura como uma ação prejudicial aos padrões conservadores e heteronormativos.

É por meio dessas relações sociais que a criança aprende e pode colocar em prática o que lhe foi ensinado, incluindo questões relacionadas ao seu corpo para além do biológico, um ensino que ultrapasse o binarismo<sup>5</sup> de gênero e valorize, segundo Cesar Peixoto (2008), o fato de que o ser humano é uma construção histórica que, de acordo com os estudos pós-estruturalistas, está sempre em constante movimento. Corroborando esse pensamento, Eliane Maio (2011a, p. 31) nos explica que, na “[...] tradição cultural na qual vivemos, nosso corpo sofreu e ainda sofre uma série de repressões por meio de preconceitos, normas sociais, interditos, entre outras formas de cerceamento [...]”, percebemos, desse modo, o quanto nossos corpos sofrem com essa postura rígida em relação à sexualidade.

Ao entendermos que o nosso corpo não é somente biológico, mas que perpassa pela biologia e alcança patamares culturais, estamos oportunizando aos/às nossos/as aprendizes a possibilidade de se desenvolverem sexualmente como pessoas completas. A formação da sexualidade na criança corresponde ao preenchimento de lacunas nas informações que esta já possui e, sobretudo, cria a possibilidade de formar opinião a respeito do que lhe é apresentado e, a partir de então, desenvolver atitudes relacionadas com os valores que adotou para si.

A sociedade passa por uma época de transição; por isso, com atitudes eficientes em relação à sexualidade, como a educação em sexualidade em sala de aula, é possível trabalharmos essas questões. No entanto, mesmo tendo a visão de que os estudos relacionados à sexualidade vêm ganhando espaços, salientamos que o silenciamento é um dos marcadores do aumento de casos de violência sexual contra crianças. Nas palavras de Eliane Maio e Márcio de Oliveira (2017, p. 251),

o silenciamento é, ainda, um dos agravantes relacionados à violência sexual contra crianças e adolescentes e que as instituições escolares podem contribuir para o enfrentamento a essa prática que ainda faz milhares de vítimas todos os anos no Brasil.

As dúvidas e os anseios também podem aumentar a violência sexual à proporção que se evita tratar desse tema com maior frequência. Geralmente,

---

<sup>5</sup> O binarismo de gênero é a classificação do sexo e do gênero em duas formas distintas, opostas e desconectadas de masculino e feminino; homem e mulher (LOURO, 1997).

algumas famílias têm valores conservadores em relação à sexualidade das crianças. Sobre isso, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997a, p. 77) relatam que “o fato de a família ter valores conservadores,” no sentido de entender que a criança não precisa aprender sobre sexualidade, “liberais ou progressistas, professar alguma crença religiosa ou não e a forma como o faz determina em grande parte a educação das crianças” (BRASIL, 1997a, p. 77). Cometeríamos um ledor engano ao pensarmos que atitudes retrógradas e ineficazes conseguiriam preencher o papel da escola como ambiente organizador do conhecimento. “Pode-se afirmar que é no espaço privado, portanto, que a criança recebe com maior intensidade as noções a partir das quais construirá sua sexualidade na infância” (BRASIL, 1997b, p. 112).

Dentro dessa perspectiva, carece-nos remetermos ao pensamento de que a experiência e o aprendizado escolar consistem num elo relevante entre a pessoa e o desenvolvimento humano. Para complementarmos essa explanação, Tomaz Silva (2005, p. 49) evidencia que “a escola e, em particular, a sala de aula, é um lugar privilegiado para se promover a cultura de reconhecimento da pluralidade das identidades e dos comportamentos relativos a diferenças”. Sugerimos, desse modo, que a educação aconteça de forma plena, isto é, permitindo que o/a aluno/a adquira, por meio dessa aprendizagem, consciência crítica e libertadora.

Nas palavras de Silva (2005, p. 49), há a necessidade “de se discutir a educação escolar a partir de uma perspectiva crítica e problematizadora, questionar relações de poder, hierarquias sociais opressivas e processos de subalternização ou de exclusão [...]”, algumas escolas tendem a ter concepções curriculares voltadas à preservação de sistemas opressores, isto é, uma educação tradicional, na qual o/a aluno/a é mero/a aprendiz, reproduzidor/a do ensino que lhe foi disponibilizado, sem dar-lhe oportunidades de romper com esse ciclo. Esse tipo de sistema condiciona a pessoa a não questionar, a não problematizar qual é o papel exercido na sociedade em que se está inserida.

Talvez uma educação que não contemple essa hierarquização e essa subalternização possa contribuir para que alunos/as desenvolvam um aprendizado mais libertador, Paulo Freire (1987, p. 59), ao definir a educação bancária e a educação libertadora, contempla-nos com as seguintes palavras: “a

educação bancária é o ato de depositar, de transferir valores e conhecimentos”, quer dizer, “o/a educador/a é o que educa, já os/as educandos/as são os/as que, meramente, serão educados”. Ao contrário dessa primeira, que entende o ser humano como um ser “fixo”, a segunda compreende “as pessoas como seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (FREIRE, 1987, p. 72-73).

Tendo a consciência de tal fato, recomendamos que a educação em sexualidade para a emancipação do ser humano, no ambiente institucional de aprendizagem, aconteça de forma mais ampla, abrangendo aspectos psicossociais, culturais e políticos, como forma de tornar a pessoa um ser crítico/a com possibilidades de aprender e ensinar uma educação que ultrapasse a “educação bancária” e possibilite uma “educação libertadora” em todas as suas especificidades. Consentimos com os expostos de bell hooks (2013, p. 56), quando enfatiza que, para termos uma pedagogia transformadora, precisamos, prioritariamente, “fazer da sala de aula um contexto democrático, onde todos/as sintam a responsabilidade de contribuir”; desse modo, o modelo pedagógico que deve prevalecer é o da pedagogia que ensina a transgredir com paradigmas impostos pela sociedade, avançando, assim, para uma educação como prática de liberdade.

Paulo Freire (1993), no prefácio de “Educação Sexual: novas ideias, novas conquistas”, abordou a boniteza da vivência da sexualidade. O autor compreendia a sexualidade como inseparável do ser humano, ou seja, inerente à dimensão humana. Para que essa educação aconteça, necessariamente precisamos nos engajar para que ocorra uma “troca dialética”, ou seja, “o futuro do ensino está no cultivo de conversas e diálogos”, devemos reconhecer a “primazia da conversa”, essa conversação deve acontecer como “caminho para o aprendizado legítimo como espaço genuíno para o pensamento sério e rigoroso” (HOOKS, 2020, p. 85-86).

Ao realizar esta pesquisa, utilizamos a metodologia de Grupos Focais para desenvolver os trabalhos pertinentes ao tema da educação em sexualidade e violência sexual infantil, em forma de Curso de Extensão, validado pela UEM por meio da Diretoria de Extensão (DEX) da mesma universidade, com o título

“Educação sexual no ambiente escolar do Ensino Fundamental I: prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças”, sob o número: 870/2021.

Esses Grupos têm a finalidade de confirmar ou refutar uma hipótese e avaliar uma teoria. Considerando isso, nosso papel como mediadora nos permitiu socializar as discussões por entender que “a unidade de análise do Grupo Focal [...] é o próprio grupo. Se uma opinião é esboçada, mesmo não sendo compartilhada por todos/as, para efeito de análise e interpretação dos resultados, ela é referida como do grupo” (Sônia GONDIM, 2003, p. 151). A “opinião” de todos/as os/as participantes foi baseada no respeito às pessoas que dele fizeram parte, pois, para Bernadete Gatti (2005), o Grupo Focal deve ser um espaço de diálogo, experiência, aprendizado e respeito.

#### 1.1 Revisão bibliográfica contemporânea sobre os estudos de gênero, sexualidade e violência sexual infantil

Este escrito expõe os estudos produzidos, contemporaneamente, sobre os temas: violência sexual infantil e escola. Pesquisamos por dissertações e teses escritas nos últimos dez anos (2010-2019), optamos por esse recorte temporal para que esta pesquisa não se delongasse em demasiado, realizamos as buscas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e na Plataforma Sucupira. Quando começamos a pensar em uma pesquisa, é necessário que pensemos, também, em como faremos o estudo sobre o assunto; a pesquisa deve fazer parte do estudo de forma a balizar seu problema, desenvolvimento e possíveis conclusões sobre o tema investigado.

##### 1.1.1 *Informações resultantes da pesquisa realizada*

Foi possível, com os dados analisados, perceber que há um número considerável de documentos com o uso das temáticas que envolvem as palavras “Violência Sexual Infantil” e “Escola”. De modo estruturado, na Tabela 1, são

notados os resultados para os termos pesquisados “Violência Sexual Infantil AND Escola”; foram encontradas 863 dissertações e 312 teses.

**Tabela 1** – Informações resultantes da pesquisa bibliográfica

Ano	Quantidade encontrada	Quantidade selecionada para tabulação
2010	63	00
2011	71	01
2012	78	01
2013	94	01
2014	115	00
2015	145	00
2016	129	01
2017	184	03
2018	152	01
2019	144	00
Delimitação de tempo: 10 anos (2010-2019)	Total encontrado: 1.175	Total selecionado: 8

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Encontramos um total de 1.175 trabalhos escritos com as palavras-chave “Violência Sexual Infantil” e “Escola”. Desse total, 863 são dissertações e 312 são teses. Esses oito trabalhos escolhidos evidenciam o quanto a violência sexual está presente com suas multifacetadas no ambiente escolar. Os resultados desses oito trabalhos reforçam a necessidade de se trabalhar com o tema educação em sexualidade como prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil em sala de aula com crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I.

Para enriquecer ainda mais esta seção e não estender em demasiado estes escritos, explicitaremos aqui oito dos trabalhos encontrados na pesquisa bibliográfica, por serem eles os que mais se aproximaram da nossa temática, considerando que o trabalho discute sobre a sexualidade, a educação sexual no ambiente escolar como uma das maneiras de prevenir e enfrentar a violência sexual em crianças. Desse modo, os demais não serão delineados neste estudo. Buscamos refletir sobre os oito trabalhos escolhidos e seus resultados, optando por priorizar os trabalhos que se entrelaçaram com esta pesquisa de forma mais profícua. A seguir, no Quadro 1, as pesquisas encontradas estão dispostas de forma sistematizada.

**Quadro 1** – Dissertações e teses encontradas com os termos “Violência Sexual Infantil” e “Escola”

Termos pesquisados: “Violência Sexual Infantil” e “Escola”			
Ano	Autor/a	Título	Instituição
2011	Rita de Cássia Ferreira dos Santos	Violência sexual e a formação de educadores: uma proposta de intervenção	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Presidente Prudente
2012	Patrícia Monteiro Ribeiro	O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife	Universidade Federal de Pernambuco
2013	Edyane Silva de Lima	Violência sexual contra crianças: formação docente em discussão	Universidade Estadual de Maringá
2016	Priscila da Rocha Luiz Bueno	As políticas públicas na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças no município de Maringá	Universidade Estadual de Maringá
2017	Márcio de Oliveira	Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes: planos municipais de educação do estado do Paraná como documento de (não) promoção da discussão	Universidade Estadual de Maringá
2017	Caroline Arcari Meyer	Livro “O que é privacidade?": uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Câmpus de Araraquara
2017	Indianara dos Santos Meurer	Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual: um estudo dos documentos nacionais (2000-2013)	Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Câmpus de Cascavel
2018	Macdouglass de Oliveira	“Entre” chapeuzinhos vermelhos e lobos maus. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento	Universidade Federal Rural de Pernambuco

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Dentre as dissertações e teses perscrutadas nesta pesquisa, os estudos de Rita de Cássia Santos (2011) verificaram a formação profissional sobre a violência sexual contra crianças em licenciados/as de cursos de licenciatura da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista – Câmpus de Presidente Prudente (UNESP). A autora analisou o antes e o depois da capacitação de estudantes desses cursos sobre a temática; “[...] os/as participantes têm conhecimento sobre a violência sexual, mas [...] desconhecem procedimentos e atitudes corretas que devem ser tomadas diante de suspeitas de

casos” (SANTOS, R., 2011, p. 149). Esse estudo demonstrou que a formação inicial e continuada do/a professor/a e a capacitação de estudantes poderiam contemplar o ensino da educação em sexualidade como uma das maneiras de possibilitar mais conhecimento sobre essa temática, proporcionando, dessa forma, subsídios para a prevenção e o enfrentamento desse tipo de violência.

Os estudos de Patrícia Ribeiro (2012) investigaram sentidos compartilhados da violência sexual intrafamiliar pelos/as docentes da rede municipal de ensino de Recife. A autora abordou questões referentes à construção social da família, da infância e da sexualidade infantil. A escola e a família entram em conflito em relação à educação em sexualidade das crianças; diante disso, o/a abusador/a encontra na própria família um lugar propício para cometer tal crime. Essa brecha faz com que muitos/as criminosos/as fiquem impunes. Entendemos que a escola é um dos espaços em que a criança se sente (ou pelo menos deveria) mais confortável para relatar possíveis violências; logo, a formação do/a professor/a “não pode ser concebida como um meio de acumulação de cursos, palestras, [...] mas um trabalho de reflexão das práticas e a (re)construção da identidade pessoal, profissional e ética” (Renata LIBÓRIO et al., 2007, p. 163). Ribeiro (2012, p. 130) conclui que “a sua pesquisa deve promover o combate a violência sexual infantil, [...] contribuindo para uma maior visibilidade sobre a importância do papel da educação no enfrentamento deste fenômeno”.

A pesquisa de Edyane Lima (2013, p. 79) discutiu como hipótese “que a escola e seus/as trabalhadores não estão preparados para receber [...] uma criança que revela o abuso sexual [...]”. Para atuar nessa realidade, Lima (2013, p. 80) explica que “o ato de se formar não significa estar pronto/a, acabado/a, finalizado/a para atuar [...], a formação deve ser uma constante, que requer informação, capacitação”, conhecimento e sensibilidade. Além da formação do/a educador/a, a autora pontua que, no município de Assis Chateaubriand, a formação continuada, “[...] por meio da política da educação, [...] deve ativar o sistema de garantia de direitos à criança, e não ações isoladas” (LIMA, 2013, p. 216).

A dissertação de mestrado de Priscila Bueno (2016) trata das políticas públicas na prevenção e no enfrentamento da violência sexual contra crianças no

município de Maringá – PR. A autora analisou os casos de violência sexual contra crianças no período de 2014-2015. Compreendemos que, se a escola ensina para a vida, a educação em sexualidade deve compor essa aprendizagem, pois, por meio dessa educação, o/a educando/a aprenderá a reconhecer a violência sexual em todas as suas vertentes. A autora concluiu seu trabalho enfatizando que “o primeiro passo já foi dado, ao tentar mostrar que a violência sexual é um fator crescente na sociedade [...]” (BUENO, 2016, p. 97). Ela ressaltou, ainda, que há a necessidade de muitos estudos serem realizados, a fim de possibilitar discussões pertinentes ao tema (BUENO, 2016).

A tese de doutorado de Márcio de Oliveira (2017) nos alerta a voltar nosso olhar para os documentos que orientam a estrutura de funcionamento da educação no Brasil em relação à discussão e às práticas da violência sexual contra os corpos infantojuvenis nos espaços escolares. Para desenvolver sua pesquisa, ele analisou os Planos Municipais de Educação (PME) do estado do Paraná, vigentes entre 2015-2025, e pesquisou os planos de dezessete municípios. Discutir políticas públicas é, também, debater as relações sociais. Ainda de acordo com Márcio de Oliveira (2017), debater políticas públicas deve ter o intuito de atender às mais variadas relações sociais e culturais. Desse modo, o autor concluiu sua tese constatando que mais da metade dos planos analisados não menciona discussões a respeito da violência sexual contra crianças e adolescentes. Com isso, Márcio de Oliveira (2017, p. 125) faz “um pedido necessário acerca da violência sexual contra crianças e adolescentes: DENUNCIE! DISCUTA SOBRE! POSSIBILITE O DEBATE A RESPEITO!”.

Caroline Meyer (2017) investigou a violência sexual contra crianças e adolescentes, estabelecendo um diálogo com o trabalho lúdico docente. A autora destaca a dificuldade perante a omissão dos casos, dá destaque para a violência sexual intrafamiliar e extrafamiliar. Para a autora, a violência sexual tem um contexto histórico e cultural de relações desiguais. “É fundamental que não se perca a dimensão dos aspectos históricos, socioeconômicos e psicossociais que favorecem a violência sexual, na tentativa [...] de construir estratégias para o enfrentamento do problema” (MEYER, 2017, p. 40). A literatura “se propõe a ser uma ferramenta [...] [para] facilitar o diálogo e promover momentos [...] [de]

discussão” que empoderem a criança, a fim de ela reconhecer situações de perigo e relatá-las a um/a adulto/a de confiança (MEYER, 2017, p. 108).

A pesquisa de Indianara Meurer (2017) objetivou compreender as orientações preconizadas pelos documentos nacionais (2000-2013), considerando as normativas internacionais e as legislações nacionais. A autora descreve “a violência como uma relação de poder e como uma violação de direitos [...]” (MEURER, 2017, p. 135). Na dissertação, ela relata que os documentos nacionais pesquisados “contemplam o enfrentamento da violência sexual, porém com objetivos variados [...], como os objetivos entre os documentos variam, as formas de enfrentamento também são evidenciadas de modos diferenciados” (MEURER, 2017, p. 168) e conclui afirmando que acredita no ser humano e que jamais podemos ser coniventes com qualquer situação de violência contra crianças e adolescentes.

Macdouglass de Oliveira (2018) investigou a violência sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento. O autor relata que “o abuso sexual infantil é uma realidade preocupante [...] e que há dificuldades para abordar abertamente o tema” (OLIVEIRA, Macdouglass, 2018, p. 17). Ele descreve os impactos e as implicações no desenvolvimento da criança que sofreu essa crueldade, o abuso é uma violência que pode deixar marcas na pessoa que foi abusada sexualmente. Macdouglass de Oliveira (2018) faz um contraponto com o conto de fadas “Chapeuzinho Vermelho”, e traz o tema da violência sexual para o debate de sua pesquisa, com o intuito de proporcionar reflexões que possibilitem “promover maior visibilidade sobre a importância do papel da educação no enfrentamento deste fenômeno” (OLIVEIRA, Macdouglass, 2018, p. 130).

Optamos por discorrer sobre esses trabalhos por entendermos que são pertinentes ao nosso estudo sobre o tema educação em sexualidade como maneira de enfrentar e combater a violência sexual contra crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I. De antemão, salientamos que existem vários estudos em relação à necessidade de se trabalhar essa educação com alunos/as em sala de aula. Os trabalhos que foram selecionados e descritos nesta dissertação consistem em uma parte dentre os demais estudos que encontramos na nossa pesquisa bibliográfica. Sobre a originalidade da nossa pesquisa,

frisamos que não encontramos artigos, dissertações e teses que fizessem referências direta sobre o tema “Educação em sexualidade para a prevenção e o enfrentamento da violência sexual no Ensino Fundamental I em Astorga – PR: narrativas docentes”.

O texto desta dissertação está estruturado em quatro seções. A primeira contém a introdução e a revisão bibliográfica contemporânea sobre os Estudos de Gênero e Violência Sexual realizados nos últimos dez anos (optamos por delimitar o tempo cronológico em apenas dez anos, para que esta pesquisa não ficasse extensa em demasia). Revisão que foi feita por meio das plataformas da BDTD, do Banco de Teses e Dissertações da CAPES e da Plataforma Sucupira<sup>6</sup>.

Nessa seção, abordamos os/as seguintes autores/as e documentos: Eliane Maio (2011b); Guacira Louro (1997); Márcio de Oliveira (2017); Berivalda Sachi (2006, 2008, 2009); Cesar Peixoto (2008); Dinah Beck e Bianca Guizzo (2013); Thais Gava e Wilza Villela (2016); Dayana Santos (2009); Antonio Egypto (2003); Jimena Furlani (2003, 2007, 2013); Berivalda Sachi e Eliane Maio (2020); Manuel Pinto (1997); Ricardo Borges (2015); Lev Vygotsky (1984); Cintia Teixeira e Maria Madalena Magnabosco (2010); Tomaz Silva (2005); Brasil (1997b); Paulo Freire (1987, 2000); Sônia Gondim (2003); Bernadete Gatti (2005); Rita de Cássia Santos (2011); Patrícia Ribeiro (2012); Edyane Lima (2013); Priscila Bueno (2016); Caroline Meyer (2017); Indianara Meurer (2017); Macdouglass Oliveira (2018).

A segunda seção tem como objetivo trazer algumas definições sobre criança e uma perspectiva histórica acerca dela, bem como definições de violência sexual, abuso sexual e exploração sexual infantil, contextualizando que abuso e exploração são vertentes da violência sexual, além de refletir sobre essas concepções e suas implicações, mostrando como são descritas no Brasil e como são utilizadas em estudos sobre o tema. Nessa seção, contemplamos os/as seguintes autores/as e documentos: Philippe Ariès (1981); Edyane Lima e Eliane Maio (2014); Beatriz Preciado (2013); Samilo Takara (2017, 2020); Eliane Maio e Márcio de Oliveira (2017); Jacques Derrida (2004); Michel Foucault (1986); Lev Vygotsky (1984); Guacira Louro (1997); Ana Lúcia Valente (1999); Brasil (1988);

---

<sup>6</sup> “A Plataforma Sucupira é uma ferramenta de atualização e de compartilhamento de informações acadêmicas” (Naína TUMELERO, 2019, n. p.).

Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019); Moysés Kuhlmann Jr. e Rogério Fernandes (2004); Maria Amélia Azevedo e Viviane Guerra (1988); Moysés Kuhlmann Jr. (1998); Benedito Santos e Rita Ippolito (2009, 2011); Maria de Fátima Junqueira (1998); Vera Pedroso e Maria das Graças Padilha (2014); Tilman Furniss (1993); Eva Faleiros (2000).

A terceira seção descreve a violência sexual infantil e as possibilidades desses debates no espaço escolar, na perspectiva dos Estudos Culturais e dos Estudos de Gênero, reflete, também, sobre a possibilidade de uma formação docente, inicial e continuada, que contemple questões relacionadas à educação em sexualidade na instituição escolar.

Para essa seção, utilizamos os/as seguintes autores/as e documentos: Guacira Louro (1997, 2009); Berivalda Sachi e Eliane Maio (2020, 2021); Dayana Santos (2009); Juliana Rizza, Paula Ribeiro e Maria Mota (2018); Rogério Junqueira (2014); Jimena Furlani (2008); Cristina Medeiros (2007); Paulo Meksenas (2003); Antonio Egypto (2003); Márcio de Oliveira (2017); Paola Gentile (2006); Hugo Dantas (2019); Ricardo Silva (2002); Dayana Santos e Débora Araújo (2009).

A quarta seção tem como objetivo descrever os instrumentos utilizados e os procedimentos metodológicos que usamos para a análise dos dados coletados durante a pesquisa nos encontros do Curso de Extensão que realizamos como parte desta dissertação.

Já para desenvolver essa seção, contemplamos os/as seguintes autores/as e documentos: Bernadete Gatti (2012); Luciana Kind (2004); Sônia Gondim (2003); Lucimar Leite (2020); Luciene Camargo e Renata Libório (2006); Eliane Maio (2011a); Fernando Seffner (2006); Eliane Braga (2007, 2009); Jimena Furlani (2003, 2007, 2011); Guacira Louro (1997); Marcello Bernardi (1985); Jos Van Ussel (1980); Michel Foucault (1986); Maria do Carmo Prado (2004); Tomaz Silva (2005); Ellika Trindade e Maria Bruns (1999); Paola Gentile (2006); Nailda Bonato (1996); Hugo Dantas (2019); José Gaiarsa (1986); Caroline Meyer (2017); Roney Castro (2008); Julieta Moizés e Sonia Bueno (2010); Mary Neide Figueiró (2006); Priscila Bueno (2016). Nessa seção, faremos os apontamentos dos relatos dos/as participantes da pesquisa.

## **2 DEFINIÇÕES SOBRE CRIANÇA, VIOLÊNCIA SEXUAL, ABUSO SEXUAL E EXPLORAÇÃO SEXUAL**

Nesta seção, apresentamos o conceito de criança (considerando vários tipos de crianças e infâncias), segundo autores/as como Philippe Ariès (1981), Beatriz Preciado (2013), Samilo Takara (2020), entre outros/as. Fazemos, também, uma breve explanação sobre os tipos de violência sexual infantil; para isso, utilizamos autores/as pós-estruturalistas, dentre esses/as intelectuais, estão Jaques Derrida (2004); Michel Foucault (1986); Cesar Peixoto (2008); Louro (1997); Vygotsky (1984). Para esses/as estudiosos/as, o sujeito só existe a partir do resultado de um processo social e cultural. É na sociedade em que se está inserido/a, por meio das relações sociais, que ele/a se faz humano; isso posto, pode-se denominar que se constitui dentro de um processo histórico (VYGOTSKY, 1984). Nessa proposta, de acordo com Cesar Peixoto (2008, p. 498), é necessário que se “almeje valorizar, por meio do questionamento de ‘verdades’, o sujeito enquanto construção social”.

Ao abordar, problematizar, tencionar e explorar uma temática, faz-se necessário elucidar algumas definições e/ou conceitos. Para delinear o conceito de cada uma das violências citadas, usamos, dentre outros, os estudos de Benedito Santos e Rita Ippolito (2011), os quais nos apresentam a existência de duas expressões distintas da violência sexual, uma é o abuso sexual e a outra é a exploração sexual. Tanto numa quanto noutra, há a presença da violência, o que muda é a maneira como ela se apresenta.

Acreditamos ser necessário admitir que nosso posicionamento não é neutro, pois a própria educação não é, ela é política e carregada de fatos historicamente produzidos, “o pós-estruturalismo não considera a linguagem como uma ferramenta neutra [...], ele também tece algumas críticas em relação à concepção de sujeito centrado e autônomo do modernismo e do humanismo” (SILVA, T., 2005, p. 17). Diante disso,

[...] a definição, ou a concepção sobre um objeto, um fato, uma situação ou sobre o conjunto deles jamais é neutra. Isso quer dizer que sempre fazemos opções para compreender aquilo que desconhecemos ou que nunca paramos antes para considerar. Sempre definimos ou o trajeto que consideramos adequado para

promover o nosso conhecimento (Ana Lúcia VALENTE, 1999, p. 13).

Não há como falar sobre uma infância universal, mas é preciso considerar as infâncias pensando nas crianças negras, indígenas, trans. Para essas crianças, a infância até hoje é negligenciada, como argumenta Takara (2020) no artigo “Narrativas de infâncias em desvios: disputas à educação para o pleno desenvolvimento da pessoa”. O referido autor relata que alguns documentos, como a Constituição Federativa do Brasil de 1988, o ECA, Lei n.º 8.069/1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei n.º 9.394/1996, “indicam que o papel da educação perpassa, também, à dimensão sexual e afetiva como um dos aspectos formativos relevantes” (TAKARA, 2020, p. 233). Para Beatriz Preciado (2013, p. 1), é necessário, “[...] em nome da criança [...] que fui, [...] defender outra ‘forma de governo’ das crianças que não são como as outras”. Diante do exposto, argumentamos sobre os princípios que abrangem os processos formativos, questionando as várias possibilidades de, por meio do trabalho pedagógico formativo, garantir que, no ambiente escolar, crianças recebam formação relacionada à educação em sexualidade, levando-se em consideração todas as suas especificidades e direitos.

## 2.1 Definições sobre criança: uma perspectiva histórica

Hodiernamente, pode-se dizer que crianças e adolescentes têm certo respaldo oficial sobre sua proteção integral, garantido em documentos como a Lei n.º 8.069/1990 (MDH, 2019), no entanto, para Takara (2020, p. 240), “pensar sobre o pleno desenvolvimento da pessoa não é apenas experimentar uma ideia de liberdade de infâncias dissidentes”. Para o autor, todas as infâncias devem ser contempladas; desse modo, ele indica a necessidade de “construir outros registros sobre corpos, políticas e vidas que importam” (Samilo TAKARA, 2017, p. 241). Para que esses direitos despontassem com certa visibilidade, percorremos uma longa caminhada. Carecemos fazer uma breve historicização e apontar que o conceito de infância/criança é uma construção historicamente social. Os autores Moysés Kuhlmann Jr. e Rogério Fernandes (2004, p. 15) salientam a seguinte conceituação:

[...] se a história da criança não é possível de ser narrada em primeira pessoa, se a criança não é nunca biógrafa de si própria, na medida em que não toma posse de sua história e não aparece como sujeito dela, sendo o adulto quem organiza e dimensiona tal narrativa, talvez a forma mais direta de perceber a criança, individualmente ou em grupo, seja precisamente tentar captá-la com base nas significações atribuídas aos diversos discursos que tentam definir historicamente o que é ser criança.

Uma das formas de conhecê-lo melhor é por meio de uma incursão histórica sobre esse conceito de criança: ela “era reduzida a seu período mais frágil, enquanto o filhote do homem ainda não conseguia bastar-se; a criança então, mal adquiria algum desembaraço físico, era logo misturada aos adultos” (ARIÈS, 1981, p. 10). Nem sempre a criança foi vista como sujeito de direito, a necessidade de pensá-la como cidadã de direito é, relativamente, contemporânea, foi no século XVII que ela começou a ser vista e representada, principalmente as que pertenciam à alta classe social, estas eram notadas na Idade Moderna, que vai do século XV ao XVIII. Como aponta Ariès (1981, p. 28), “a descoberta da infância começou sem dúvida no século XVIII, [...] mas os sinais de seu desenvolvimento tornaram-se particularmente numerosos e significativos a partir do fim do século XVI e durante o século XVII”.

Ariès (1981) nos reporta que, antes do século XVII, era comum aos/às adultos/as usarem linguagem grosseira, assuntos sexuais e até pedirem que as crianças brincassem e beijassem seus órgãos sexuais. Havia uma ausência de reserva em relação a elas.

Essa ausência de reserva diante das crianças, esse hábito de associá-las a brincadeiras que giravam em torno de temas sexuais para nós é surpreendente: é fácil imaginar o que diria um psicanalista moderno sobre essa liberdade de linguagem, e mais ainda, essa audácia de gestos e esses contatos físicos. Esse psicanalista, porém, estaria errado. A atitude diante da sexualidade, e sem dúvida a própria sexualidade, variam de acordo com o meio, e, por conseguinte, segundo as épocas e as mentalidades. Hoje, os contatos físicos descritos por Heroard nos pareceriam beirar a anomalia sexual e ninguém ousaria praticá-los publicamente. Ainda não era assim no início do século XVII (ARIÈS, 1981, p. 116).

Ressaltamos que não havia nenhum tipo de lei, ou “moral”, que fosse contrária a essas práticas, essa permissão acontecia, justamente, por entenderem que a criança era considerada um brinquedo da pessoa adulta, e isso não

assustava o senso comum daquela época, pois entendiam que ela era indiferente a tais atitudes sexuais (Naura ADED et al., 2006). Nesse sentido, entendemos que não havia o conceito de infância/criança que temos atualmente e muito menos a preservação dela.

Com a influência do cristianismo, esse discurso toma novos rumos ao haver o entendimento de que a criança era “inocente” e, por isso, devia ser privada de tais atitudes, que, a partir de então, passaram a ser consideradas como algo proibido. Diante disso,

[...] o advento do cristianismo corresponde ao início de um ciclo sistemático de condenação da participação sexual adulto-criança baseada de um lado na concepção repressiva da sexualidade como prática impura, só tolerável para fins procriativos e, de outro na idealização da infância como idade da pureza e da inocência livre de pensamentos e sentimentos sexuais, assexuada portanto (Maria AZEVEDO; Viviane GUERRA, 1988, p. 21).

Com o surgimento desse novo entendimento pela Igreja Católica, o sexo passa a ser considerado um pecado e somente era permitido dentro do matrimônio para fins procriativos. Em vista desse contexto, Azevedo e Guerra (1988) enfatizam que, a partir desse novo modelo de vida, a Igreja passa a considerar as práticas sexuais com crianças como “anormais” e proibidas, sendo, portanto, cabível condenação. Ainda segundo Kuhlmann Jr. (1998, p. 31), “é preciso considerar as crianças como concretas, localizá-las nas relações sociais, reconhecê-las como produtoras da história”. Logo, indagamo-nos: a criança já foi, é e será narradora de sua própria história? Ela é, foi e será entendida/percebida/aceita como sujeito de direitos?

Entre idas e vindas temporais, faremos um recorte do século XX, que é quando começam a surgir documentos oficiais brasileiros, como os PCN (BRASIL, 1997a), o ECA (MDH, 2019) e a Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), que pleiteiam a favor dos direitos das crianças, as quais, a partir de então, passam a ser entendidas e reconhecidas como sujeitos de direitos perante a lei. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, mais precisamente em seu Artigo 227, apresenta-nos que

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à

profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 117).

Com a elaboração da Constituição da República Federativa do Brasil (Carta Magna), surgiu, então, em termos legais, certa proteção para a criança e o/a adolescente que sofresse qualquer tipo de violência. Porém, entendendo que somente a Constituição Federal não surtia efeitos necessários para combater esse mal, foi criado um novo documento com o intuito de especificar e combater os tipos de violências que eram direcionados às crianças e aos/as adolescentes; esse documento é o ECA (MDH, 2019). Após a criação deste, o conceito de violência mudou drástica e historicamente, pois contempla, agora, prevenção, denúncia e pena para o/a abusador/a, além de orientar que professores/as também sejam responsáveis por fazer essa denúncia no caso de haver algum/a aluno/a com suspeita de sofrimento de violência sexual ou qualquer outro tipo de violência. “Começa então, a preocupação dos/as educadores/as, pois eles/as se veem num campo complexo, **às vezes** despreparados e sem subsídios para abordar as questões sobre sexualidade em sala de aula” (Berivalda SACHI, 2018, p. 25, grifo da autora). No Artigo 245, o ECA explicita:

Art. 245. Deixar o médico, professor ou responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente: Pena – multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência (MDH, 2019, p. 117).

Nesse sentido, é indubitável dizer que, a partir da criação desse documento, passou a surgir nos/as educadores/as certa preocupação, pois daquele momento em diante, eles/as também seriam penalizados/as caso não cumprissem integralmente essa nova lei. Com esse novo modo de olhar a criança,

há a necessidade improtelável de se pensar a formação acadêmica do/a profissional da área da educação. Essa formação, na maioria das vezes, ainda, não se dá nos bancos das Universidades. Ressaltamos que, diante da necessidade inadiável de se buscar conhecimento sobre essa temática, e sobre a ausência desse tema na formação superior, os/as profissionais da

educação deveriam, por si próprios/as, buscar acrescer seus conhecimentos acerca da sexualidade e suas implicações (SACHI, 2018, p. 28).

Explicamos que sexualidade e violência sexual devem ser estudadas de forma intrínseca, pois devemos entender que elas se fundem em um só contexto de estudos, guardadas as devidas proporções. Nosso recorte de estudo será baseado na violência sexual, tomaremos como referência de criança aquela descrita pelo Artigo 2º do ECA: “Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (MDH, 2019, p. 15).

## 2.2 Definições de violência sexual

Algumas leis como a Lei n.º 13.341/2017 (BRASIL, 2017), Lei n.º 2.848/1940 (BRASIL, 1940), Lei n.º 8.069/1990 (MDH, 2019), Lei n.º 12.015/2009 (BRASIL, 2009), dentre outras, estabelecem as formas de violência contra crianças e adolescentes, definindo-as como: violência física, violência psicológica, violência sexual e violência institucional. O escopo aqui é elucidar os tipos de violência sexual, conforme a Lei n.º 13.341/2017, no seu Artigo 4º:

[...] III – violência sexual, entendida como qualquer conduta que constranja a criança ou o adolescente a praticar ou presenciar conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, inclusive exposição do corpo em foto ou vídeo por meio eletrônico ou não, que compreenda: a) abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro; b) exploração sexual comercial, entendida como o uso da criança ou do adolescente em atividade sexual em troca de remuneração ou qualquer outra forma de compensação, de forma independente ou sob patrocínio, apoio ou incentivo de terceiro, seja de modo presencial ou por meio eletrônico [...] (BRASIL, 2017, n. p.).

O conceito de violência é algo historicamente construído e, portanto, deve ser estudado dentro da sociedade que a gerou e a nutre, levando, obviamente, em consideração os fatores estruturais, como cultura, economia, política e, ainda, a religião. Desse modo, contextualizar o fenômeno, para Maria de Fátima Junqueira (1998, p. 435), “não significa descaracterizar a violência do ato, mas

sim mostrar que ele é violento na nossa cultura que, a partir da sua própria definição do que seja um ato de violência, o decodifica desta forma”.

Todo ato de violência deve ser combatido, sobretudo quando esse ato é cometido contra crianças, se a violência de que tratamos neste texto é contra crianças, faz-se necessário pensarmos em espaços onde podemos discutir/refletir sobre possíveis formas de enfrentamento. Para Edyane Lima e Eliane Maio (2014, p. 161), isso passa, também, pela formação dos/as profissionais da educação, além da [...] “mobilização dos/as gestores/as das políticas que viabilizam os serviços de atendimento [...] que não alcançam eficácia [...]”, ou seja, para que esse tipo de atendimento seja, de fato, eficaz, faz-se necessária uma formação voltada para as questões da educação em sexualidade em sala de aula e suas implicações.

Pensar acerca da violência leva-nos a refletir, ainda, sobre maneiras de extingui-la com ações de prevenção e enfrentamento desse ato cometido contra crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em relação à violência sexual em suas variadas formas, entendendo que, nesse contexto, o nosso foco é a violência cometida por meio do abuso sexual contra crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I. Dentro dessa perspectiva, segundo Maio e Oliveira (2017, p. 254), qualquer violência contra crianças “deve ser combatida, inclusive a partir das ações pedagógicas desenvolvidas pelas instituições escolares e pelas práticas de empoderamento das crianças”. Reiteramos, desse modo, que toda forma de violência contra a criança deve ser combatida por meio da educação, com ações que visem ao enfrentamento e ao combate desse tipo de violência.

### 2.3 Definições de abuso sexual

O abuso sexual acontece quando um/a adulto/a pratica ato libidinoso com um/a criança ou adolescente, o que, geralmente, é realizado por parentes ou pessoas próximas à família. Ele pode ser tipificado em dois âmbitos: intrafamiliar e extrafamiliar. Intrafamiliar é aquele tipo de abuso que ocorre dentro de casa, é considerado incestuoso, porque, na maioria dos casos, é cometido por um/a parente da vítima (SANTOS; IPPOLITO, 2011). Para Maria de Fátima Araújo (2002, p. 5), “o abuso sexual infantil é frequentemente praticado sem o uso da

força física e não deixa marcas visíveis, o que dificulta a sua comprovação, principalmente quando se trata de crianças pequenas”. Para Maio e Oliveira (2017, p. 260), embora “existam Leis e órgãos” que abordem essa violência, o fato de ela ser imperceptível fisicamente contribui para que seja bastante complexo tanto fazer a denúncia como aplicar a lei. Isso faz com que, de certo modo, abusadores/as fiquem impunes de seus crimes.

Para interpretar essa questão, é necessário entender que

contextualizar o abuso sexual infantil não significa descaracterizar a violência do ato, mas sim mostrar que ele é violento na nossa cultura que, a partir de sua definição do que seja um ato de violência, o decodifica desta forma. [...] Nessa perspectiva, torna-se fundamental àquele que vai atender uma criança sexualmente abusada, poder olhar a gravidade do fenômeno sim, mas não como algo irreparável, da ordem de uma anulação irreversível. Perceber que ele se encontra imbricado numa trama maior, a da sexualidade, significa a possibilidade de estabelecer uma relação com a criança abusada e com sua família, em que haja maiores condições de intervenções objetivas e integradas à própria dinâmica familiar (JUNQUEIRA, M., 1998, p. 435).

Para aprofundarmos esse conceito, Azevedo e Guerra (1988, p. 42) explanam que “é todo ato ou jogo sexual, relação heterossexual ou homossexual, entre um ou mais adultos e uma criança [...], tendo por finalidade estimular sexualmente a criança ou utilizá-la para obter uma estimulação sexual [...]”.

O segundo tipo de abuso – ou seja, o extrafamiliar – ocorre quando é cometido por pessoas que geralmente não são conhecidas da criança ou que têm pouco contato com ela. A criança pode ou não ter algum tipo de contato com o/a abusador/a, ou pode ser uma pessoa totalmente desconhecida (Benedito SANTOS; Rita IPPOLITO, 2009).

Em geral, são especificadas duas modalidades de abuso sexual: intrafamiliar e extrafamiliar. Há, contudo, limitações na utilização dessa categorização. Primeiro, pela ênfase no local da violação e não no agente violador e, segundo, pelo fato de essa categorização não abarcar todas as formas de abuso sexual. Acreditamos que uma categorização que combine agente violador, local e modalidade de violação tem potencial para contribuir de forma mais eficaz para o estabelecimento de estratégias de enfrentamento da violência sexual, tais como a prevenção e a responsabilização dos autores (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 64).

Geralmente, há um parentesco entre a vítima e o/a abusador/a, o que pode facilitar o ato libidinoso, e apontam Santos e Ippolito (2011, p. 31) que “a violação é cometida por uma pessoa que a criança ou adolescente conhece e em quem confia e que, frequentemente, ama”. Quem abusa “se aproveita do fato de a criança ter sua sexualidade despertada para consolidar a situação de acobertamento, a criança se sente culpada por sentir prazer e isso é usado [...] para conseguir o seu consentimento” e, posteriormente, o seu silenciamento (SANTOS; IPPOLITO, 2011, p. 36).

Isso posto, podemos dizer que o fato de o/a abusador/a ser da própria família e por vezes morar na mesma casa que vítima dificultaria que esta ou seus/as responsáveis descobrissem e denunciassem essa violência e quem a cometeu. É possível que o/a abusador/a seja uma pessoa ardilosa no tratamento com a sua vítima, levando-a a sentir-se culpada pelo ato de violência.

A característica ardilosa do abuso sexual é a ocorrência de uma relação de dominação psicológica e controle baseado na hostilidade e agressividade, onde o abusador, sem consentimento válido, aproveitando-se da superioridade e da confiança que lhe foi dada, procura seu prazer sexual causando danos à criança e ao adolescente que não tem condições de reagir (Vera PEDROSO; Maria das Graças PADILHA, 2014, p. 24).

O sentimento de culpa que, com frequência, é incutido na vítima faz com que ela silencie o seu sofrimento, deixando, dessa forma, o/a abusador/a sem as penalidades que a lei preconiza. Um dos efeitos emocionais mais severos é a culpa, esta faz com que a pessoa abusada sofra para além do físico, essa “dor” perpassa pelo corpo e dói na alma (Tilman FURNISS, 1993).

Tal categoria de violência sexual “precisa estar amparada por meio de uma abordagem multidisciplinar, em que o foco deve ser [...] punição, proteção e terapia” (MAIO; OLIVEIRA, 2017, p. 263). Entendemos que a instituição escolar e seus/as profissionais podem ser um dos caminhos para que essa abordagem realmente se efetive na prática do dia a dia.

## 2.4 Definições de exploração sexual

A exploração sexual é definida como uma relação de poder e de sexualidade mercantilizada entre o/a adulto/a e a vítima, implica a violação de direitos dos padrões éticos e morais, havendo nela o uso do corpo com o objetivo de obter lucro (SANTOS; IPPOLITO, 2011). A exploração sexual pode ser definida

como uma violência contra criança e adolescente que se contextualiza em função da cultura (do uso do corpo), do padrão ético e legal, do trabalho e do mercado. A Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes (ESCCA) é uma relação de poder e de sexualidade, mercantilizada, que visa a obtenção de proveitos adultos, que causa danos biopsicossociais aos explorados, que são pessoas em processo de desenvolvimento. Implica o envolvimento de crianças e adolescentes em práticas sexuais coercitivas ou persuasivas, o que configura uma transgressão legal e a violação de direitos à liberdade individual da população infantojuvenil (Eva FALEIROS, 2000, p. 72).

Com o objetivo de obter algum ganho, lucro, vantagens ou trocas, usa-se o corpo da criança ou do/a adolescente como moeda de troca. Santos e Ippolito (2009, p. 100) propõem que, “[...] na compreensão restrita do termo, melhor especificada por exploração sexual comercial, inclui somente aquelas formas nas quais ocorre uma mediação de terceiros com a finalidade de lucros”. Destacamos que existem outras formas de exploração sexual: a pornografia; a atividade sexual autônoma; a atividade sexual agenciada; as trocas sexuais; o turismo com motivação sexual; e o tráfico para fins de exploração sexual (CHILDHOOD BRASIL, 2019).

Pela amplitude da violência sexual contra as crianças devem perpassar por conceitos e significados, e é essencial adentrar em questões que nos possibilitem desenvolver o enfrentamento de tais violências. A aplicação de intervenções pedagógicas efetivas se faz necessária nesse contexto, pois existe a possibilidade de que essas violências sejam amenizadas e combatidas por meio da conscientização da importância de se trabalhar com crianças a educação em sexualidade em sala de aula.

### **3 VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL E POSSÍVEIS DEBATES NO ESPAÇO ESCOLAR**

O objetivo desta seção é o de tencionar reflexões sobre o ensino da educação em sexualidade e como ela é (se é) debatida nos espaços escolares. Para tanto, utilizamos documentos oficiais sobre as políticas públicas nacionais relacionadas com a educação, como a Constituição da República Federativa do Brasil (1988), o ECA (MDH, 2019), a LDBEN (BRASIL, 2017), os PCN (BRASIL, 1997b), com um olhar voltado para os Estudos Culturais na perspectiva pós-estruturalista de análise. Para Guacira Louro (2009, p. 39), “esses referenciais são assumidamente políticos e, sendo assim, a Educação em Sexualidade que proponho estará sempre assumindo um caráter permanente nos currículos escolares [...]”.

A sexualidade da qual falamos é intrínseca ao ser humano, isto é, independentemente de estar ou não presente em currículos oficiais, ela poderia permear a educação formal, tornando-a emancipatória. “A presença da sexualidade independe da intenção manifesta ou dos discursos explícitos, da existência ou não de uma disciplina, [...] ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se ‘despir’” (LOURO, 1997, p. 81). Por conta disso, a sexualidade está presente na sociedade de um jeito ou de outro; logo, surgem as seguintes indagações: em quais espaços essas sexualidades devem ser debatidas/estudadas? Há um espaço específico para que esse tipo de aprendizagem aconteça? Quem são as pessoas que devem ensiná-la? Para se ensinar sobre gênero, sexualidade e enfrentamento da violência sexual infantil, há a necessidade de se ter alguma formação? Qual deve ser a formação desse/a ensinante? Existem documentos oficiais/leis que amparam esse ensino especificamente?

Esses são alguns dos muitos questionamentos que se apresentam diante de nós quando estamos a tratar sobre o ensino da educação em sexualidade no ambiente escolar. Sabemos que, desde o nascimento até morrermos, nós aprendemos, seja de modo estruturado, seja de maneira informal; além disso, “desde antes do nascimento, até a morte, a sexualidade permeia a nossa existência e nos completa como ser humano” (SACHI; MAIO, 2020, p. 33).

Quanto à sexualidade, aprendemos sobre ela em todos os ambientes; entretanto, a escola é um dos espaços onde esse aprendizado pode ocorrer de forma sistematizada e efetiva. Para Sachi (2018, p. 33), “a sexualidade faz parte desse todo e isso é irrefutável”.

Se a sexualidade está presente em todos os lugares e, principalmente, na escola, não há por que a deixar de lado; podemos e devemos trabalhá-la como conteúdo integrante das disciplinas que compõem a grade curricular (SACHI; MAIO, 2021, p. 128-129).

Diante do exposto, Louro (2009, p. 45) traz que “a educação em sexualidade deve começar na infância e, portanto, fazer parte do currículo escolar, as temáticas discutidas na educação em sexualidade são conhecimentos imprescindíveis à formação integral” da pessoa. Ao tencionar questões sociais como a sexualidade no ambiente escolar, precisamos entender que, para que ocorra a efetiva aprendizagem, os/as educadores/as devem, sim, ter formação relacionada a essa temática em sua formação acadêmica, seja na graduação, seja na pós-graduação, seja, ainda, como formação continuada. Conforme apregoa Santos (2009, p. 60), “[...] a escola é um espaço [...] de discussão crítica e constituído por sujeitos sexuados cujas manifestações da sexualidade são indissociáveis, é imprescindível que se trate pedagogicamente essas questões nesse espaço”.

O artigo “A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as”, de autoria de Juliana Rizza, Paula Ribeiro e Maria Mota (2018), relata o resultado de um mapeamento realizado em todas as cinco regiões brasileiras – Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul –, nas universidades federais credenciadas pelo Ministério da Educação (MEC). Foram pesquisadas “60 instituições [...]”; dessas, 38 universidades oferecem disciplinas” relacionadas à educação em sexualidade, “do total de 137 disciplinas ofertadas, 117 são optativas e somente 20 são obrigatórias”; além disso, 82 cursos de graduação ofertam disciplinas de sexualidade, “sendo 27 deles de licenciatura e 55 de bacharelado” (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018, p. 12). Diante desses dados, entendemos que o fato de algumas instituições ofertarem a disciplina de sexualidade não garante, por si só, elementos expressivos para que

o/a estudante/a consiga ministrar essa disciplina de modo a problematizar as especificidades, possivelmente, por conta de não se sentir seguro/a para tal.

Esse conteúdo estar incluído em currículos não nos dá a garantia de que esteja sendo ministrado de maneira a formar o/a professor/a para ser ensinante dessa temática.

O currículo não é apenas o lugar em que os conhecimentos são corporificados, por meio de uma intensa lista de conteúdos que deverão ser abordados a partir de aspectos meramente cognitivos. Ao invés de apenas transmitir conhecimentos, esse artefato cultural produz e determina o que é conhecimento e o que não é conhecimento (RIZZA; RIBEIRO; MOTA, 2018, p. 12).

Podemos pensar o que essas disciplinas produzem para efeito de debates? Quais questionamentos elas propõem? Elas estabelecem ligações entre cultura, religião, política e estrutura social? É necessário explicarmos que o nosso objetivo com este estudo não é o de empobrecer as disciplinas das instituições que ministram essa temática, mas sim pensar acerca do efeito que elas produzem em seus/suas aprendentes. Acreditamos que aprender sobre esse assunto pode levar o/a professor/a “a romper os seus compromissos com uma educação normalizadora, (re)produtora e reiteradora dos ditames do classismo, da branquitude, da heteronormatividade, da corponormatividade” (Rogério JUNQUEIRA, 2014, p. 7).

A formação sobre essa temática deveria fazer parte de todos os currículos de formação superior, e não somente de alguns. Nessa perspectiva, Jimena Furlani (2008, p. 287) argumenta que “essa educação se constitui em uma questão polêmica no espaço escolar, e por largo tempo os currículos escolares se mantiveram distantes dessa discussão explicitamente”. O que vemos são algumas matrizes curriculares que não contemplam tal temática.

Por isso, é possível pensar nela como um campo de conhecimento em que, historicamente, tem prevalecido o conveniente silenciamento, a estratégica restrição temática, o privilegiamento do senso comum, a manutenção do preconceito e da intolerância, a possível falta de preparo pedagógico das(os) educadoras(es) e o sutil descaso por parte da Escola e das políticas educacionais (FURLANI, 2008, p. 287).

E isso faz com que tenhamos uma formação profissional incompleta e defasada em relação à educação em sexualidade. A escola, como ambiente em

que se constroem relações sociais, também é onde acontece a segregação. Para Louro (1997), é, ainda, no ambiente escolar que ocorrem a classificação, o ordenamento e a hierarquização das pessoas, de maneira que a violência, seja ela física, seja simbólica, ocorra nesses espaços de aprendizagem. Sendo assim, no ambiente escolar, podem ocorrer

[...] diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade, a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tomando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou por separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou os meninos das meninas (LOURO, 1997, p. 57).

Quando a autora nos relata, dentre tantas outras violências, que na escola foram separados meninos de meninas, podemos afirmar que nessa segregação acontece a violência de gênero simbólica. Ela reproduz essas ações, seja de forma explícita, seja de maneira velada, ditando comportamentos e, na sua quase totalidade, produzindo e disseminando essa violência em forma de ações e atitudes preconceituosas e discriminatórias no próprio ambiente escolar, o qual deveria ser um dos espaços em que se devem desenvolver ações que combatam quaisquer tipos de violências. Entretanto, cabe a nós, educadores/as, fazer com que a escola não seja somente reprodutora, mas que produza ações e forme pessoas que possam transformar a sociedade por meio do conhecimento que adquirirem dentro desse espaço, construindo, desse modo, um aprendizado que supere a reprodução. A respeito disso, Freire (1987) explana que a educação não muda o mundo, a educação muda pessoas e pessoas transformam o mundo. Nós, enquanto professores/as que somos, devemos levar essa máxima em consideração.

A escola reflete o que está posto na sociedade e vice-versa, utilizando-se de seus múltiplos mecanismos de segregação, então, se temos uma sociedade patriarcal, machista, sexista e misógina, teremos, também, uma escola que refletirá essas violências. Salientamos que

a escola, querendo ou não, depara com situações nas quais sempre intervém. Seja no cotidiano da sala de aula, quando proíbe ou permite certas manifestações e não outras, seja quando opta por informar os pais sobre manifestações de seu filho, a escola está sempre transmitindo certos valores, mais ou menos rígidos, a depender dos profissionais envolvidos naquele momento (BRASIL, 1997b, p. 78).

Para corroborar essa evidência, Pierre Bourdieu (1996 apud Cristina MEDEIROS, 2007, p. 41-42) destaca que

a instituição escolar tem um papel determinante na reprodução da distribuição do capital cultural e, assim, na reprodução da estrutura do espaço social tornando-se, por esse motivo, uma aposta central nas lutas pelo monopólio de posições dominantes.

A escola está para a sociedade como uma reprodutora e distribuidora de conceitos e interesses, ou seja, como explicamos anteriormente, uma aposta central para se manter um monopólio das posições dominantes. A pergunta nesse contexto é: a quem interessa manter o poder e o monopólio sobre as pessoas, a começar pelas crianças em idade escolar? Não é muito difícil entender o porquê do interesse de alguns/mas políticos/as e empresários/as em manipularem o ambiente escolar e as pessoas que dele fazem parte. Desde muito pequenas, as crianças desenvolvem seu aprendizado, então, supõe-se que, se conseguirem ditar/manipular comportamentos e aprendizados, será bem mais fácil/útil ter uma sociedade submissa em todos os níveis em que ela se compõe.

A infância e o ambiente escolar como espaço de formação são visados como meio de fomentar e perpetuar a sociedade capitalista e excludente em que vivemos, a sociedade é formada pelos meios de produção, e estes controlam a educação. Para complementar essa afirmativa, Paulo Meksenas (2003, p. 70), seguindo as ideias de Karl Marx, apresenta que “a sociedade capitalista é desigual devido à exploração de uma classe social por outra, o processo educativo que se dá dentro da escola também é desigual [...]”.

Nesse sentido, questionamos: como devemos pensar e agir para que esses espaços sejam ambientes de construção de mentes críticas e de sujeitos plenos? Não existe uma receita pronta. Sabemos, enquanto estudiosos/as do assunto, que queremos uma escola com uma visão integralizadora para os/as alunos/as. Toda mudança, seja ela particular, seja pública, envolve uma série de situações que contemplam uma ou outra.

Se a escola que se deseja deve ter uma visão integrada das experiências vividas pelos alunos, buscando desenvolver o prazer pelo conhecimento, é necessário que ela reconheça que desempenha um papel importante na educação para uma sexualidade ligada à vida, à saúde, ao prazer e ao bem-estar, que integra as diversas dimensões do ser humano envolvidas nesse aspecto (BRASIL, 1997a, p. 78).

No caso de pensarmos uma mudança ampla que contemple ajustes políticos e sociais, podemos entendê-la como árdua, laboriosa e morosa. Entretanto, partindo desse entendimento de que não se trata de uma alteração descomplicada, devemos buscar soluções por meio da educação e da sua amplitude; lembrando que a nossa essência aqui é levantarmos questionamentos sobre a educação em sexualidade no espaço escolar, como prevenção e enfrentamento da violência sexual infantil. Desafio que consideramos ainda mais dificultoso diante da maneira como nossa sociedade e escola estão estruturadas, ou seja, sobre uma base capitalista e excludente, em que não se aceita o/a “diferente” como componente delas. Entretanto, “a escola pode deixar de ser um espaço de opressão e repressão nas questões de gênero e sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas” (MAIO, 2011a, p. 99).

Não queremos encontrar respostas prontas e acabadas, o que desejamos é instigar questionamentos a partir da perspectiva pós-estruturalista, que, segundo Santos (2009, p. 62), “examina atentamente os aspectos sociais, políticos, econômicos, éticos, religiosos, étnicos e sexuais, [...] produzindo saberes científicos em cada momento histórico”.

Todo saber é uma construção humana. Em meio a disputas de poder, as muitas intuições sociais, usando de seus discursos normativos, posicionam certos saberes como hegemônicos, muitas vezes transformando a diferença “do/a outro/a” em desigualdade social. E isso deveria interessar, sobremaneira, à Escola e suas educadoras e educadores (FURLANI, 2007, p. 12).

Se estudamos sobre a escola, logo temos que apresentar os documentos que direcionam o aprendizado que acontece, ou deveria acontecer, dentro desse espaço de ensino e aprendizagem. Estamos passando por momentos difíceis no cenário político do nosso país, com reformulações e criações de documentos referentes à educação, e, nesse contexto, foram retiradas as palavras referentes

à educação sexual de documentos oficiais, por exemplo: a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Temos, ainda, o PME, incluindo o PME do município de Astorga. Entretanto, podemos nos respaldar na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), no ECA de 1990 (MDH, 2019) e na LDBEN (BRASIL, 2017), para trabalharmos a educação em sexualidade em sala de aula com crianças e adolescentes. O Artigo 5º da Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, dispõe sobre o ECA:

Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (MDH, 2019, p. 16).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 227 (BRASIL, 1988), como já mencionado, determina que a responsabilidade por assegurar direitos e proteção de crianças e adolescentes de toda forma de violência é dever compartilhado entre família, sociedade e Estado.

A LDBEN (BRASIL, 2017, p. 8), em seu Artigo 2º, explana:

a educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Ainda sobre a LDBEN, em seu Artigo 3º, está disposto que todo/a estudante tem direito à educação eficiente, completa, plena, que o conduza ao exercício da sua cidadania. Somos, ainda, instruídos/as, nesses documentos, a trabalharmos as fases da infância e do desenvolvimento humano, o autocuidado e a proteção, além da apropriação do conhecimento científico como um todo. Temos, então, diante de nós, educadores/as, a possibilidade de trabalharmos a educação em sexualidade em sala de aula. Quando vamos trabalhar as partes do corpo do ser humano, temos a obrigação de trabalhar todas as partes, sem exceção de nenhuma delas, pois, conforme o Artigo 2º da LDBEN,

Art. 2º a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, diante disto, não podemos, não devemos ensiná-los pela metade, ou seja, o ensinamento deve, baseado em lei, ser completo, para que ocorra o seu pleno desenvolvimento (BRASIL, 2017, p. 8).

Temos, também, os documentos que direcionam o ensino da Orientação Sexual<sup>7</sup> em sala de aula, como os PCN (BRASIL, 1997b), que apontam o fazer pedagógico em relação à educação em sexualidade na escola, afirmando que esse trabalho

é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho. A Orientação Sexual não-diretiva aqui proposta será circunscrita ao âmbito pedagógico e coletivo, não tendo, portanto, caráter de aconselhamento individual de tipo psicoterapêutico. Isso quer dizer que as diferentes temáticas da sexualidade devem ser trabalhadas dentro do limite da ação pedagógica, sem serem invasivas da intimidade e do comportamento de cada aluno (BRASIL, 1997b, p. 121).

É necessário que, como profissionais da educação, possamos propiciar a essas crianças conhecimentos com informações atualizadas e diferentes abordagens, levando o/a aluno/a a desenvolver atitudes mais humanas em relação às diferentes formas de sexualidade. Para que essa aprendizagem aconteça de forma sucinta e específica, os PCN (BRASIL, 1997a) nos apresentam que o/a educador/a deve reconhecer como legítimas e lícitas a busca do prazer e as curiosidades manifestas acerca das sexualidades por parte das crianças e jovens, uma vez que se trata de parte do processo de desenvolvimento.

Os PCN (BRASIL, 1997b, p. 123) orientam os/as professores/as sobre como trabalhar a sexualidade em sala de aula:

[...] o professor transmite valores com relação à sexualidade no seu trabalho cotidiano, na forma de responder ou não às questões mais simples trazidas pelos alunos. É necessário então que o educador tenha acesso à formação específica para tratar de sexualidade com crianças e jovens na escola, possibilitando a construção de uma postura profissional e consciente no trato desse tema. O professor deve então entrar em contato com questões teóricas, leituras e discussões sobre as temáticas específicas de sexualidade e suas diferentes abordagens; preparar-se para a intervenção prática junto dos alunos e ter acesso a um espaço grupal de supervisão dessa prática, o qual deve ocorrer de forma continuada e sistemática, constituindo, portanto, um espaço de reflexão sobre valores e preconceitos dos próprios educadores envolvidos no trabalho de Orientação Sexual.

---

<sup>7</sup> Usamos o termo “Orientação” Sexual, porque é assim que ele está descrito nos PCN (BRASIL, 1997a).

O papel do/a educador/a faz toda a diferença no ensino da educação em sexualidade com as crianças. Para que esse/a educador/a desenvolva um trabalho sobre essa temática, é necessário que tenha formação acadêmica sobre o conteúdo a ser ensinado. A escola deve discutir as diferentes maneiras de se entender a sexualidade, perpassando pelos limites da ação pedagógica e trabalhando tabus, crenças e atitudes existentes na sociedade. Corroborando essa perspectiva, Egypto (2003, p. 31) dispõe que a sexualidade e a escola necessitam elaborar

um processo artesanal e elaborado, onde se constroem conhecimento, cidadania e mudança social. Não é um modismo passageiro, tão comum nestes tempos de globalizados e consumistas. A orientação sexual veio para se incorporar de forma definitiva à escola. Além de ser tema social urgente, a sexualidade é central na vida das pessoas, e sua discussão é especialmente relevante para crianças e adolescentes.

Enfatizamos a relevância da formação inicial e continuada dos/as professores/as para que possam obter mais segurança e habilidade ao desenvolver esse conteúdo com seus/as alunos/as. Por certo, ao ler esse texto, você, educador/a, deve ter pensado no fato de não (ou pouco) ter tido, em sua formação, aulas relacionadas ao ensino da educação em sexualidade voltadas ao trabalho em sala de aula com crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I. Vamos um pouco mais além com a seguinte indagação: na sua infância, você teve algum tipo de aula sobre educação em sexualidade na família ou na escola?

Para toda regra, pode haver exceção; entretanto, diante de alguns estudos, como a tese de Márcio de Oliveira (2017), podemos verificar que somente alguns documentos oficiais, tais como o PME e o Plano Nacional de Educação (PNE) elencaram essa temática. Em face disso, uma ou outra universidade/faculdade trabalhou essa temática em seus cursos de licenciatura, segundo o autor, “[...] a visível falta de diálogo nas instituições escolares, podem revelar a necessidade de refletir sobre as práticas pedagógicas atuais relacionadas à discussão sobre violência sexual contra crianças e adolescentes” (OLIVEIRA, Márcio, 2017, p. 123). Já em relação às famílias, poucas são as pessoas que – hoje adultas – tiveram algum tipo de educação advinda de seus/as responsáveis.

Não podemos apenas apresentar, aqui, que são poucas as instituições de ensino de nível superior que possibilitam aos/às seus/as estudantes serem

agraciados/as com alguma disciplina relacionada à educação em sexualidade. Precisamos avançar para além dessa evidência e procurar por soluções para essa que, para nós, é uma das causas que contribuem para a vítima ter muito mais dificuldades em procurar por ajuda, da mesma forma que possibilita, na maioria das vezes, ao/à abusador/a sair dessa situação criminal sem nem ser identificado/a, muito menos julgado/a e condenado/a por seu ato criminoso. “Orientar é sempre o melhor jeito de explicar ao/a filho/a, a importância de ser bem informado em questões de sexualidade”, assim como ao/à aluno/a (Paola GENTILE, 2006, p. 29).

Vejamos: a falta de ter uma disciplina que contenha a educação em sexualidade como foco dificulta que a vítima procure ajuda, facilitando, simultaneamente, a impunidade do/a abusador/a. Por que isso acontece? Porque se o/a próprio/a educador/a não tem a formação necessária para poder desenvolver o trabalho sobre essa temática em sala de aula com os/as alunos/as, estes/as ficarão sem esse conhecimento que consideramos relevante para a sua formação plena.

Podemos notar que as pessoas adultas que possuem mais informação e conhecimento sobre determinado assunto conseguem ter uma vida mais objetiva e, conseqüentemente, resolvem as demandas que surgem de forma mais eficaz, obtendo, desse modo, uma qualidade de vida bem melhor do que aquelas que não possuem, ou possuem de forma ineficaz, essas informações e esses conhecimentos. Devemos ser autores/as da nossa própria vida, ou seja, necessitamos possuir boas condições de agir e pensar, desenvolvendo nossos conhecimentos de maneira a termos uma vida mais segura e tranquila. Para conseguirmos essa formação, “é necessário que o/a professor/a se capacite sobre os direitos da criança [...] bem como sobre as violências que podem atingi-las [...]” (Hugo DANTAS, 2019, p. 171).

Sobre isso, Ricardo Silva (2002, p. 31) afirma que “tanto o/a professor quanto o/a aluno/a necessitam ser autores/as de seu próprio processo de desenvolvimento, não aceitando ser meros/as repetidores/as de esquemas predeterminados de conhecimento”. Diante dessa afirmativa, podemos dizer que, para uma pessoa adulta, é indispensável obter informação e conhecimento para poder resolver questões relacionadas ao dia a dia; com isso, reforçamos que

essas informações e esses conhecimentos são necessárias/os para o desenvolvimento físico e psicológico da criança. Por isso, a formação acadêmica docente deve ser completa, incluindo aulas sobre a educação em sexualidade, pois entendemos que, por meio delas, é possível desenvolver no/a aluno/a conhecimentos suficientes para que ele/a aprenda e reconheça as ações que caracterizam a violência sexual. Nesse sentido, segundo Dantas (2019, p. 172), o/a professor/a e “a escola deve[m] intervir, a partir da realidade concreta dos/as seus/as alunos/as e de suas experiências cotidianas”, levando-os/as a aprenderem, de forma contextualizada e lúdica, sobre como se defenderem de possíveis violências sexuais, podendo compreendê-las e saber onde e para quem contar.

Ao reconhecer as atitudes de um/a abusador/a, se a criança estiver bem preparada pedagógica e psicologicamente, ela não se calará, saberá como, onde e com quem deverá pedir ajuda sobre a violência sexual que está sofrendo ou mesmo a violência que outra criança do seu convívio está vivendo. Louro (2009, p. 34) traduz que “mais do que a aceitação e a tolerância do/a ‘diferente’, o desafio talvez seja admitir que todas as posições sociais são circunstanciais, que nenhuma é natural ou estável [...]”. Por isso, devemos empoderar todas as crianças, pois, dessa forma, será possível enfrentar e muitas vezes prevenir que a violência sexual aconteça; se a violência não acontece, evita-se que essa criança desenvolva traumas e conflitos sobre a sua própria sexualidade. “Alertar a criança sobre essas violências pode evitar que o ciclo da violência seja iniciado, possibilitando intervir não só na vida daquela criança [...], mas no contexto familiar ou comunitário onde a vulnerabilidade está presente” (DANTAS, 2019, p. 172).

Essa maneira de olhar para essas questões nos põe diante da responsabilidade de sermos educadores/as e, portanto, termos a obrigação, a partir de condições políticas, instrumentos e materiais de apoio, de formar sujeitos plenos em relação à educação em sexualidade e às suas implicações e, também, o objetivo de projetar essas questões para um debate produtivo em busca de encontrar possíveis melhorias sobre o desenvolvimento desse tema. Precisamos questionar afirmativas e negativas, a fim de melhor desenvolver atitudes eficazes em relação ao estudo e ao desenvolvimento do ensino da educação em

sexualidade com crianças em idade entre 6 e 10 anos, que são justamente os/as alunos/as que contemplam o Ensino Fundamental I. Para Louro (1997, p. 64), “atrevidamente é preciso, também, problematizar teorias que orientam nosso trabalho, [...] procurando perceber o sexismo e o etnocentrismo que ela frequentemente carrega e institui”.

Alguns/mas alunos e alunas estão cada vez mais violentados/as em seus direitos, pois são vítimas passivas, ou seja, não resistem, justamente, por não entenderem o que se passa com eles/as. Geralmente, as crianças nessa faixa etária não conseguem discernir o que é carinho do que é violência sexual, não sabem as atitudes que denotam esse tipo de agressão. Não sabem, porque, na maioria das vezes, não lhes é ensinado sobre educação em sexualidade, delas é tirado esse direito, cuja garantia é dada nos documentos oficiais citados ao longo deste texto. Em vista disso, espera-se que, no ambiente escolar, o/a aluno/a possa sentir-se seguro/a e relatar se sofre algum tipo de violência. Dantas (2019, p. 171) salienta que “a convivência harmoniosa e sincera na escola possibilita que a criança [...] relate para seu/sua professor/a [...] uma situação de desconforto ou violência, e que esta deve ser comunicada ao Conselho Tutelar”.

Rigidamente apegada à religião e à “moral” patriarcal e machista, temos uma sociedade que colabora para que esse ensino não aconteça nem dentro da escola, nem fora dela, pois é dentro da própria família que encontramos vários obstáculos que impedem questionamentos sobre a educação em sexualidade, tendo em vista que, por trás dessa proibição, muitas vezes, temos o/a abusador/a. E é aí que surge um dos maiores complicadores para se evitar a violência sexual infantil tanto dentro como fora de casa, que é violência intrafamiliar e a violência extrafamiliar, respectivamente. Essa tradição de calar-se e fingir que a violência sexual não acontece extrapola toda a prática escolar, a escola poderia trabalhar com as crianças as formas de violências e como elas podem acontecer. Todavia, como pedir para a criança confiar nos/as seus/suas responsáveis, quando, muitas vezes, são eles/as que cometem a própria violência? Esse dado tem fundamento no 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019, n. p.): “em relação ao vínculo com o abusador, 75,9% das vítimas possuem algum tipo de vínculo com o agressor, entre parentes, companheiros, amigos e outros [...]”.

Em razão disso, é inescusável que se tenham na escola profissionais preparados/as e com um olhar voltado para essas especificidades. A sensibilidade e o preparo desse/a profissional, seguramente, farão toda a diferença na maneira de conduzir situações como essas. E, novamente, salientamos a inevitabilidade da formação inicial e continuada dos/as profissionais da educação, pois depois da família, quem mais tem contato e permanece por maior tempo com a criança, nessa idade escolar, são esses/as profissionais. Soma-se a isso, o fato de muitas crianças terem somente o carinho que recebem das pessoas da escola, pois, infelizmente, vivenciam, em suas casas, a falta de carinho, de atenção e por vezes a própria violência como acontecimento diário. Dantas (2019, p. 172) afirma que “a escola deve ser um lugar seguro e confiável de acesso à educação acerca da sexualidade de crianças [...]”.

Diante desse cenário desolador, vez ou outra, deparamo-nos com a nossa própria impotência, e isso, ocasionalmente, causa-nos desânimo; entretanto, na maioria das vezes, faz com que lutemos veementemente por aqueles/as que no momento não podem lutar sozinhos/as por seus direitos e dependem de nós, educadores/as. Somos nós que estamos com essa criança na maior parte do dia, na maior parte do tempo que essa criança fica fora de casa. Em vista disso, é a nós, professores/as, que a responsabilidade é conduzida, somos nós que devemos ter um olhar preciso em relação ao fato de essa criança estar sofrendo qualquer tipo de violência, não somente a violência sexual. Diante disso, Dayana Santos e Débora Araújo (2009, p. 22) complementam com a seguinte afirmação: “a escolarização deve valorizar a diversidade [...], e não privilegiar os/as heterossexistas, machistas, homofóbicos/as, racistas e elitistas”. Concordando com essa ideia, entendemos ser possível fazer uma educação por meio de uma abordagem pedagógica que contemple o sujeito como um ser em constante transformação.

Nesta seção, fizemos uma discussão sobre as questões que envolvem a pouca formação inicial e continuada do/a professor/a em relação à educação em sexualidade ou a ausência desta; no entanto, faz-se necessário explanar aqui que a responsabilidade deve, também, ser trazida para as políticas públicas e para seus/as gestores/as, ou “(des)gestores”. Respaladas em documentos oficiais, como a LDBEN (BRASIL, 2017), os PCN (BRASIL, 1997a), a BNCC (BRASIL,

2018), dentre outros documentos oficiais, e embasadas em alguns/mas autores/as que também tratam desse assunto, como Márcio de Oliveira (2017), Eliane Maio (2011b) e Indianara Meurer (2017), podemos afirmar que, para essa formação efetivamente acontecer, é primordial que as políticas públicas (passem por avaliações e fiscalizações constantes) e seus documentos destaquem que a violência sexual contra crianças deve ser combatida. Nesse contexto, ela poderá ser erradicada/amenizada por meio da “vontade” política, do apoio social para ações de prevenção, levando-se em consideração que ela deve ultrapassar o papel e adentrar no campo do palpável, com materiais/instrumentos de trabalho, locais adequados para se trabalhar essa formação. Não podemos aqui culpabilizar tão somente o/a docente, quando sabemos que há mais culpados/as nesse processo. Nossa intenção não é buscar culpados/as, mas sim vislumbrar possíveis soluções.

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TRAJETÓRIA INVESTIGATIVA

Apresentamos, nesta seção, os elementos da investigação: objetivo do estudo, sujeitos da pesquisa, instrumentos utilizados e os procedimentos que empregamos para a análise dos dados coletados. Esses componentes ajustam-se para a compreensão de como se deu esta pesquisa. Com isso, o objetivo desta pesquisa foi o de compreender a relação da formação inicial e continuada sobre educação em sexualidade de alguns/mas professores/as que atuam no Ensino Fundamental I com a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças, a fim de pensar os efeitos de essa educação ser ou não trabalhada em sala de aula nas escolas municipais de Astorga – PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá. Analisamos as formas como são ou não desenvolvidos estudos da educação em sexualidade em sala de aula com crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I.

### 4.1 Sujeitos e instrumentos utilizados na pesquisa

A trajetória iniciou-se juntamente à minha orientadora, quando decidimos como aconteceria a pesquisa. Nossa primeira ação foi eleger qual seria a forma da pesquisa, decidimo-nos, então, por fazer Grupo Focal. Para Bernadete Gatti (2012), a escolha da técnica do Grupo Focal para um trabalho de pesquisa deve orientar-se pela aderência da técnica aos objetivos do estudo e pela relevância dos dados que com ela se pode obter para o problema da pesquisa. Optamos por permitir dez participantes/professores/as, pois, em projetos de pesquisa, torna-se o mais adequado.

### 4.2 Grupo Focal: estratégias e metodologias utilizadas nos encontros

Sobre Grupo Focal, Luciana Kind (2004) define-o como um procedimento de dados no qual o/a pesquisador/a tem a possibilidade de ouvir sujeitos ao mesmo tempo, além de observar as interações características do processo grupal.

A técnica de grupos focais encontra-se fundamentada na tradição do trabalho com grupos, na sociologia e na psicologia social crítica. Deste modo, encontraremos a utilização da técnica calcada em fundamentações teóricas distintas, trazendo implicações principalmente para a análise do processo de investigação (KIND, 2004, p. 126).

O processo de pesquisa com Grupos Focais deve levar em consideração a evidência de propósitos, pois as decisões metodológicas dependem dos objetivos traçados (Sônia GONDIM, 2003). Por ser um método que pode trazer melhores resultados para discussão que faremos, o trabalho com Grupo Focal foi viável nesta pesquisa, conforme expõe Gatti (2012).

O trabalho com o Grupo Focal pode trazer bons esclarecimentos em relação a situações complexas, polêmicas, contraditórias, ou a questões difíceis de serem abordadas em função de autoritarismos, preconceitos, rejeição ou de sentimentos de angústia ou medo de retaliações; ajuda a ir além das respostas simplistas ou simplificadas, além das racionalizações tipificantes e dos esquemas explicativos superficiais (GATTI, 2012, p. 14).

Concordando com a citação anterior e pelo fato de o objeto da nossa pesquisa ser considerado um “tabu”, decidimo-nos por trabalhar com Grupo Focal, visto que, certamente, colheríamos melhores resultados.

Em relação à quantidade de grupos, escolhemos realizar somente um grupo com dez participantes. A decisão sobre a quantidade de grupos a serem utilizados deve levar em conta a homogeneidade/heterogeneidade da população-alvo em relação ao objeto da pesquisa e os objetivos desta (GATTI, 2012).

O objetivo do estudo é o primeiro referencial para a decisão de quais pessoas serão convidadas a participar, deverá existir algum traço comum entre os/as participantes (GATTI, 2012). Definido o tipo de pesquisa e delimitada a quantidade de participantes, avançamos para a próxima etapa. A rede municipal de ensino de Astorga é composta de oito instituições públicas do Ensino Fundamental I, priorizamos, então, um/uma professor/a de cada instituição e um/a representante do Departamento Municipal de Educação (DME) de Astorga – PR, abrimos a exceção para que uma instituição permitisse dois participantes, pelo fato de um dos professores da instituição ter demonstrado interesse em participar do grupo, sendo ele o único sujeito do gênero masculino a compor o Grupo Focal; totalizando, desse modo, dez participantes. Nessas escolhas, o conhecimento e o

julgamento do/a pesquisador/a é que balizarão a composição do grupo (GATTI, 2012).

A escolha dos/as participantes se deu por serem professores/as e estarem em contato direto com os/as alunos/as. Uma instituição optou por mandar para a pesquisa a diretora, os/as demais participantes são professores/as regentes de turmas. A participante do DME não está, efetivamente, em sala de aula, pois desenvolve seu trabalho de assessoria pedagógica nesse departamento em Astorga.

Sobre o ambiente escolhido para acontecer os encontros, para Kind (2004), o ambiente ideal para a realização de Grupos Focais deve propiciar privacidade; conforto; ausência de interferências sonoras; e facilidade de acesso para os/as participantes. A definição do local dos encontros seguiu as sugestões de Gatti (2012), a fim de favorecer a interação entre os/as participantes. Escolhemos, então, a sala de reuniões/cursos do DME, que ficava<sup>8</sup> no primeiro andar no prédio do Banco do Brasil.

O primeiro encontro foi realizado nesse ambiente. O segundo encontro foi *on-line*, por conta de estarmos em uma pandemia e termos que seguir os protocolos de combate à covid-19. As demais reuniões aconteceram no novo endereço do DME, que passou a ser nas dependências da antiga Faculdade Astorga; utilizamos a sala de reuniões e cursos, respeitando todos os protocolos de biossegurança de combate à covid-19.

Definimos a realização de cinco encontros, com duração de duas horas cada, totalizando dez horas. Alguns/mas autores/as, como Gatti (2012), recomendam que os encontros durem entre uma hora e meia, e não mais do que três horas, sendo que, em geral, com uma ou duas sessões, obtêm-se as informações necessárias a análises mais adequadas.

O próximo passo foi comunicar à diretora municipal de educação do DME; feito isso, obtivemos a autorização para iniciarmos o processo de convidar os/as participantes.

O convite deve ser motivador, de modo que os que aderirem ao trabalho estejam sensibilizados tanto para o processo como para

---

<sup>8</sup> Digo “ficava”, pois, durante o transcorrer do curso, o DME mudou-se para outro prédio, ficando, assim, localizado no antigo prédio da Faculdade Astorga.

o tema geral a ser tratado, ou seja, a atividade no grupo focal deve ser atraente para os participantes, por isso, preservar sua liberdade de adesão é fundamental. A participação num processo de Grupo Focal também pode propiciar um momento de desenvolvimento para os participantes, tanto nos aspectos comunicacionais, como nos cognitivos e afetivos (GATTI, 2012, p. 13-14).

Realizamos o convite enfatizando o que seria o trabalhado no grupo; entretanto, não foram explicitadas todas as informações no primeiro momento, pois, conforme Gatti (2012), não é recomendado detalhar todas elas nesse momento, saber antecipadamente determinadas questões pode propiciar a formação de opiniões prévias, o que podem interferir nas discussões.

Em relação à coleta/registro de dados, esta se deu por meio de gravação de áudio, anotações por escrito e questionário sobre os aspectos da discussão. O meio mais comumente utilizado para coletar dados é a gravação. “O meio mais usado para se registrar o trabalho com um Grupo Focal é a gravação em áudio; por isso, a escolha do lugar de realização do grupo deve ser cuidadosa, de forma a permitir que a gravação possa ser feita com sucesso” (GATTI, 2012, p. 24-25).

É necessário refletir sobre as questões que se relacionam com o meio escolhido para registrar o trabalho desenvolvido. O Grupo Focal permite, também, realizar esses registros por meio de filmagens em vídeo; contudo, mesmo os vídeos não conseguem dar conta das expectativas criadas (GATTI, 2012). Por isso, devemos discutir/analisar bem essas questões ligadas aos registros. Algumas pessoas não ficam muito à vontade com gravações em vídeos; por conta disso, optamos pela coleta de dados em áudio.

Para complementar a coleta de dados, preferimos, também, fazer a coleta dos estudos em forma de questionários (Apêndice B) por escrito, essas discussões realizadas por meio de Grupo Focal foram, ainda, gravadas e transcritas, sendo utilizadas somente para este estudo. Utilizamos todo o trâmite ético, conforme assegura o Comitê de Ética em Pesquisa (COPEP)<sup>9</sup> da Universidade Estadual de Maringá.

---

<sup>9</sup> O Comitê de Ética em Pesquisa (COPEP) tem como objetivo garantir a integridade e a dignidade dos/as participantes na pesquisa, assegura, também, os padrões éticos exigidos na pesquisa, conforme determina a Resolução n.º 466/2012-CNS-MS. Ver em: BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012. **Universidade Estadual de Maringá – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://www.ppg.>

Esses questionários foram elaborados no momento do planejamento dos encontros e aplicados ao final do quinto encontro.

O uso de um questionário e o momento de seu emprego precisam ser bem pensado, pois, se aplicado antes do término do trabalho, pode gerar interferência nas opiniões a serem exaradas no grupo, ou, se aplicado depois, as respostas podem sofrer interferência e eventos ocorridos especificamente no grupo. Essa última condição é mais tranquila de se lidar, uma vez que as respostas podem ser confrontadas com as falas e situações grupais (GATTI, 2012, p. 27).

A coleta de dados é utilizada para o desenvolvimento dos estudos e deve permitir retratar caminhos de construção e valoração de ideias do próprio grupo; por isso, necessitamos ter anotações, gravações e transcrições cuidadosas. O trabalho não se caracteriza como entrevista coletiva, mas sim como proposta de troca efetiva e coletiva entre os/as participantes (GATTI, 2012).

Para elaborar o roteiro de trabalho com o grupo, juntas, eu e minha orientadora, procuramos desenhar o propósito do grupo, que é o de problematizar a temática da pesquisa, a saber, a formação do/a professor/a e o ensino da educação em sexualidade em sala de aula como uma das formas de se evitar e enfrentar a violência sexual contra crianças. Devemos ser sensíveis e flexíveis, pois, durante o estudo, é possível que seja necessário fazer algumas alterações, em função da forma como as discussões acontecem no Grupo Focal.

Cabe considerar que a elaboração do roteiro para o trabalho com o Grupo Focal tem que ser muito cuidadosa, dentro dos propósitos da pesquisa. No entanto, pode ocorrer que, durante o processo de discussão, um ou outro tópico previsto para um momento posterior venha a ser tratado de modo suficiente antecipadamente. Pode-se deixar correr a discussão, caso ela esteja avançando bem, ou pode-se dizer ao grupo que este ou aquele tópico virá a ser tratado depois, pedindo-se aos participantes para retomar as ideias sobre o assunto anterior em pauta. Flexibilidade é imprescindível (GATTI, 2012, p. 32).

Os Grupos Focais são imprevisíveis em seus comportamentos, havendo grupos que se engajam rapidamente no trabalho e nos quais a discussão flui com entusiasmo, enquanto há outros que se mostram reticentes e cautelosos (GATTI, 2012). O Grupo Focal com o qual desenvolvemos a nossa pesquisa, felizmente, é

o de pessoas engajadas e entusiasmadas, as discussões fluíram bem e permearam o caminho para o nosso estudo e a nossa análise de dados.

#### 4.3 Como aconteceram os cinco encontros?

Optamos por realizar os encontros em formato de Curso de Extensão, foi feito um total de cinco reuniões, com duração de duas horas cada, totalizando dez horas. Os encontros foram semanais, e a quarta-feira foi o dia da semana escolhido para eles acontecerem. O primeiro encontro foi no dia 17 de março de 2021, e o último aconteceu no dia 14 de abril de 2021, finalizando, assim, o cronograma planejado para o Grupo Focal.

O primeiro encontro consistiu, primeiramente, na explicação sobre como aconteceria a pesquisa e, após sanadas algumas dúvidas, tendo, por unanimidade o aceite, foram solicitadas a leitura, a aceitação e a assinatura do TCLE pelos/as participantes.

Nesse primeiro encontro, solicitamos ao/à participante que escolhesse um pseudônimo<sup>10</sup> que seria usado por ele/a durante o curso e que também seria utilizado para transcrever os áudios e os questionários por escrito; além disso, pedimos que preenchessem um questionário (Apêndice C). Na sequência, o Quadro 2 contém o pseudônimo que cada participante escolheu.

**Quadro 2** – Pseudônimo dos/as participantes da pesquisa

Participante	Pseudônimo
1	Ana
2	Bianca
3	Brida
4	Camila
5	Cidinha
6	Cristina
7	Maria
8	Mariana
9	Patrícia
10	Zé

Fonte: Elaboração da autora (2021)

<sup>10</sup> Nome fictício usado pelo autor de uma obra, literária ou não, sendo o seu nome verdadeiro ocultado. Ver em: PSEUDÔNIMO. **Dicio, Dicionário Online de Português**, [s.l.], c2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pseudonimo/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

Ainda nesse primeiro encontro, fizemos um levantamento sobre o perfil dos/as participantes em relação à idade, ao gênero, ao estado civil, ao número de filhos/as, à idade dos/as filhos/as, à religião e à média salarial da família.

**Quadro 3** – Perfil social dos/as participantes da pesquisa

Pseudônimo	Idade	Gênero	Estado civil	Filhos/as	Idade dos/as filhos/as	Renda mensal familiar (salário mínimo)
Ana	49	Feminino	Casada	3	27-25-22	5 salários
Bianca	36	Feminino	Solteira	3	17-13-10	3 salários
Brida	54	Feminino	Solteira	1	28	4 salários
Camila	53	Feminino	Divorciada	2	30-22	5 salários
Cidinha	47	Feminino	Divorciada	2	15-10	4 salários
Cristina	35	Feminino	Casada	1	7	Acima de 5 salários
Maria	37	Feminino	Casada	2	24-14	Acima de 5 salários
Mariana	27	Feminino	Casada	1	6 meses	4 salários
Patrícia	45	Feminino	Casada	2	23-16	3 salários
Zé	51	Masculino	Solteiro	0	0	5 salários

Fonte: Elaboração da autora (2021)

A faixa etária dos/as participantes fica entre 27 e 54 anos. Somente um participante não tem filhos/as, ficando a média entre um/a e três. Casadas temos cinco; solteiros/as, três; divorciadas, dois. A renda mensal fica entre três e cinco salários, e somente duas participantes relataram ter a renda acima de cinco salários. Dos/as dez participantes, nove são do gênero feminino e um do gênero masculino.

Em relação à religião de cada participante, segue o Quadro 4 com os resultados. Considerando que os marcadores de religião de matriz cristã, de certo modo, influenciam nas questões relacionadas ao ensino da educação em sexualidade para crianças do Ensino Fundamental I, geralmente, utilizam-se das crenças religiosas<sup>11</sup> para justificar a negativa em concordar com o ensino da educação em sexualidade na escola. “Em nome da fé e dos bons costumes [...] justificam políticas públicas e educacionais [...] reforçadas pelas ‘verdades’ criadas que reiteram o padrão [...] moralista/conservador” (LEITE, 2020, p. 15).

<sup>11</sup> “A religião não é a questão em si, mas sim a tentativa de orientar as pessoas para que sigam religiões que não respeitam o pluralismo religioso, ou o direito de não escolher nenhuma religião” (LEITE, 2020, p. 15).

**Quadro 4** – Perfil religioso dos/as participantes

Pseudônimo	Religião
Ana	Evangélica
Bianca	Católica
Brida	Não tem religião
Camila	Católica
Cidinha	Católica
Cristina	Evangélica
Maria	Católica
Mariana	Católica
Patrícia	Católica
Zé	Católico

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Dos/as dez participantes, somente uma afirma não ter nenhuma religião; quanto ao restante, duas são evangélicas e sete se dizem católicos/as.

Para completar esse questionário, perguntamos, também, qual é a função do/a participante na instituição em que trabalha e por quanto tempo atua no Ensino Fundamental I. Segue o resultado no Quadro 5.

**Quadro 5** – Perfil profissional dos/as participantes

Pseudônimo	Função	Tempo de atuação na educação
Ana	Professora	23 anos
Bianca	Professora	6 anos
Brida	Coordenadora pedagógica	30 anos
Camila	Professora	10 anos
Cidinha	Diretora	23 anos
Cristina	Professora	14 anos
Maria	Professora	4 anos
Mariana	Professora	1 ano
Patrícia	Professora	16 anos
Zé	Professor	6 anos

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Em relação à profissão/função dos/as dez participantes, todos/as são professores/as; no entanto, uma está na função de coordenadora pedagógica e uma está como diretora. Quanto ao tempo de atuação na área educacional, houve variação entre 1 e 30 anos.

#### 4.4 Descrição pedagógica dos encontros

##### 4.4.1 O primeiro encontro

Iniciamos o encontro dando as boas-vindas aos/às participantes, agradecendo aceite do convite de participar e contribuir para esta pesquisa de mestrado. Após a recepção de todos/as, realizamos a parte burocrática/documental, solicitando, desse modo, aos/às eles/as que, após terem sido informados/as sobre o conteúdo exposto no TCLE e sanadas todas as dúvidas, que assinassem o documento em duas vias de igual teor, ficando uma com o/a participante e a outra com a pesquisadora, para uso posterior. Nesse momento, foi lhes informado, também, que os encontros seriam gravados em áudio, explicamos que todos/as os/as participantes deram seu aceite para a gravação dos áudios. Nesse primeiro momento, o/a moderador/a deve

fazer breve introdução, com o objetivo de tranquilizar e estabelecer o enquadre para o grupo; ele se apresenta e explica os objetivos do grupo, e, em seguida, assegura para os participantes que não existem opiniões corretas, que opiniões contrárias serão bem-vindas e que não há interesse em nenhuma opinião particular. O moderador pede aos participantes que falem um de cada vez e explica que é permitido intervir na fala do outro, mas que devem ser evitadas interrupções desnecessárias. Pede-se permissão para gravação (em áudio ou vídeo) quando essas formas de registro estão previstas na pesquisa (KIND, 2004, p. 131).

Aos/Às participantes expusemos, também, as regras básicas que compõem o formato do Grupo Focal. Gatti (2012) aponta que, como técnica de pesquisa, ele tem sua constituição e seu desenvolvimento em função do problema da pesquisa. O problema precisa estar bem exposto, e a questão ou as questões devem ser levadas ao grupo para discussão (GATTI, 2012). Os Grupos Focais são como uma técnica de pesquisa que coleta dados por meio das interações dentro desses grupos ao se discutir o problema da pesquisa.

Em seguida explanamos sobre o objetivo de estudo em formato de Grupo Focal. O roteiro que utilizamos foi elaborado de forma flexível, não perdendo de vista o objetivo da pesquisa. Para Gatti (2012), o roteiro elaborado como forma de

orientar e estimular a discussão deve ser utilizado com flexibilidade, de modo que ajustes possam ser feitos no decorrer do trabalho.

Explicamos aos/às participantes que as discussões grupais fazem parte da pesquisa e que, por meio delas, seria possível aprofundar o conhecimento sobre o tema específico.

A metodologia de pesquisa apoiada na técnica dos grupos focais considera os produtos gerados pelas discussões grupais como dados capazes de formular teorias, testar hipóteses e aprofundar o conhecimento sobre um tema específico. Neste caso, sem sombra de dúvida, torna-se necessário envidar esforços no sentido de compreender como o processo de discussão ocorre para que se avaliem suas reais limitações e possibilidades (GONDIM, 2003, p. 158).

Os estudos de Gondim (2003) contribuem apontando para o uso dos Grupos Focais como técnica de investigação qualitativa; contudo, a escolha de uma técnica é apenas uma opção metodológica que deve estar fundamentada pelo/a pesquisador/a em pressupostos filosóficos.

Definimos, também, um roteiro em que um/a participante falaria por vez, para que a qualidade do áudio ficasse audível, solicitamos, então, que evitassem conversas paralelas e falassem o que pensassem sobre o que estava sendo debatido naquele momento.

Um bom roteiro é aquele que não só permite um aprofundamento progressivo (técnica funil), mas também a fluidez da discussão sem que o moderador precise intervir muitas vezes. A explicitação das regras do grupo focal nos momentos iniciais pode ajudar na sua autonomia para prosseguir conversando. São elas: a) só uma pessoa fala por vez; b) evitam-se discussões paralelas para que todos participem; c) ninguém pode dominar a discussão; d) todos têm o direito de dizer o que pensam (GONDIM, 2003, p. 154).

Para Kind (2004), há uma tendência em ser diretivo apenas o mínimo necessário para que não se desvie em demasia do tema da discussão. Isso não é uma regra; entretanto, facilita o desenvolvimento do Grupo Focal.

Utilizamos questões que abordam sobre a educação em sexualidade em sala de aula como forma de prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e a formação dos/as professores/as, assegurando o que contempla o COPEP da UEM.

Os/as participantes foram sendo recepcionados/as conforme iam chegando. Atendendo aos protocolos de biossegurança vigentes contra a covid-19, foram aferidas as temperaturas, e cada participante fez o uso de álcool 70º em gel e máscara ao adentrar no ambiente.

Eles/as chegaram apresentando euforia e animação em relação ao que iriam aprender no Curso de Extensão. Passado esse primeiro momento, explanamos como aconteceriam os encontros. Fizemos a parte documental e avançamos para a parte pedagógica.

A escolha dos materiais que foram utilizados se deu em reunião, com a orientadora deste trabalho, dias antes do início do curso. Optamos, em comum acordo, que, no primeiro encontro, utilizaríamos como material problematizador o vídeo<sup>12</sup> “O que é violência sexual infantil”. Planejamos, também, trabalhar o conteúdo do vídeo da entrevista<sup>13</sup> com Adriana Costa de Miranda, intitulado “Formação de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes”, datado de 19 de maio de 2016.<sup>14</sup> Após assistirem aos vídeos, levantamos os questionamentos livres, ou seja, abrimos para que os/as participantes falassem sobre o que os vídeos lhe permitiram pensar.

Começamos os debates, sinalizando os pontos relevantes dos vídeos; no entanto, não demorou muito e as discussões já foram trazidas para a realidade do dia a dia, dentro e fora da escola.

---

<sup>12</sup> Ver em: O QUE é violência sexual infantil. **YouTube**, [s.l.], 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e5R0sQ9QWkM>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

<sup>13</sup> Sinopse do vídeo da entrevista: “Programa Em dia com a Educação - Formação de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes – Nessa edição entrevistamos a professora e escritora Adriana Miranda sobre a formação de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes”. Ver em: FORMAÇÃO de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. **YouTube**, [s.l.], 19 maio 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dj89oY5CF5A>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

<sup>14</sup> Ver em: FORMAÇÃO de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. **YouTube**, [s.l.], 19 maio 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dj89oY5CF5A>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

**Quadro 6** – Questões do primeiro encontro do Grupo Focal

Questões direcionadas semiestruturadas e estruturadas para o desenvolvimento do debate do primeiro encontro
1) Quando vocês ouvem a seguinte frase: educação em sexualidade no ambiente escolar do Ensino Fundamental I, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças, o que lhes vem à cabeça?
2) O que você já sabe sobre essa temática? Onde e como você aprendeu sobre isso?
3) Para você, o que é violência sexual?
4) Os temas “gênero e sexualidade” são temas presentes no planejamento de suas aulas? Se sim, como você os trabalha? Se não, por que você não os trabalha?
5) Você entende ser necessário trabalhar a educação em sexualidade no Ensino Fundamental I? Se sim, por quê? Se não, por quê?
6) Na escola em que você trabalha, já houve casos de violência sexual? Como você tomou conhecimento? Como o caso foi tratado?
7) Na sua formação inicial e continuada, você teve alguma disciplina/palestra lhe orientando sobre a necessidade de se trabalhar a educação em sexualidade no ambiente escolar? Se sim, descreva.
8) Você tem filhos/as, sobrinhos/as nessa idade escolar? Você fala com eles/as sobre sexualidade?
9) Você se considera uma pessoa “educada” sexualmente? De quem você recebeu essa educação? Descreva.
10) Como você define gênero, sexo e sexualidade?
11) Você pensa ser possível a educação em sexualidade estar entrelaçada com cultura e religião? Explique.

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>15</sup>

Para desenvolvermos os debates propostos, fizemos as questões e os/as participantes foram respondendo. Realizarmos esta pesquisa em formato de Grupo Focal propiciou-nos vivenciarmos várias situações de ensino e aprendizagem que, certamente, fez-nos crescer como ser humano e profissional, permitindo, desse modo, que possamos ser pessoas mais conscientes da nossa necessidade na formação plena dos/as nossos/as alunos/as.

Com o objetivo de interpretar e analisar os áudios gravados durante os cinco encontros, selecionamos as falas em que são mencionadas as palavras violência sexual, sexualidade, família e escola e suas diferentes formas de se trabalhar (ou não) a educação em sexualidade. O volume de transcrições que se obtém, em geral, causa impacto e muitas vezes ansiedade nos/as pesquisadores/as, pois traz à tona a complexidade que está envolvida no tratamento de todo esse material (GATTI, 2012).

Ao trabalhar com a temática da educação em sexualidade em um Grupo Focal, temos que ter a sensibilidade de nos mantermos “neutros/as” em relação às inferências. Apresentamos, a partir da descrição dos encontros, partes/recortes

<sup>15</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

das “falas” e dos “diálogos” que obtivemos durante as transcrições dos áudios e, também, transcrevemos o resultado obtido por meio dos questionários, os quais fizeram com que essa escrita fosse enriquecida com detalhes essenciais ao desenvolvimento dos resultados esperados.

Tratar de questões relacionadas a gênero, sexualidade e violência sexual infantil dentro e fora do ambiente escolar exige muita leitura e estudo sobre a temática; por conta disso, é crucial trabalhar o assunto de forma objetiva e sensível, fazendo apontamentos científicos para validar a nossa fala.

Para contextualizar a nossa primeira discussão no Grupo Focal, apresentamos o primeiro questionário, disposto no Quadro 6, deste encontro. A pergunta disparadora foi: “Quando vocês ouvem a seguinte frase: educação em sexualidade no ambiente escolar do Ensino Fundamental I, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças, o que lhes vem à cabeça?”.

*Camila: Em um primeiro momento, a dificuldade para que isto aconteça, mas deveria realmente ser desenvolvido na escola, até para que pudéssemos ajudar e até mesmo salvar muitas crianças.*

*Cristina: A possibilidade de abrir novos caminhos na escola para explicar sobre um assunto bastante relevante, que pode ajudar muitas crianças a se libertarem da violência sofrida.*

*Mariana: Que é uma temática que precisa urgentemente ser trabalhada em todas as escolas do nosso país [...].*

*Ana: Um assunto complexo, onde é necessário ter um embasamento teórico para que se possa trabalhar<sup>16</sup>.*

A partir dessas falas, é possível perceber que os/as professores/as têm consciência da necessidade de se trabalhar a temática da violência sexual em sala de aula, pois entendem que, por meio dessa educação, poderão minimizar as violências que acontecem contra crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I.

A participante Camila relata que, com a educação em sexualidade, poderíamos “*salvar vidas*”, nesse contexto, podemos dizer que esse “*salvar vidas*” refere-se a “*salvar*” da violência, da humilhação, da perda dos sonhos, da crueldade da violência de qualquer natureza, especificamente, aqui, da violência sexual. Considerando que, geralmente, quando a criança sofre violência sexual,

---

<sup>16</sup> Copiamos/transcrevemos as “falas” idênticas como responderam, sem fazer as correções gramaticais.

ela sofre também a violação dos seus direitos enquanto cidadã, entendemos que é dever da escola desenvolver seu papel ético e legal para acolhê-la e direcioná-la para órgãos competentes em atender a esses tipos de violência.

A escola tem compromisso ético e legal de notificar às autoridades competentes casos suspeitos ou confirmados de maus-tratos, que inclui a violência sexual para a criança e para o adolescente e, considerando que a escola deve ter como objetivo garantir a qualidade de vida de sua clientela, bem como promover a cidadania, surge-nos a preocupação de conhecer as concepções dos(as) professores(as), diretores(as) e coordenadores(as) pedagógicos(as) sobre o fenômeno, bem como suas atitudes frente a suspeita ou confirmação de casos de violência sexual envolvendo alunos(as) (Luciene CAMARGO; Renata LIBÓRIO, 2006, p. 2).

O ECA (MDH, 2019), em seu Artigo 245, especifica que, se o/a médico/a, professor/a ou responsável por estabelecimento de educação deixar de comunicar à autoridade competente os casos de violência contra criança ou adolescente, este/a poderá sofrer sanções da Lei, que podem ser o pagamento de três a vinte salários mínimos, e essa situação não é considerada crime, e sim uma infração administrativa.

Por vezes, não é a falta da lei que faz com que casos de violência continuem acontecendo sem a devida atenção, mas sim a falta de conhecimento e entendimento sobre elas. Algumas leis existem; entretanto, é preciso que sejam conhecidas e utilizadas quando forem necessárias. Ao discutir educação em sexualidade, poderíamos tornar toda uma comunidade educativa mais consciente e emancipadora para discutir assuntos relacionados para o discernimento na área da sexualidade (MAIO, 2011a).

Em relação aos temas gênero e sexualidade, fizemos a seguinte indagação: “Os temas ‘gênero e sexualidade’ são temas presentes no planejamento de suas aulas? Se sim, como você os trabalha? Se não, por que você não os trabalha?”.

*Mariana: Quando trabalhava com Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, sim. Agora no Fundamental I, ainda não tive a oportunidade de trabalhar o tema.*

A participante deixa explícito que, para ela, houve “oportunidade” de trabalhar com esse tema no Ensino Fundamental II e no Ensino Médio, já no

Ensino Fundamental I, ainda não houve essa “oportunidade”, o que podemos entender aqui por oportunidade?

Já a participante Cristina nos deu a seguinte afirmação:

*Cristina: Sinceramente, não! São temas que não abordo em sala de aula, pois não há uma especificidade no currículo desses temas.*

Nessa fala, podemos perceber um certo desconhecimento de conteúdo de currículo. Quando Cristina nos diz que nos currículos não há especificidade sobre trabalhar gênero e sexualidade, deixa expresso que, para se trabalhar o tema, faz-se necessário que estejam explícitas, em documentos oficiais, as palavras: “gênero e sexualidade”. Contudo, compreendemos que, para se trabalhar tais temas em sala de aula com alunos/as do Ensino Fundamental I, é essencial entender as “entrelinhas”, ou seja, quando o currículo nos instrui a trabalhar o conteúdo “partes do corpo”, nesse momento, temos aí a oportunidade de dedicarmo-nos às questões de gênero e sexualidade, por exemplo.

Mas como devemos desenvolver esse conteúdo de forma a contemplar as questões citadas? Quando estamos trabalhando as partes do corpo, precisamos entender que estas não devem deixar de ser mencionadas, e por que não devemos deixar de ensinar sobre essas partes? Não devemos deixar de trabalhar, porque temos amparo para fazê-lo. A oitava competência geral da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018) refere-se ao “autoconhecimento e autocuidado”, deixando explícita a seguinte redação: “Conhecer-se, compreender-se na diversidade humana e apreciar-se. Cuidar da sua saúde física e emocional, reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e a capacidade para lidar com elas” (BRASIL, 2018, n. p.).

Aqui temos a “oportunidade” de trabalhar as partes do corpo, tanto física quanto emocionalmente. Mary Neide Figueiró (2006) relata a primordialidade de se trabalhar esse tema para além do biológico, isto é, trabalhar o físico (biológico), mas também o emocional, o cultural e o histórico.

Assim, podemos e devemos ensinar sobre as partes do corpo para além do aspecto biológico, por entender que a sexualidade faz parte da nossa vida desde o nascimento até a morte (SACHI, 2018). A sexualidade deveria ser vista como

uma atividade lúdica, inventada e reinventada todos os dias, com diferentes nomes e possibilidades (Fernando SEFFNER, 2006).

Se a escola deve trabalhar esse tema e se a lei, de certa forma, nos ampara, como será que os/as professores/as entendem a necessidade de se trabalhar essa temática? Fizemos a seguinte indagação: “Você entende ser necessário trabalhar a educação em sexualidade no Ensino Fundamental I? Se sim, por quê? Se não, por que você não os trabalha?”.

*Mariana: Sim, para que as crianças não descubram na prática, evitando, assim, a gravidez na adolescência, casos de violência sexual, entre outros problemas.*

*Cristina: Penso ser [...] importante o trabalho com esse tema, tendo em vista que é direito da criança conhecer a si mesmo, quebrar certos “tabus” que a sociedade impõe.*

*Camila: Sim, porque as crianças aprenderiam de uma maneira “correta”, com base em estudos, e não aprendendo com os coleguinhas ou na internet.*

*Zé: Sim, o conhecimento nesta área tem de começar em casa e ser abordado pedagogicamente nas escolas. Muitas vezes, em casa, não se tem isto, né?*

*Bianca: Sim, pois o aluno teria acesso às informações não trabalhadas em casa.*

Pelas “falas” e pelos diálogos transcritos, é possível perceber que os/as professores/as são conscientes da necessidade de se trabalhar a educação em sexualidade na sala de aula com alunos/as do Ensino Fundamental I. Entretanto, eles/as expõem que essa educação deve acontecer em casa também; depois, em um segundo momento, na escola, sendo que alguns/mas deles/as afirmam que isso não acontece.

Entendemos que a educação em sexualidade deve acontecer na família, também! Todavia, é preciso elucidar que, segundo dados do Relatório Disque 100 (2019)<sup>17</sup>, 72% dos casos de violência sexual contra crianças e adolescentes ocorrem na casa da vítima ou do/a agressor/a. Nesses casos, se a criança não tiver essa educação na escola, certamente, será mais difícil “sair”, evitar esse tipo de violência.

---

<sup>17</sup> Ver em: BRASIL. **Disque Direitos Humanos**. Relatório 2019. Brasília, DF: MDH, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019\\_disque-100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2021.

A escola e a família devem estar interligadas no sentido de que uma deve complementar a outra. A educação em sexualidade deve abordar com as crianças as repercussões das mensagens transmitidas pela mídia, pela família e pelas demais instituições da sociedade (BRASIL, 1997a).

Complementando o debate, “lançamos” a seguinte indagação: “O que você já sabe sobre essa temática da educação sexual? Onde e como aprendeu sobre isso?”.

*Maria: Ainda me considero leiga no assunto, mas aprendi um pouco com o curso da Caroline Arcari, ofertado pelo DME.*

*Ana: Sei que é necessário se repensar sobre o tema e que é essencial ter o conhecimento para poder falar sobre.*

*Bianca: Sei o básico, assistindo jornal e vídeos.*

*Patrícia: Aprendi alguma coisa com cursos, contos de famílias, pelo fato de acontecer antigamente [...]. E infelizmente algo que aconteceu muito próximo à minha família e desencadeou outras situações constrangedoras.*

*Camila: Confesso não saber muito, ou não saber o quanto eu gostaria. Tenho aprendido através de conversas com meu filho, que é gay.*

*Mariana: Sei bem pouco, sei que a educação sexual é a forma mais eficaz de combater a violência sexual, bem como a gravidez na adolescência.*

*Brida: Sei bem pouco diante da real necessidade de se trabalhar com o tema.*

Notamos, perante a análise dos debates, que a maioria demonstrou não saber, não ter ou ter pouca instrução sobre educação em sexualidade. Diante desse contexto, faz-se necessário ensinar não somente ao/à educando/a, mas também ao/à educador/a que necessita de conhecimento sistematizado para que possa ensinar com maestria e segurança. Contudo, a participante Mariana relatou entender que “[...] a educação sexual é a forma mais eficaz de combater a violência sexual [...]”. Em face do exposto, afirmamos que é por meio do ensino sistematizado e com a mediação do/a professor/a que essas informações devem chegar aos/as alunos/as e, também, ao/a educador/a (SACHI, 2018).

Nessas circunstâncias, é improtelável debatermos sobre a formação dos/as docentes, a educação em sexualidade pouco passa, ou não passa pelos currículos dos cursos de licenciatura, especialmente o curso de Pedagogia (SACHI, 2018). É notório que, ainda, estamos despreparados/as em relação ao

ensino da educação em sexualidade, “[...] parece-nos que a escola e os/as profissionais da educação têm dificuldade em abordar o tema Educação Sexual, enquanto os/as alunos/as têm suas curiosidades e dúvidas”, podemos afirmar que o/a profissional da educação também as tem (MAIO, 2011b, p. 94).

Pressupomos que nós, enquanto educadores/as, também somos repletos/as de curiosidades e dúvidas. Alguns/mas de nós recebemos uma educação reprimida com valores morais, religiosos e culturais que não nos viabilizaram uma “educação” no quesito da educação em sexualidade, isto é, nem todos/as obtivemos uma formação educacional que nos permitissem algum conhecimento sistematizado/científico sobre a educação citada, visto que quase todos/as os/as participantes declararam seguir uma religião e, provavelmente, aprenderam, a partir dela, muitos conteúdos sobre sexualidade, ou não.

Precisamos relatar aqui que uma pessoa que não tenha educação em sexualidade, ou com uma formação insuficiente, certamente, não saberá ensinar essa temática, além, obviamente, de sofrer com esse desconhecimento, pois vivemos em uma sociedade em que a violência sexual contra crianças avança.

A violência sexual é uma violência por si só, e, embora ela venha carregada de especificidades, continua sendo uma violência; além disso, digamos aqui, sem sombra de dúvidas, que ela pode ser considerada uma das piores formas de se violar os direitos da criança. Debates como esse devem acontecer com mais frequência, para que haja a possibilidade de adquirir conhecimentos e colocá-los em prática. Para que esse debate aconteça “no espaço escolar, os/as educadores/as poderiam se apoiar em informações, orientações e discussões seguras [...], esse espaço é privilegiado como facilitador do desenvolvimento afetivo, físico e cognitivo [...] das crianças” (Eliane BRAGA, 2009, p. 133).

Alguns/mas educadores/as apresentam ainda certa “resistência”, além de relatarem ter, também, insegurança para se trabalhar temas como gênero e sexualidade na sala de aula com crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I. Em nossos debates, nesse primeiro encontro, discorreremos sobre os temas pertinentes ao assunto da educação em sexualidade. Foram colocadas as seguintes perguntas para o debate: “Os temas ‘gênero e sexualidade’ são temas presentes no planejamento de suas aulas? Se sim, como você os trabalha?”.

Bianca: *Não, por não ter um entendimento mais aprofundado do assunto.*

Camila: *Trabalhei uma única vez, mas porque foi um projeto do município. Ainda assim, tivemos que trabalhar de maneira “leve”, “discreta”.*

Ana: *Não. Não sou preparada para trabalhar com esse tema e não consta na Proposta Curricular.*

Cristina: *Sinceramente, não são temas que abordo em sala de aula, pois não há uma especificidade no Currículo desses temas.*

Patrícia: *Não, por não ter segurança de qual forma correta levar esse tema até às crianças.*

Maria: *São temas presentes, trabalhamos através de projetos, vídeos, explicações, dramatizações, pesquisas etc.*

Em nosso entendimento, a partir das transcrições anteriores, fica explícito que o tema gênero e sexualidade, na maioria das vezes, não é trabalhado em sala de aula com alunos/as do Ensino Fundamental I. Apenas uma participante desse estudo manifestou que o tema é presente no seu fazer pedagógico. As demais pessoas que compuseram esse debate afirmaram não trabalhar esse tema, seja por insegurança, seja por falta de preparo, seja por entenderem que essa temática não é contemplada nos currículos que orientam o seu planejamento pedagógico.

Temos, aqui, diferentes alegações para explicar o porquê não desenvolvem o estudo das questões de gênero e sexualidade com alunos/as em idade escolar dos 6 aos 10 anos. Para esses/as educadores/as, é “natural” não trabalhar com esses assuntos. Por vivermos numa sociedade machista e patriarcal, na qual as nossas leis são, na maioria, feitas por homens, certamente, não teríamos um olhar voltado para essa educação. “A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 1997, p. 63). Algumas escolas tomam como “natural” deixar de lado, fazer “vista grossa” para aquilo que está gritante dentro desse ambiente. A sexualidade está presente em todos os ambientes onde houver pessoas, inclusive e principalmente na instituição escolar, por consequência, esta não deveria deixá-la no anonimato. É indispensável que haja um novo olhar para a construção de um novo currículo que contemple o ensino da sexualidade em sala de aula.

[...] É indispensável questionar não apenas o que ensinamos, mas o modo como ensinamos e que sentidos nossos/as alunos/a dão ao que aprendem. Atrevidamente é preciso, também,

problematizar as teorias que orientam nosso trabalho incluindo, aqui, até mesmo aquelas teorias consideradas “críticas” (LOURO, 1997, p. 64).

Assentimos com a autora quando ela diz que precisamos dar sentido ao que ensinamos, é necessário que problematizemos temas como o que tratamos nesta pesquisa. O/A professor/a deve perpassar pelo currículo e praticar, nas suas aulas, assuntos que farão com que o/a aluno se desenvolva por completo, e o ensino da educação em sexualidade é, portanto, um desses temas.

Pontuamos aqui que, embora a maioria dos/as educadores/as relatem não trabalhar esse tema da sexualidade em sala de aula, percebemos certo antagonismo, pois entendem ser necessário o ensino da educação em sexualidade em sala de aula, mas, ainda assim, não o fazem.

Essa educação em sexualidade de que falamos deve ser emancipatória, isto é, precisa contemplar a LDBEN – Lei n.º 9.394/1996 (BRASIL, 2017) –, a qual determina que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do/a educando/a e seu preparo para o exercício da cidadania. A escola é um dos espaços, em que a educação emancipatória pode acontecer. São muitos os diálogos pertinentes a esse tema, levando em consideração que conduzimos o debate de forma a fazê-los/as “pensar” sobre como agir quando acontece algum tipo de violência sexual com crianças da escola. Para isso, evidenciamos as seguintes questões: “Na escola em que você trabalha, já houve caso(s) de violência sexual? Como você tomou conhecimento? Como o caso foi tratado?”.

*Maria: Já tomei conhecimento através dos colegas de trabalho, teve todo um acolhimento da situação.*

*Cidinha: Sim, mas não foi diretamente comigo, foi com outro professor. Foi tratado com muita restrição.*

*Camila: Sim, o caso foi com um aluno meu. Assim que chegou ao conhecimento do Conselho Tutelar, fui avisada pela direção da escola que eu não teria mais como saber nada sobre o caso. Frustrante.*

*Ana: Sim, alguns alunos demonstraram que sofriam abuso através do comportamento e, também, de agressões físicas ou psicológicas. Após confirmar a veracidade, o Conselho Tutelar foi acionado.*

*Cristina: Sim, eu presenciei a história de um aluno [...], quando tomamos conhecimento, acionamos o Conselho Tutelar.*

Patrícia: *Sim, tivemos uma suspeita com um avô, o Conselho investigou por uma denúncia de vizinhos, mas depois eu não soube como finalizou a situação.*

Alguns/mas dos/as nossos/as participantes relatam que, na escola onde trabalham, já houve caso(s) de violência sexual e que o tratamento/problema foi dirigido para o Conselho Tutelar. Em nenhum momento, houve relatos de como o caso foi tratado dentro do ambiente escolar. Isso denota a gravidade da falta de conhecimento dos/as profissionais de educação em enfrentar situações de violência que possam surgir no ambiente escolar.

Esse possível despreparo de alguns/mas dos/as profissionais de educação pode agravar a maneira com que essa criança é tratada em situações de violência. A escola deve estar preparada para combater e enfrentar essa circunstância. Todavia, o que temos é o contrário disso. Diante dessa realidade, não é possível não destacarmos que a formação do/a professor/a é indispensável para que esse cenário seja mudado e que, de preferência, não demore.

Pensando desse modo é que enfatizo a formação inicial do(a) educador(a) com ênfase nas questões relacionadas com a sexualidade como algo intrinsecamente ligado a uma sociedade mais humana (SACHI, 2018, p. 32).

Nessa lógica, há de se pensar e repensar a nossa formação acadêmica, de modo a termos iniciativas para buscar o conhecimento necessário para trabalhar com essa temática. Instigamos os/as participantes com a seguinte indagação: “Na sua formação inicial e continuada, você teve alguma disciplina/palestra lhe orientando sobre a necessidade de se trabalhar a educação em sexualidade no ambiente escolar? Se sim, descreva”.

Bianca: *Não.*

Brida: *Não.*

Cristina: *Não.*

Mariana: *Não.*

Zé: *Sim, com esse curso e com a escrita de um livro infantil que aborda o tema.*

Maria: *Na formação continuada, palestra oferecida pelo DME – Caroline Arcari.*

Camila: *Apenas a palestra sobre “Pipo e Fifi”, com a Caroline Arcari.*

Patrícia: *Sim, só uma vez [...], onde foi comentado que nossas crianças precisam de um olhar mais aprofundado em relação a esse tema, palestra da Caroline Arcari.*

Ana: *Sim, participei de uma palestra com a Caroline Arcari, onde foi falado sobre a diferença de abuso e pedofilia. E recebemos explicações de como agir para ajudar nosso aluno caso necessário.*

Cidinha: *Tive muito superficial.*

Explicamos que, em 2019, tivemos, no nosso município, uma tarde com o período de quatro horas de formação continuada com a pedagoga Mestre Caroline Arcari, a formação a que os/as participantes se referem na transcrição foi ofertada pelo departamento de Assistência Social do município. Faz-se necessário enfatizar que foi um curso mais voltado para a parte técnica/teórica sobre a temática em questão. As demais participantes relataram que não tiveram nenhum tipo de formação que contemplassem o tema exposto. Relatamos que, mesmo quando o poder público não oferta esse tipo de formação, cabe ao/a professor/a buscar cursos sobre o tema.

Com base nas falas anteriores dos/as participantes, podemos entender que, de certo modo, é lamentoso o fato de sabermos que estamos no ambiente educacional com crianças em processo de formação e não estamos preparados/as para formá-los/as pedagogicamente de maneira satisfatória, em outras palavras, formá-los/as para o pleno exercício da cidadania.

Dentre as indagações que davam base para o nosso diálogo, fizemos a seguinte pergunta: “Você tem filhos/as, sobrinhos/as nessa idade escolar? Você fala com eles/as sobre sexualidade?”.

Cidinha: *Sim. É explicado [...].*

Patrícia: *Sim, tenho uma filha de 3 anos; quando vou dar banho, procuro ensinar que ela deve preservar as partes íntimas dela.*

Maria: *Às vezes, não é um assunto rotineiro.*

Mariana: *Sim, tenho sobrinhos. Nunca falei com eles sobre o assunto, porém minha irmã fala.*

Bianca: *Sim, falo [...], é bem superficial.*

Cristina: *Sim, tenho minha filha de 7 anos. Conversamos abertamente sobre o assunto.*

Em nosso entendimento, a família deveria ser a primeira instituição a “falar” com a criança sobre assuntos relacionados à sua sexualidade. Todavia, sabemos

do recuo e do despreparo que a cercam. Basta lembrarmos que vivemos numa sociedade moralista e de tradições culturais e religiosas arcaicas que contribuem para que essa educação não aconteça na família da criança.

O fato de muitas das pessoas que compõem essa instituição chamada família não terem tido a oportunidade de receber educação em sexualidade contribui muito para essa situação de rejeição e recusa ao ato de “falar” com seus/suas filhos/as, sobrinhos/as a respeito de um assunto que os/as constituem como seres humanos sexuados.

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa [...] (BRASIL, 1988, p. 109).

Diante do último fragmento da Carta Magna de 1988, não há como dizer que a família não tem esse dever. Desse modo, podemos afirmar que o embaraço recai sobre o despreparo, dentre outros empecilhos citados neste estudo. Essas pessoas que compõem a família são, também, alguns/mas profissionais da educação, principalmente professores/as que estão em sala de aula e se sentem despreparados/as para o ensino dessa educação.

Quando colocamos aos/às participantes a seguinte pergunta: “Você se considera uma pessoa ‘educada’ sexualmente? De quem você recebeu essa educação? Descreva”. Obtivemos as seguintes declarações:

*Cristina: Me considero “educada” sexualmente. Essa educação foi adquirida no decorrer da vida, com informações recebidas em cursos, internet. Porém, acredito que ainda há muito a ser aprendido.*

*Bianca: Sim, da vida.*

*Mariana: Não fui “educada” sexualmente nem pela família e nem pela escola. Apreendi com as experiências vividas.*

*Maria: Acho que sim, para falar a verdade, não foi da família, mas com os de fora, amigos e outros.*

*Patrícia: Mais ou menos. Meus pais não falavam sobre isso e nem os professores, então, né? [...] Fomos aprendendo no decorrer da vida [...] alguns momentos acertamos, outros erramos.*

*Zé: Não, sexualmente falando, foi um aprendizado informal, fora de casa.*

*Ana: Na medida do possível, sim. Através de palestra, leitura e vídeos.*

Analisando a descrição e o conteúdo das falas anteriores, com base em estudiosas como Furlani (2003), Louro (1997) e Maio (2011b), podemos afirmar que a maioria de nós, adultos/as, não recebemos educação em sexualidade nem na família e nem na escola. Diante disso, entendemos que há uma lacuna que separa a educação em sexualidade da educação tradicional, aquela dos livros didático-pedagógicos. Sachi e Maio (2020) nos alertam que há muitos/as adultos/as com medo de falar/refletir sobre a sua própria sexualidade; logo, não é possível que essa pessoa instrua outra nas questões de sexualidade sem ter o mínimo possível de segurança e aprendizado sobre o tema.

[...] o adulto tem medo da sexualidade infantil e juvenil porque estas colocam em crise a sua sexualidade, que ele adora chamar de madura. Reconhecer de modo concreto, e não abstratamente como se costuma fazer, a sexualidade das crianças e dos jovens, reconhecer exigências e direitos, admitir que se trata de uma sexualidade autêntica [...] significa ter que rever não só a conduta geral frente aos menores, mas também o próprio comportamento sexual do adulto, a começar pela postura frente ao prazer. Significa recolocar em discussão toda a fundamentação sexofóbica do nosso sistema, e por isso mesmo o próprio sistema (Marcello BERNARDI, 1985, p. 21-22).

No decorrer dos nossos encontros, notamos esse déficit em relação ao pouco conhecimento que vários/as adultos/as têm sobre a própria sexualidade. Faltam estudos sobre o tema e, por vezes, falta interesse, visto que alguns/mas educadores/as podem não ter o desejo de estudar o tema. Muitas pessoas não conseguem distinguir o conceito/significado de algumas palavras essenciais quando se quer aprender e ensinar sobre a sexualidade. Como você define gênero, sexo e sexualidade?

**Quadro 7<sup>18</sup>** – Respostas da questão: “Como você define gênero, sexo e sexualidade?”

Participante	Zé	Ana	Camila	Bianca	Patrícia	Brida
Gênero	Masculino e feminino.	Heterossexual ou outra nomenclatura apenas para definir o ser.	Ainda não consegui entender muito bem.	Não sei dizer.	Como é sua mente, às vezes um corpo feminino em um cérebro masculino.	Não sei explicar.
Sexo	Masculino e feminino.	Um ato onde duas pessoas se juntam para o prazer.	Não sei.	Um ato praticado entre duas ou mais pessoas.	Como e qual o órgão que nasceu, pênis ou vulva.	Não sei explicar.
Sexualidade	Mais abrangente do que masculino e feminino.	Um assunto polêmico e complexo onde cada um vive à sua maneira.	Não sei.	Opção.	Como [...] o sexo [...] se encontrar melhor dentro de si mesmo.	Não sei explicar.

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Hodiernamente, existem diversos estudos que dão o conceito/definição dessas três palavras citadas; além de estudos científicos, a mídia disponibiliza, com certa facilidade, materiais de fácil acesso que, possivelmente, podem instruir sobre o tema tratado.

Para Eliane Braga (2007), sexo é atributo biológico, enquanto gênero é uma construção social e histórica. Para Jos Van Ussel (1980), pode-se definir a sexualidade como tudo o que possa compreender relações e ações de pessoas entre si e consigo mesmas, enquanto seres sexuados. Para Michel Foucault (1986), a sexualidade é uma elaboração social que opera dentro dos campos de poder, do discurso e do corpo. Toda pessoa deveria saber essas definições para ajudar a si mesma e às outras pessoas. Mas, para que isso aconteça, nós, adultos/as, devemos tomar atitudes que nos levem ao conhecimento científico.

Além da própria experiência pessoal, os(as) educadores(as), precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio [...]. Necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional (BRAGA, 2009, p. 133).

Há a inevitabilidade de se desconstruir paradigmas impostos culturalmente na sociedade em que vivemos; para que consigamos nos desconstruir para nos

<sup>18</sup> Optamos por apresentar as respostas em forma de quadro, para que esteticamente ficassem mais adequadas para a leitura e a comparação.

reconstruir, é necessário coragem, certamente, não será fácil. Ainda assim, devemos ter conosco o desejo de alcançar uma sociedade melhor, com menos violência e pessoas mais conscientes de seus direitos e deveres. As falas que seguem nos chamam a atenção para o possível entrelaçamento de cultura e religião nas questões relacionadas à sexualidade. “Você pensa ser possível a educação em sexualidade estar entrelaçada com cultura e religião? Explique.”

*Zé: Com a cultura, sim. Religião, não, a escola é laica [...].*

*Patrícia: Com a cultura, acredito que seja fácil [...], já com a religião é complicado. A Bíblia diz que é errado, é o que a maioria dos religiosos dizem.*

*Mariana: Acredito que está relacionado, mas, independente disso, deve ser função do Estado [...], não sabemos de qual religião e cultura cada um vem.*

*Cristina: Penso que está extremamente interligado, porém não deveria estar.*

*Camila: Deveria, não está [...], é quase impossível, pois usam a cultura e a religião a favor e contra a sexualidade.*

Nas falas anteriores, foi possível notar que, embora um/a participante descreva que a escola é laica, sabemos que, na maioria das instituições de ensino, é o cristianismo que impera, fazendo com que o ambiente escolar deixe de ser laico e passe a ser tendencioso. Nas palavras de Leite (2020), a religião influencia nos estudos de gênero e de sexualidade, há certa resistência em retirar a religião de matriz cristã de vários espaços escolares.

Vários/as profissionais da educação, pais, mães e responsáveis por alunos/as têm arraigado, ainda, que questões relacionadas ao ensino religioso devem compor o currículo escolar. Nós entendemos que não, pois pensamos que é por meio da laicidade que a educação em sexualidade, hoje ensinada de maneira insatisfatória, poderá, um dia, vir a ser uma educação satisfatória em todas as suas especificidades.

Em relação à cultura, entendemos que ela se perpetua por meio das relações sociais, ou seja, é algo que se constrói e, portanto, poderá ser desconstruída, modificada. A aprendizagem se dá, justamente, nesse contexto sócio-histórico, pois é na sociedade em que se está inserido que o sujeito se faz pessoa (VYGOTSKY, 1984). Assim sendo, nas palavras de Sachi (2018, p. 29), “cabe à sociedade, principalmente, ao(à) educador(a) a incumbência de desnudar

esse arquétipo que foi imposto [...] por meio de uma educação tradicionalista, engessada e arcaica”.

#### 4.4.2 O segundo encontro

O segundo encontro aconteceu de forma *on-line*, por conta do agravamento da pandemia da covid-19. O encontro foi realizado via *Google Meet*, mantendo o dia e o horário que já estavam preestabelecidos. Os/As participantes receberam o *link* da reunião/encontro com antecedência. O material problematizador que utilizamos foi o documentário<sup>19</sup> “Abuso Sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta”.<sup>20</sup>

As discussões se deram com os/as participantes expressando suas consternações às pessoas que foram/são abusadas sexualmente. Após as discussões, fizemos um debate com as questões direcionadas semiestruturadas e estruturadas, que seguem no Quadro 8.

**Quadro 8** – Questões do segundo encontro/sessão do Grupo Focal

Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate do segundo encontro
1) O que vocês sentiram (qual sensação) ao assistir a esse documentário sobre violência sexual infantil?
2) Vocês acham que as informações expostas no documentário “Abuso Sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta” acontecem na realidade?
3) Vocês acham que há a possibilidade de se trabalhar essa educação em sexualidade em família? Se sim, como? Se não, por quê?
4) Vocês acham que haverá resistência em desenvolver essa educação na família? Se sim, quais?

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>21</sup>

Nesse encontro, continuamos a debater sobre a questão de a educação em sexualidade acontecer na família. O referido documentário expõe a dor e os traumas de quem sofre a violência sexual por pessoas da própria família.

<sup>19</sup> Ver em: ABUSO sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta.

**YouTube**, [s.l.], 15 jun. 2017. Disponível em: <<https://youtube/c4yjYKO9KMg>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

<sup>20</sup> O documentário “Abuso Sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta” é um relato sobre como as pessoas que foram abusadas sexualmente quando eram crianças se sentem depois de adultas, são relatos de traumas e dificuldades em lidar com a sua própria sexualidade depois de terem sido abusadas/os sexualmente.

<sup>21</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

A partir dos debates sobre o documentário, foi enviado um *link* no grupo de *WhatsApp* que foi criado no nosso primeiro encontro com as indagações planejadas para essa sessão, às quais todos/as responderam e enviaram de volta, no mesmo *link*. A primeira indagação foi esta: “O que vocês sentiram (qual sensação) ao assistir a esse documentário sobre violência sexual infantil?”. Os fragmentos seguintes descrevem algumas “falas”:

Ana: *Tristeza [...], apesar de saber que essa situação acontece frequentemente com tantas crianças. A sensação é de impotência.*

Maria: *Repúdio.*

Cristina: *Senti uma tristeza profunda! Como é triste ver essa realidade. A vítima sendo acusada de provocar o abusador, a família não acreditando na vítima, o medo e sofrimento que essas crianças passaram e o trauma gerado para a vida. Causa até revolta!*

Zé: *Senti desconhecimento com o tema em vários sentidos.*

Patrícia: *Senti dó das crianças que passam por essa situação.*

Bianca: *Senti um desconforto e muita tristeza...*

Mariana: *Me senti triste e impotente.*

Cidinha: *Muito triste, doloroso, é um crime, onde ficam cicatrizes não só físicas, para o resto da vida da vítima.*

Essas declarações nos dão ideia do quanto a violência sexual infantil nos causa tristeza e impotência. Ao discutir sobre essas “falas” expostas aqui, pensamos nos discursos que ainda ouvimos, como: sofreu violência porque quis; foi por conta da roupa inapropriada etc. A nossa sociedade é composta de um cenário culturalmente construído, em que os corpos femininos/infantis são, ainda, vistos como objetos, o machismo e o patriarcado são chagas que contribuem para que esse tipo de violência se perpetue, destruindo infâncias, principalmente, de meninas, que são as maiores vítimas. O 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019) registrou recorde da violência sexual. Foram 66 mil vítimas de estupro no Brasil em 2018, maior índice desde que o estudo começou a ser feito em 2007.

A maioria das vítimas (53,8%) foram meninas de até 13 anos. Conforme a estatística, apurada em microdados das secretarias de Segurança Pública de todos os estados e do Distrito Federal, quatro meninas até essa idade são estupradas por hora no país. Ocorrem em média 180 estupros por dia no Brasil, 4,1% acima do verificado em 2017 (FBSP, 2019, p. 9).

Geralmente, sentimos tristeza, indignação e impotência diante da violência sexual contra crianças. Sentimo-nos estagnados/as, e essa sensação acaba por nos induzir ao silenciamento diante de tais situações. A maioria das pessoas desconhecem as leis que as protegem, ouvem falar, apenas, mas não se aprofundam nos seus pormenores; desse modo, não se atentam para o que poderiam fazer, enquanto cidadãos/ãs, para conscientizar, prevenir, orientar e combater a violência sexual contra as crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I.

O documentário exibe informações sobre os possíveis traumas e dificuldades emocionais que podem surgir na vida adulta de uma pessoa que sofreu violência sexual infantil. Para debatermos sobre as dificuldades e os traumas, fizemos a seguinte pergunta: “Vocês acham que as informações expostas no documentário: ‘Abuso Sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta’ acontecem na realidade?”.

*Cristina: Com certeza, é uma triste realidade do nosso cenário brasileiro. Porém, penso que, se for dispensado um olhar para essa educação, tudo pode mudar.*

*Cidinha: Sim, muitos traumas e consequências.*

*Patrícia: Com certeza, eles acabam carregando isso para toda a vida.*

*Bianca: Sim, diariamente.*

*Mariana: Sim, com certeza.*

São inúmeros os traumas e as consequências que podem surgir nas pessoas que sofreram violência sexual. Destacamos aqui que uma pessoa que sofre violência sexual sofrerá, mais cedo ou mais tarde, em menor ou maior escala, algum tipo de sofrimento que poderá acarretar dissabor na vítima.

Os sintomas atingem todas as esferas de atividades, podendo ser simbolicamente a concretização, ao nível do corpo e do comportamento, daquilo que a criança ou o adolescente sofreu. Ao passar por uma experiência de violação de seu próprio corpo, elas reagem de forma somática independentemente de sua idade, uma vez que sensações novas foram despertadas e não puderam ser integradas (Maria do Carmo PRADO, 2004, p. 64).

As pessoas reagem de formas diferentes às situações de violência que sofreram durante sua infância. Entendemos que esses traumas podem ser severos e duradouros; outros, mais leves e passageiros. Entretanto, por se tratar

de consequências de um tipo de violência, deve-se ter um olhar voltado para sanar e/ou amenizar esses traumas, cada pessoa tem seu modo de reagir diante de uma experiência traumática.

Os sintomas construídos durante uma experiência traumática afetam não somente os pensamentos do indivíduo, mas a sua memória, o estado de consciência e todo o campo de ação, de iniciativa e de objetividade na vida. Muitas vítimas criam uma área de proteção em volta de si que as impede de continuar com a vida normal. Uma vítima de violência física, seja ela estupro ou pancadas, evita sair de casa, tem medo de andar sozinha, rejeita sexo ou qualquer contato físico (Ilma SILVA, 2000, p. 32).

O que podemos afirmar, a partir das pesquisas de Louro (1997) e Maio (2011b), é que a violência sexual infantil produz sofrimento na vida adulta e faz com que a pessoa abusada sofra com as consequências desse ato terrível. Ricardo Silva (2002) ressalta que existem pessoas que pensam ter a capacidade de regular esses traumas sem ajuda profissional, porém, para esse autor, tal pensamento é mais otimista do que realista. É relevante que quem vive ou convive com pessoas que têm traumas em relação a algum tipo de violência procure ajuda profissional para uma possível melhoria na sua qualidade de vida.

Dando sequência, nesse segundo encontro, continuamos os debates com a seguinte pergunta: “Vocês acham que há a possibilidade de se trabalhar essa educação em família? Se sim, como? Se não, por quê?”.

*Zé: Sim, com muito diálogo e até mesmo auxílio dos pais.*

*Bianca: Sim, porém ainda não sei, tenho dificuldades para conversar sobre esse tipo de assunto.*

*Cidinha: Sim, com muito critério e profissionais qualificados, sim.*

*Ana: Sim, porém a família precisa aceitar que necessita de apoio. É complicado, penso que um especialista teria que conversar com a família.*

*Maria: Eu penso que pode ser, [...] mas é um tabu a se quebrar, devem-se elaborar informativos, fazer palestras com os pais.*

*Cristina: Sim, é possível. Trabalhando com pessoas especializadas como psicólogos, profissionais capacitados para tais atendimentos.*

*Mariana: Acredito que não, pois muitos abusos ocorrem dentro da própria família. A meu ver, o tema deve ser trabalhado na escola.*

*Camila: Não sei responder.*

O “tabu” da educação em sexualidade é algo presente tanto na família quanto na escola. O fato de termos uma sociedade construída para atender aos padrões machistas e patriarcais, além da religião e da cultura, dificultam, cada vez mais, falarmos sobre a sexualidade das crianças. Percebemos que, diante das respostas obtidas, há a existência desse “tabu” que se perpetua, ainda, nos dias atuais. Essa ausência da educação em sexualidade no ambiente familiar acontece porque nela permanece a ideia de filhos/as assexuados/as (Ellika TRINDADE; Maria BRUNS, 1999).

Embora vivamos numa sociedade que, nas últimas décadas, tenha evoluído nas questões da tecnologia, fazendo com que a informação e o conhecimento cheguem até nós de forma mais facilitada e rápida, as questões da sexualidade apresentam-se como algo “proibido”, ou seja, que devem manter-se em segredo, pois muitas famílias consideram que ela pertence somente ao mundo dos/as adultos/as.

Abarcando essa pergunta, lançamos a próxima indagação: “Vocês acham que haverá resistência em desenvolver essa educação na família? Se sim, quais?”. As respostas a seguir demonstram o que os/as participantes apontaram.

*Camila: Acredito que sim, talvez uma questão é [...] cultural, esse assunto sempre foi abafado.*

*Zé: Ignorância, insensibilidade e vergonha.*

*Maria: [...] um pouco, muitos pais acham que é assunto de adulto, que, às vezes, esse conteúdo não faria parte da educação e, ainda, aqueles pais sem comprometimento.*

*Patrícia: Sim, por achar eles muito novos para falar desse assunto.*

*Cristina: Acredito que sim. Muitas pessoas têm resistência a tudo que é novo, muitos “tabus” precisam ser quebrados.*

*Ana: As famílias não aceitam, principalmente porque o abuso acontece por pessoas da própria família.*

*Cidinha: Sim, é muito complicado onde não temos suporte.*

*Mariana: Em grande parte sim. Algumas famílias não aceitam pelo fato de o tema ser um tabu; outras, talvez, não queiram mesmo que as crianças entendam sobre o assunto.*

Nesses relatos, percebemos que quase a totalidade dos/as participantes descrevem que a educação sexual na família é composta de “tabus”, medos, negligência, desinformação etc. Alguns/mas participantes declararam que falta formação para essas pessoas que compõem esse núcleo familiar. Resistência é a

definição mais próxima do que foi debatido sobre esse assunto. O não dialogar, ainda, tem sido a forma mais comum que as famílias encontraram para não tratar das questões relacionadas à sexualidade e à educação em sexualidade. Entendem que o silenciamento é a maneira mais “fácil” de conduzir essa temática; “fingir” que não existe, para a maioria das famílias, é bem mais fácil do que ter que explicar sobre isso para as crianças que fazem parte do seu convívio.

Temos, ainda, outro problema além do fato da educação em sexualidade não ser, ou pouco ser, trabalhada na família, são aqueles pais, aquelas mães e outros/as responsáveis pela criança que não aceitam que essa educação seja ensinada no ambiente escolar. Isto é, não ensinam em casa e não querem que a criança aprenda sobre esse tema na escola. A pergunta é: como as crianças aprenderão sobre esse assunto, se não ensinam em casa e nem na escola? Aprenderão de maneira não sistematizada, com a mídia, com pessoas não preparadas, com amigos/as, nos grupos de *WhatsApp*; enfim, com a realidade da vida. Isso é preocupante, pois, embora tenhamos leis que possibilitem esse ensino, o que vemos é que ele não acontece como deveria ser, ou seja, de forma sistematizada, científica. A Declaração dos Direitos Sexuais explicita que a educação em sexualidade deve ser integral e, no Artigo 10º, afirma, ainda, que: “Este é um processo vitalício que se inicia com o nascimento e perdura por toda a vida e deveria envolver todas as instituições sociais”, inclusive a família (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS SEXUAIS<sup>22</sup>, 1977 apud Jimena FURLANI, 2011, n. p.).

Concordando com essa declaração, afirmamos ser necessário que a educação em sexualidade aconteça na família e na escola, e que uma não deve concorrer com a outra, mas sim serem complementares, visando a um único objetivo, que é a formação integral das crianças.

Para que a educação em sexualidade aconteça na família, é necessário que as pessoas que a compõem tenham conhecimento e sensibilidade sobre o assunto. Esse conhecimento vem de pesquisas científicas, que dão credibilidade para esse tipo de aprendizagem. A própria escola, além de outras instituições, deve utilizar estratégias para que professores/as possam adquirir esse

---

<sup>22</sup> Tradução da autora Jimena Furlani (2011), retirada do livro “Educação sexual na sala de aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças”.

conhecimento tão essencial para a formação das pessoas. Para Gentile (2006), conversar é sempre o melhor jeito de explicar a seu/sua filho/a sobre as questões da sua sexualidade e da/do outro/a. Mas, para que essa conversa seja frutífera, há a inevitabilidade de se buscar o conhecimento necessário para essa “conversa”, visto que o silenciamento é prejudicial para o combate à violência sexual. Devemos entender que os/as filhos/as são sexuados/as; portanto, a sexualidade os/as compõem, admitir isso já é o começo do caminho. Negar isso é fechar as portas para o diálogo (GENTILE, 2006).

#### 4.4.3 O terceiro encontro

Para desenvolver o terceiro encontro, utilizamos como material problematizador um *slide* sobre O Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infantil. Utilizamos ainda o documentário<sup>23</sup> “Crimes do Brasil – Caso: Araceli Cabrera Sanchez Crespo”. No ano de 2000, por meio da Lei n.º 9.970/2000 (BRASIL, 2000), foi instituído o dia 18 de maio como Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; a partir dessa data, são promovidos debates e reflexões para conscientizar e orientar sobre esse tipo de violência, bem como para prevenir-se dela e combatê-la. O “Maio Laranja” é alusivo ao incentivo às atividades de combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. Antes da exploração dos *slides*, pedimos para que respondessem às indagações dispostas no Quadro 9.

#### **Quadro 9** – Questões sobre o dia 18 de maio

1) Você sabe o que se comemora no dia 18 de maio?
2) Você já ouviu falar do caso Araceli Cabrera Sanchez Crespo? Se sim, o que ouviu?

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>24</sup>

Após a explanação do *slide* e a exposição do vídeo do documentário, foi aberto aos/às participantes o espaço para que fizessem suas falas. Assim, de

<sup>23</sup> Ver em: CRIMES do Brasil - Caso: Araceli Cabrera Sanchez Crespo. **Globo News**, [s.l.], [20-?]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1pVeYgjJLdW7gCKiHxhPMbAgOcovAaSCW/view>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

<sup>24</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

modo livre, se deram os seus apontamentos. Após a discussão, solicitamos que preenchessem o questionário que segue no Quadro 10.

**Quadro 10** – Questões do terceiro encontro do Grupo Focal

Questões direcionadas semiestruturadas e estruturadas para o desenvolvimento do debate do terceiro encontro
1) De que forma você compreende a violência sexual?
2) Como a educação em sexualidade poderia contribuir para o enfrentamento da violência sexual?
3) De que forma a escola pode trabalhar a educação em sexualidade para o enfrentamento da violência sexual?
4) Você acha que haverá resistência para trabalhar esse tema na escola? Se sim, por parte de quem? Como desconstruir essa resistência?

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>25</sup>

Neste terceiro encontro, o foco do debate foi: “Por que o dia 18 de maio é considerado o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes?”. Antes de começar a explicar o que estava planejado para o dia, fizemos duas perguntas que entendemos ser o “pontapé” do debate. Seguem as indagações que foram feitas e suas respectivas respostas: “Você sabe o que se comemora no dia 18 de maio?”; “Você já ouviu falar do caso Araceli Cabrera Sanchez Crespo? Se sim, o que ouviu?”.

**Quadro 11** – Respostas das questões 1 e 2 do terceiro encontro

Participante	Questão 1	Questão 2
Bianca	Não sei.	Não.
Patrícia	Não.	Nunca ouvi falar.
Camila	Não.	Não.
Zé	Não sabia.	Não.
Cidinha	Não sei o dia.	Não.
Brida	Não sei.	Nunca ouvi falar.
Maria	Não sei.	Não.
Ana	Não sei.	Não.
Mariana	Não sei.	Não.
Cristina	Não.	Não.

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Diante das falas expostas, notamos quão desinformados/as estão os/as participantes da pesquisa. Ficou evidente que a temática da educação em sexualidade não faz, ou pouco faz, parte da realidade educacional desses/as profissionais. Se perguntássemos sobre qualquer outra data alusiva saberiam pelo menos superficialmente do que se trata.

<sup>25</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

Essa educação deve ser emancipatória, e não acontecer de maneira parcial, “as escolas que não proporcionam a educação em sexualidade a seus/as alunos/as estão educando-os/as parcialmente” (FURLANI, 2003, p. 68). A escola é um dos espaços sociais em que essa educação pode acontecer. Posto isso, entendemos que os/as profissionais devem se capacitar para adquirirem bagagem/conhecimento suficiente para atravessar as barreiras impostas pela sociedade tradicional, devemos educar para o conhecimento, e não para a negação e o retrocesso.

[...] Há uma grande diferença entre “educar para a negação-proibição” da sexualidade e “educar para a positividade-consentimento” das expressões sexuais. Consentir significa orientar a criança e o/a jovem para que entendam e aprendam o local e o momento adequados para manifestar sua sexualidade e os efeitos coletivos dessas escolhas (FURLANI, 2011, p. 68).

Se os/as educadores/as tiverem mais formação sobre como ensinar questões relacionadas à educação em sexualidade, teremos, também, o ensino dessa temática de forma plena e não fragmentada. Essa educação escolar deve possibilitar a diminuição das desigualdades sociais, a supressão da exclusão, contribuindo, dessa forma, para o alcance da paz (FURLANI, 2011).

O nosso debate avançou para a próxima pergunta disparadora: “De que forma você compreende a violência sexual?”.

*Cristina: Eu acredito que violência sexual seja qualquer ato [...] feito sem consentimento da pessoa [...], passar a mão no corpo, fazer, assistir pornografia.*

*Mariana: Violência sexual é toda relação/violação ao corpo de alguém sem seu consentimento.*

*Ana: Violência sexual é qualquer forma de violência física ou não, onde a vítima não deu permissão para ser tocada.*

*Maria: Violência sexual [...] há o toque, é quando se consoma o ato.*

*Brida: Uma violência descabida, onde o mais forte força o mais fraco a praticar atos sexuais que o mesmo não quer e não concorda.*

*Cidinha: Violência sexual é quando é forçado o ato sexual, violentado.*

*Zé: É uma forma violenta de abordar outra pessoa com intenção sexual, como toques, pornografia, ato sexual etc.*

*Camila: Um crime hediondo, mas que, infelizmente, é banalizado.*

Patrícia: [...] *Caso horrível, algo que jamais deveria acontecer, precisamos ter um olhar voltado às crianças, por serem tão inocentes [...] muitas vezes com gente maldosa.*

Bianca: *Quando um adulto pratica ou não o ato libidinoso com a criança ou adolescente.*

Percebemos, ao transcrever essas falas, que os/as participantes têm conhecimento do que significa a violência sexual. A OMS (1999 apud Anamaria NEVES et al., 2010), ao reportar-se à violência sexual em que a vítima é uma criança ou um/a adolescente, define o termo da seguinte maneira:

Abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em atividade sexual que ele ou ela não compreende completamente, é incapaz de consentir, ou para a qual, em função de seu desenvolvimento, a criança não está preparada e não pode consentir, ou que viole as leis ou tabus da sociedade. O abuso sexual infantil é evidenciado por estas atividades entre uma criança e um adulto ou outra criança, que, em razão da idade ou do desenvolvimento, está em uma relação de responsabilidade, confiança ou poder (OMS, 1999 apud NEVES et al., 2010, p. 101).

Dizer que algumas pessoas não têm nenhum conhecimento sobre a violência sexual infantil não seria adequado. No entanto, o que nos conflita é o fato de terem algum conhecimento superficial, e não se incomodarem para ampliar esse aprendizado a tal ponto de se sentirem seguros/as para ensinar (ou não) sobre sexualidade para crianças.

De modo geral, visualizamos que, para os/as professores/as que participaram dessa pesquisa, a partir do relato de suas vivências, essa educação não é vista como essencial na formação da pessoa. Há muito tempo, a escola fala de sexualidade; no entanto, fala com foco biológico, superficial, ou seja, por uma ideologia dominante e repressora (MAIO, 2011b). “A escola é como um pequeno espaço de poder que controla os corpos e o sexo dos/as alunos/as de forma pensada e articulada” (Nailda BONATO, 1996, p. 48).

Posto que é por meio da educação que podemos mitigar, atenuar, refrear esse tipo de violência, seguimos o nosso debate com a seguinte indagação: “Como a educação em sexualidade poderia contribuir para o enfrentamento da violência sexual?”.

Brida: *Sobretudo com informações sobre o fato que [...] esse tipo de atitude é crime e que deve ser combatido e precisa haver punição.*

Cidinha: *Começando com orientações, estudos dos casos e pesquisas.*

Zé: *Ensinar a contribuir na prevenção e no conhecimento sobre o tema.*

Camila: *Através do conhecimento pela criança de que uma simples “brincadeira” não é uma “brincadeira”.*

Patrícia: *Com o respeito da sociedade, e, para isso, precisamos educar nossas crianças desde pequenas para respeitar o próximo.*

Cristina: *Penso que, quando as pessoas têm conhecimento sobre o assunto, podem esclarecer muitas dúvidas, orientar e ajudar a quebrar muitos “tabus”.*

Mariana: *Com informação. Acredito que, através da informação, muitos casos de violência e abuso sexual poderão ser evitados.*

Ana: *Quem tem informação sobre o assunto teria maior chance de evitar que aconteça esse tipo de violência.*

Maria: *[...] no sentido de informar, divulgar mais sobre a violência sexual.*

Pois bem, se a maioria dos/as participantes entende que é possível usar algumas maneiras/estratégias para se tratar desse assunto na escola, de modo que combata a violência sexual, lançamos a próxima pergunta do debate: “De que forma a escola pode trabalhar a educação em sexualidade para o enfrentamento da violência sexual? Obtivemos as seguintes declarações.

Mariana: *Através de projetos interdisciplinares, utilizando vídeos, livros, filmes destinados à faixa etária que abordem o tema.*

Patrícia: *Dando atividades mistas em Educação Física, não discriminando “esse é jogo ou brinquedo de menina ou de menino”.*

Ana: *Através de orientação, leitura, conversas, debates e reuniões com professores e familiares.*

Cristina: *Penso que, no Ensino Fundamental I, a melhor forma é o trabalho lúdico, com leituras/literaturas, teatros etc.*

Zé: *Introduzir o assunto nas aulas de Ciências quando o assunto é reprodução humana, aparelho reprodutor etc. Eu não ensino isso; nessa parte, eu pulo, não tenho preparação para ensinar. [...] mas um trabalho interdisciplinar envolvendo toda a escola.*

Maria: *A escola pode trabalhar com as crianças desde séries iniciais para ir formando cidadãos conscientes através de projetos e outros.*

Brida: *Com professores que estejam preparados e bem-informados sobre o assunto para que possam assim orientar seus alunos.*

Cidinha: *Com profissionais trabalhando na escola, família e sociedade.*

Os resultados dessa questão evidenciam que a maioria dos/as participantes apontaram maneiras de se trabalhar essa temática com crianças na escola e em sala de aula. Surge, então, a seguinte indagação: se eles/as entendem que a educação em sexualidade pode contribuir para a diminuição dos casos de violência sexual contra crianças e, também, possuem algumas estratégias para desenvolver o assunto com as crianças em idade escolar, por que essa temática não é, ou pouco é, trabalhada na escola com os/as alunos/as na idade escolar do Ensino Fundamental I? Para responder a essa indagação, fizemos a eles/as a seguinte pergunta: “Você acha que haverá resistência para trabalhar esse tema na escola? Se sim, por parte de quem? Como desconstruir essa resistência?”.

*Cidinha: Sim, porque a própria sociedade tem essa resistência, a família.*

*Maria: Acho que, em algumas escolas, pode haver; em outras, não, desconstruir essa resistência através de informações.*

*Camila: Haverá resistência pelo despreparo social sobre o tema. Não sei como desconstruir, mas será um caminho lento.*

*Brida: Em muitos casos sim, há resistência. Muitas vezes, pela família e até mesmo por professores, que não se sentem aptos a abordar um assunto ou tema tão delicado.*

*Zé: Sim. Direção ou coordenação, por ser um assunto muito polêmico e delicado, mas, para desconstruir, deve-se abordar o assunto muito gradativamente.*

*Bianca: Sim. Tanto por parte dos profissionais, quanto da família. Através de palestras mostrando a importância desse tema.*

Evidentemente que os/as donos/as dos fragmentos transcritos são pessoas que compõem a sociedade, isto é, quando relatam que a escola, a sociedade e família são possíveis empecilhos para que se faça um trabalho eficaz dentro da escola sobre a educação em sexualidade, entendemos que, mesmo sem querer, eles/as se colocam na mesma situação, pois são partes integrantes dessas instituições a qual descrevem nos seus relatos. Assim, “além da própria experiência pessoal, os/as educadores/as precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio que é a educação em sexualidade na escola” (BRAGA, 2009, p. 133); retratando, desse modo, as diversas formas de segregação que nós, educadores/as, encontramos ao longo da nossa vida profissional e que devemos combater para sermos uma das pessoas que pode

contribuir para que a violência sexual contra as crianças diminua de forma significativa.

Em nosso entendimento, para desconstruir resistências/paradigmas, é necessário que a educação em sexualidade seja para incluir, e não para excluir, deve ser de igualdade; nas palavras de Furlani (2011, p. 24), “essa educação deve basear-se nos direitos humanos, deve-se assumir o caráter político que seja comprometido com a construção de uma sociedade menos desigual e mais humana”, concordamos com a autora, a educação deve estar comprometida com a construção coletiva de uma sociedade mais humanitária.

#### 4.4.4 O quarto encontro

No quarto encontro, como material problematizador, utilizamos *links* de diversos recursos que podem ser usados para trabalhar a educação em sexualidade com crianças em sala de aula. Exploramos a luva mágica e o jogo de tabuleiro do “Pipo e Fifi”, usamos o “Caderno de orientações para o desenvolvimento da Educação Sexual com abordagens científicas e o auxílio da literatura infantojuvenil”<sup>26</sup>. Trabalhamos, também, o acervo de literatura sobre violência sexual<sup>27</sup>, exploramos a luva pedagógica<sup>28</sup> e explicamos sobre a construção do jogo de tabuleiro<sup>29</sup> do livro “Pipo e Fifi”, da editora Caqui. O jogo de tabuleiro foi distribuído e impresso, para que o/a participante fizesse a confecção em casa e trouxesse o jogo pronto no próximo encontro. Pedimos, também, para que o/a participante acessasse o *link* e pesquisasse como, especificamente, se praticava o jogo em questão.

---

<sup>26</sup> Ver em: MIZUNUMA, Samanta. **Caderno de orientações para o desenvolvimento da Educação Sexual com abordagens científicas e o auxílio da literatura infantojuvenil**. Ponta Grossa: UTFPR, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Mgv0unzMsoSEzGkhq7lv7aXyuJNcPkMI/view>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

<sup>27</sup> Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Fchd1pwAAKfX5Xt17DKe883osaXwmiBW/view>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

<sup>28</sup> Ver em: ENSINANDO a criança a se proteger| Luva Pedagógica| Tia Jéssica. **YouTube**, [s.l.], 21 maio 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wLBSnHA6vXU&t=6s>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

<sup>29</sup> ARCARI, Caroline; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Após essa etapa de exploração e manuseio da luva pedagógica e do jogo de tabuleiro, abrimos para as discussões livres; depois, solicitamos que preenchessem o questionário destinado àquele encontro. Segue o questionário aplicado na ocasião.

**Quadro 12** – Questões do quarto encontro do Grupo Focal

Questões direcionadas semiestruturadas e estruturadas para o desenvolvimento do debate do terceiro encontro
1) Quem poderia produzir materiais sobre a prevenção da violência sexual?
2) Poderia haver parcerias para confecção desse material? Com quem?
3) O que vocês pensam que falta para a construção desse tipo de material?

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>30</sup>

Nesta pesquisa, buscamos reforçar a necessidade de se ensinar sobre a educação em sexualidade em algumas instituições, especialmente, na escola como uma das maneiras de se prevenir e enfrentar a violência sexual contra crianças e adolescentes. “O ambiente escolar é um dos primeiros espaços onde a criança convive socialmente” (DANTAS, 2019, p. 163); logo, é uma das instituições que deve transmitir o conhecimento científico sistematizado e, para além disso, precisa contribuir para a formação do caráter da pessoa no sentido de que valores como empatia, sororidade e respeito façam parte dessa formação.

Neste encontro, discorreremos sobre estratégias pedagógicas e materiais que podemos utilizar para falar com as crianças, sobre questões que envolvem a sexualidade e suas especificidades. Trabalhar com diversidade de materiais é uma das maneiras lúdicas para abordar as disciplinas em sala de aula. “É necessário que se acentue o lado lúdico da educação” (José GAIARSA, 1986, p. 209). Por meio da ludicidade, pensamos ser possível desenvolver estratégias de ensino que permitam que o/a aluno/a assimile melhor o aprendizado. Para termos materiais pedagógicos, é necessário comprá-los ou produzi-los. A pergunta que lançamos aos/às participantes foi a seguinte: “No espaço escolar, quem poderia produzir materiais sobre a prevenção da violência sexual?”. Obtivemos os relatos descritos a seguir.

*Cristina: Acredito que toda a comunidade escolar possa produzir materiais sobre a prevenção do abuso sexual.*

<sup>30</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

Ana: *Todos os professores e equipe pedagógica. [...] aquele/a professor/a que necessitar.*

Maria: *A produção deveria ser feita por toda a equipe pedagógica.*

Patrícia: *Teria que ser toda a equipe, pré-projetos de todos/as [...], incluindo cursos do Departamento de Educação.*

Camila: *Todos os professores, coordenadores, diretores.*

Cidinha: *Toda a equipe escolar.*

Mariana: *Por professores e alunos, pois acredito que se torna muito mais significativo quando o material didático é produzido juntamente com os alunos.*

As falas apontam que a maioria dos/as participantes entendem que toda a escola deve se envolver na produção de materiais didáticos para se trabalhar as questões da educação em sexualidade em sala de aula com alunos/as em idade escolar do Ensino Fundamental I. Materiais lúdicos

propõe[m-se] a ser uma ferramenta de enfrentamento da violência sexual, ao facilitar o diálogo e promover momentos e espaços de informação, atenção e discussão, além de empoderar a criança para que identifique situações de perigo e possa recorrer aos/as adultos/as de confiança de seu núcleo de convivência (MEYER, 2017, p. 16).

Isso posto, entendemos que é responsabilidade do poder público adquirir instrumentos para esse trabalho; no entanto, consideramos ser necessária a criação de parcerias para que esses materiais possam ser confeccionados e, posteriormente, utilizados nas aulas em que a temática da sexualidade se faça presente. Nesse contexto de análise, vale ponderarmos que, além da compreensão de que é possível construir esses materiais, precisamos explicitar que, para que essas estratégias aconteçam, é imprescindível que os/as educadores/as entendam que se faz necessário ter formações relacionadas a essas questões, tendo em vista que “os/as educadores/as têm uma importância fundamental na vida da criança” (BRAGA, 2009, p. 131). Retomamos o quanto é válido que profissionais da educação tenham formação inicial e continuada sobre essa temática. Não estamos falando aqui que o/a professor/a precise, necessariamente, ser um/a especialista para desenvolver trabalhos sobre a educação em sexualidade.

O/a professor/a não precisa ser um/a especialista em Educação Sexual, mas apenas um/a profissional devidamente informado/a sobre a sexualidade humana que reflita sobre ela, sendo capaz de

criar contextos pedagógicos adequados e selecionar estratégias de informação, de reflexão e de debate de ideias, reciclar-se e atualizar seus conhecimentos de forma a ensinar a pensar, tornando-se mediador/a do conhecimento (Julieta MOIZÉS; Sonia BUENO, 2010, p. 207).

Concordando com as autoras, entendemos que a formação do/a educador/a faz toda a diferença no ensino dessa educação, devendo ir além da formação docente. Roney de Castro (2008, p. 7) afirma que, “nesse sentido, a formação docente ultrapassa momentos formais, ritualizados, estendendo-se como um processo do cotidiano”. Continuando nosso debate, apresentamos a questão: “Poderia haver parcerias, na equipe escolar, para a confecção desse material? Com quem?”.

*Zé: Com o professor regente.*

*Ana: Parcerias com o Departamento de Educação. [...] até mesmo, os pais, se houver concordância dos mesmos.*

*Maria: Sim, poderia. Parcerias sempre enriquecem o nosso trabalho.*

*Cristina: Sim. Principalmente com a família.*

*Camila: Sim. Com todos da escola.*

*Bianca: Sim. Com o Departamento de Educação e com a escola.*

*Brida: Sim. Com pais, equipe pedagógica do Departamento de Educação e com os alunos.*

*Patrícia: Sim. Poderia haver parcerias com todos que fazem parte da educação no nosso município.*

*Mariana: Sim. Parcerias entre os professores das diferentes disciplinas e, também, entre os alunos de diferentes turmas. Além disso, acredito que a coordenação e a direção também são fundamentais nessa construção.*

A partir das respostas explicitadas, entendemos que os/as participantes têm conhecimento da necessidade de se estabelecerem parcerias na produção de materiais que podem contribuir para melhorar o seu fazer pedagógico relacionado às questões do nosso debate. É por meio das estratégias de ensino que a educação pode ser ensinada de forma prazerosa, ou seja, de maneira a despertar o interesse das crianças, o aprendizado acontecerá de mais eficazmente. É essencial evidenciar que “é responsabilidade do sistema escolar, promover a educação integral da criança e do adolescente e, portanto, discutir a sexualidade com vista a promoção da Educação Sexual” (MOIZÉS; BUENO, 2010, p. 206).

Dado o exposto, entendemos que, para complementar a questão anterior, seria necessário que a próxima pergunta fosse comentada pelos/as participantes, a indagação foi: “O que vocês pensam que falta para a construção desse tipo de material?”. Os relatos estão dispostos a seguir.

*Zé: Em minha opinião, falta priorizar essa temática.*

*Maria: Falta conhecimento e disponibilidade [...], interesse pelo tema.*

*Ana: O que falta é apenas iniciar a confecção dos materiais; porém, precisa haver recursos necessários disponíveis.*

*Brida: Eu penso que falta informação/orientação para que sejam confeccionados; poderia ter cursos sobre isso.*

*Bianca: Falta união, tempo e material, nessa ordem.*

*Camila: Em primeiro lugar, falta conhecimento sobre o assunto [...], como trabalhar.*

*Cidinha: Faltam formações, [...] materiais disponíveis, a questão da verba, né?*

Com base nas falas anteriores, constatamos que a maioria dos/as participantes entendem que é necessária a educação em sexualidade por meio de materiais pedagógicos, que eles contribuem para uma educação prazerosa; no entanto, relatam algumas dificuldades para que essa confecção se realize. Dentre esses contratempos, estão a falta de conhecimento sobre o assunto, recursos financeiros escassos ou inexistentes, falta de união e tempo. Sabemos que não é fácil inserir essa temática nas aulas com as crianças, mas, se colocarmos como uma das prioridades para a formação do/a aluno/a, poderemos desenvolver um trabalho significativo. Muitos materiais podem ser construídos com materiais reciclados ou, ainda, com materiais de baixo custo. Podem-se construir, em sala de aula, juntamente com os/as alunos/as, livros ilustrativos sobre o tema, utilizando folhas de sulfite, lápis de escrever e lápis de cor, canetas, giz de cera etc. Também é possível encontrar nas mídias sociais, como o *site YouTube*<sup>31</sup>, diversos vídeos de documentários, histórias e canções alusivas ao tema da educação em sexualidade.

Para que essas estratégias metodológicas façam parte do fazer pedagógico do/a professor/a, este/a deve partir da premissa de que a escola produz e transmite conhecimentos, é um dos espaços em que acontecem as

---

<sup>31</sup> É uma plataforma que permite que os/as usuários/as assistam aos vídeos, compartilhem-nos e interajam com seus/as autores/as por meio de comentários.

relações humanas e, para que isso aconteça, o/a professor/a é a peça-chave dessa identidade pessoal e coletiva.

A escola é espaço de diversidade, de diálogo com o antagônico, de produção de saberes, de exercício político no seu sentido ampliado. E por tudo isso, é um campo de disputa e também um lugar privilegiado para o desenvolvimento humano, principalmente por ser um lugar de relações sociais, de socialização, de legitimação de proximidade e de pertença grupal (Fátima CRUZ, 2006, p. 54).

Qualquer trabalho, seja ele com crianças, seja com adolescentes, deve acontecer de forma sistematizada, contínua e permanente, isto é, esse ensino/aprendizagem deve perdurar pela vida. “A sexualidade faz parte da vida do indivíduo, é universal e, ao mesmo tempo, singular para cada pessoa, pois envolve aspectos individuais, sociais, psíquicos e culturais” (Julieta MOIZÉS; Sonia BUENO, 2010, p. 206). Desse modo, esse assunto que, por vezes, é velado, excluído, incompreendido e desvalorizado na sua importância necessita sobressair-se nas políticas públicas, nas instituições escolares e na própria sociedade como uma das maneiras de se prevenir, enfrentar e combater a violência sexual em crianças em idade escolar.

#### 4.4.5 O quinto e último encontro

##### 4.4.5.1 Glossário e Questionário de *Feedback*

Para o quinto e último encontro, optamos por utilizar como material problematizador um *slide* (glossário) com a definição de sexualidade e educação em sexualidade, segundo autores/as como Figueiró (2006); Sachi (2018); Sachi e Maio (2020, 2021); Ussel (1980); e Jimena Furlani (2007), disponível no Quadro 13.

**Quadro 13** – Glossário utilizado no quinto encontro

Sexualidade	<p>“A sexualidade pode ser definida como tudo que compreenda relações e ações de pessoas entre si e consigo mesmas, enquanto seres sexuados” (USSEL, 1980 apud SACHI; MAIO, 2020, p. 29).</p> <p>É uma construção cultural e social, portanto, histórica, “todo saber é uma construção humana”, diante disso, a sexualidade não é “algo natural”, e sim construída (FURLANI, 2007, p. 11-12).</p>
Educação em sexualidade	<p>“Educação Sexual é toda ação ensino-aprendizagem sobre sexualidade humana, considerando o conhecimento de informações básicas. Discussões e reflexões de valores, sentimentos, normas e as atitudes ligadas à vida sexual” (FIGUEIRÓ, 2006, p. 36).</p> <p>“A educação sexual deve ser ensinada às crianças com o objetivo de fazê-las percorrer um caminho de aprendizado, em que elas atuem como sujeitos participativos, ou seja, construam junto com o/a professor/a os seus conhecimentos em relação a sexualidade” (SACHI; MAIO, 2020, p. 29).</p> <p>“É comum ouvir de pais, mães e responsáveis por alunos/as em idade escolar que seus/suas filhos/as não devem aprender sobre a sexualidade no âmbito escolar, porém ressalto que não é somente por meio do aprendizado sistematizado que o/a aluno/a tem contato com esses impasses, e o agravante é justamente esse, pois tais informações chegam até as crianças de forma não pedagógica” (SACHI, 2018, p. 30).</p>

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Utilizamos, também, o vídeo da história do livro “Pipo e Fifi”<sup>32</sup> e jogamos o jogo “Trilha da Proteção”<sup>33</sup>. Na sequência, podem ser conferidas algumas fotos da capa do livro e do jogo, já as instruções do jogo constam nos anexos.

<sup>32</sup> Ver em: PIPO E FIFI - prevenção de violência sexual para crianças | Fafá Conta com acessibilidade em LIBRAS. **YouTube**, [s.l.], 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MekZv4XOkk0>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

<sup>33</sup> O objetivo do jogo é que a criança desenvolva conceitos e atitudes de proteção, auxiliando a diminuição da vulnerabilidade à violência sexual por meio da informação, do conhecimento do corpo, da busca de ajuda e da comunicação. Ver em: ARCARI, Caroline; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Figura 1 – Capa do livro “Pipo e Fifi”



Fonte: Caroline Arcari (2015)

Figura 2 – Capa e trilha do jogo “Trilha da Proteção”



Fonte: Caroline Arcari, Laureane Costa e Pollyana Schervenski (2015)<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Ver em: ARCARI, Caroline; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

Figura 3 – Cartinhas com repostas

Fonte: Arcari, Costa e Schervenski (2015)<sup>35</sup>

Figura 4 – Recorte das carinhas e do dado

Fonte: Arcari, Costa e Schervenski (2015)<sup>36</sup>

<sup>35</sup> Ver em: ARCARI, Caroline; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

<sup>36</sup> Ver em: ARCARI, Caroline; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

E, por fim, pedimos para que fizessem um *feedback*<sup>37</sup> do curso. As questões relacionadas a esse *feedback* estão dispostas no Quadro 14.

**Quadro 14** – Questões direcionadas ao *feedback* do curso

Questões relacionadas ao <i>feedback</i> do curso
1) Depois de fazer esse curso, sua visão sobre o ensino da educação em sexualidade em sala de aula, mudou? Se sim, como?
2) Houve pontos positivos nesse curso? Quais?
3) Houve pontos negativos nesse curso? Quais?
4) Pontue o que você aprendeu nesse curso, que não sabia antes?
5) Você acredita que suas aulas poderão ser acrescidas de conteúdos sobre o ensino da educação em sexualidade?

Fonte: Elaboração da autora (2021)<sup>38</sup>

Os encontros aqui descritos fizeram parte da nossa pesquisa de mestrado e, para que eles acontecessem de forma eficaz, utilizamos materiais problematizadores, bem como questões semiestruturadas e estruturadas que fizeram com que a dinâmica do grupo acontecesse de forma ética. O resguardo da integridade dos/as participantes se deu pelo fato de que cada um/a deles/as foi orientado/a para que escolhesse um “pseudônimo” a fim de suas identidades serem preservadas, tendo em vista que o tema/assunto da pesquisa, por vezes, poderia gerar certo desconforto nos/as integrantes do Grupo Focal.

[...] o tema pode vir a exigir posicionamentos pessoais que serão revelados a pessoas desconhecidas. Discutir alcoolismo, drogas e [violência sexual infantil], por exemplo, coloca os participantes que sofrem [ou sofreram] deste problema em uma situação delicada e o moderador deve dar sinais claros de que providências estão sendo tomadas para preservar a identidade pessoal na divulgação dos resultados (GONDIM, 2003, p. 154).

Essa pesquisa se define de forma qualitativa, pois os Grupos Focais são entendidos como uma técnica de investigação também qualitativa (GONDIM, 2003), os procedimentos sistemáticos e objetivos, bem como a descrição dos conteúdos das mensagens, podem ser tanto qualitativos quanto quantitativos; no caso da nossa pesquisa, são qualitativos.

<sup>37</sup> *Feedback*, resposta enviada à origem sobre o resultado de uma tarefa que já foi realizada. Ver em: **FEEDBACK. Dicio, Dicionário Online de Português**, [s.l.], c2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/feedback/>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

<sup>38</sup> Encontra-se na íntegra no Apêndice B.

As transcrições dos áudios totalizaram 26 páginas. Destas, foram selecionadas doze, em que se podiam ouvir e entender relatos específicos sobre a temática da pesquisa. Optamos por essa técnica de gravação em áudio pelo fato de esta deixar os/as participantes mais à vontade em relação à técnica de gravação em vídeo, pois expõe imagens do/a integrante do grupo.

No entanto, o estar mais à vontade com certo meio de registro em pesquisa é fator de maior descontração por parte dos participantes, e isso é muito importante para o desenvolvimento dos trabalhos no grupo focal como técnica de investigação (GATTI, 2012, p. 26).

Optamos, além da gravação em áudio, pelas anotações escritas. Mesmo com as gravações, recomenda-se que se façam anotações, que se mostram essenciais para auxiliar nas análises (GATTI, 2012).

[...] elas serão úteis para sinalizar aspectos ou momentos importantes, falas significativas detectadas no instante mesmo, na vivência do momento, para registrar trocas e monólogos, dispersões, distrações, cochichos, alianças, oposições, etc., ou seja, pontos cuja importância pode passar despercebida no registro geral (GATTI, 2012, p. 27).

Além da gravação em áudio e das anotações escritas, utilizamos, também, questionários sobre os aspectos da discussão. A coleta de dados deve permitir retrazar caminhos; por isso, devem-se ter anotações, gravações e transcrições cuidadosas (GATTI, 2012). Para avaliarmos se foi e quanto foi proveitoso, o curso foi avaliado pelos/as participantes com as indagações que seguem no decorrer deste texto. A primeira questão foi: “Depois de fazer esse curso, sua visão sobre o ensino da educação em sexualidade em sala de aula mudou? Caso sim, como?”.

*Zé: Sim. O assunto é delicado, mas, com as experiências compartilhadas pelos/as colegas, pode ser administrado em sala de aula, tomando os devidos cuidados.*

*Ana: Sim. Mesmo com alguma dificuldade para trabalhar, esse tema é tão importante e essencial [...], é importante, né? É necessário se aprofundar e aprender para poder fazer a diferença na vida de uma criança.*

*Cristina: Sim. Minha visão mudou. Penso que um leque de possibilidades de trabalho foi aberto, para iniciar o desenvolvimento do trabalho em sala de aula.*

Camila: *Sim. Aprendi sobre as questões das nomenclaturas, da conscientização de que o assunto pode e deve ser estudado em sala de aula com nossos/as alunos/as.*

Cidinha: *Sim. Abriu a minha mente, dando suporte para o ensino da educação sexual em sala de aula com os/as alunos/as.*

Maria: *Sim. Trouxe mais conhecimentos, informações de como trabalhar de um jeito lúdico e divertido com a criança, ensinando os conceitos.*

Bianca: *Aprendi a importância de estar trabalhando esse tema em sala de aula.*

Brida: *Sim. Ficou mais evidente a necessidade de se trabalhar o tema na escola.*

A partir dos relatos, foi possível perceber que, mesmo com pouco tempo em relação ao ensino da educação em sexualidade que os/as participantes adquiriram nesse curso/formação, eles entenderam que esse ensino é executável em sala de aula.

**Quadro 15** – Pontos positivos e negativos do curso

Participante	Questão 1: Houve pontos positivos no curso? Quais?	Questão 2: Houve pontos negativos no curso? Quais?
Maria	Sim. O conhecimento que adquirimos e as estratégias de como agir em sala de aula.	Não.
Bianca	Sim. Abriu a minha mente de quão tudo isso é de suma importância.	Não.
Brida	Sim. Esclareceu muitas dúvidas.	Não.
Ana	Sim. O aprendizado sobre os conceitos, ouvir a experiência dos/as participantes do curso.	Não.
Zé	Sim. Você passou seu conhecimento no assunto, instigando-nos a refletir sobre uma possível introdução do tema nas nossas aulas.	Não.
Cristina	Sim. Muitos pontos positivos. Aprendi muitas coisas, conceitos e possibilidades de trabalhar em sala de aula.	Não.
Camila	Sim. Adquiri conhecimento sobre o tema.	Não.
Cidinha	Sim. Embasamento teórico. Jogos educativos e materiais de apoio.	Não.

Fonte: Elaboração da autora (2021)

Para continuar o nosso encontro, solicitamos aos/às participantes que relatassem: “O que aprenderam nesse curso, que não sabiam antes? Ou o que já sabiam e foi aprimorado?”. Obtivemos as seguintes respostas.

Maria: *Aprendi a parte dos conceitos, que existe uma data para ser lembrada sobre o tema, e a importância do mesmo.*

Bianca: *Aprendi que existe uma data para se lembrar da importância do tema, aprendi vários conceitos e nomenclaturas.*

Brida: *Nomenclaturas que foram esclarecidas, a data importante para lembrar a importância do tema abordado.*

Ana: *Aprendi sobre o caso Araceli, a data de 18 de maio, as nomenclaturas, a importância da educação em sexualidade.*

Zé: *A terminologia técnica, o conhecimento [...] a importância, né?*

Cristina: *Aprendi sobre conceitos, nomenclaturas, e sobre a existência de um dia específico para lembrar da violência sexual, que é em 18 de maio [...], foi muito importante aprender.*

Camila: *Eu sabia que existia uma data para lembrar essa questão da violência sexual, mas não sabia quando, aprendi nesse curso, e, também, aprendi o porquê de ser lembrado nessa data. A necessidade de trabalhar o tema com os/as alunos/as.*

Cidinha: *Aprendi a nomear corretamente as partes íntimas. Sobre o caso Araceli. Sobre o dia 18 de maio e sobre a importância de se trabalhar a educação em sexualidade em sala de aula.*

Com os relatos dos/as participantes, foi possível mostrar aqui, em palavras, o quanto esses/as profissionais aprenderam com a nossa contribuição na formação continuada. É esse tipo de *feedback* que nos incentiva, cada dia mais, a continuar desenvolvendo estratégias para que professores/as se apropriem desse conhecimento, tornando-o possível de ser utilizado em sala de aula. Salientamos que, ao ensinar, também aprendemos. Com o processo de desenvolvimento dessa pesquisa, aprendemos, em uma relação de troca pedagógica, que muito, ainda, temos que fazer para que essa educação se perpetue nas instituições escolares como um dos meios de se ensinar sobre a educação em sexualidade com crianças.

Para complementar as questões anteriores, fizemos a seguinte indagação: “Você acredita que suas aulas poderão ser acrescidas de conteúdos sobre o ensino da educação em sexualidade?”.

Ana: *Acredito que sim, após reuniões com os pais e um planejamento sobre isso.*

Bianca: *Sim, porém acredito que ainda necessito me aprofundar mais sobre o tema.*

Brida: *Sim, pois é necessária tal abordagem.*

Maria: *Sim.*

Zé: *Sim, de maneira sutil.*

Cristina: *Com certeza.*

Camila: *Acredito que sim.*

Cidinha: *Sim.*

Os/as participantes dessa pesquisa foram unânimes ao relatar que suas aulas poderão ser acrescidas de conteúdos sobre o ensino da educação em sexualidade. Isso nos leva a pensar que, embora nosso trabalho possa ser comparado ao “trabalho de formiguinha”, aos poucos ele vai ganhando espaço e, possivelmente, agregando maior conhecimento científico no fazer pedagógico do/a professor/a, em relação a essas pautas.

#### 4.4.5.2 Apontamentos sobre os Relatos dos/as Participantes da Pesquisa

Com as/os declarações/relatos feitas/os pelos/as participantes, pudemos verificar que esse Curso de Extensão contribuiu, mesmo que de maneira rápida, para a formação continuada desses/as professores/as, de modo a fazê-los/as pensar e repensar as suas práticas pedagógicas em relação ao ensino da educação em sexualidade com crianças do Ensino Fundamental I.

Diante dos relatos e das experiências dispostos ao longo desta seção, verificamos que os/as professores/as que participaram deste estudo colaboraram para que a nossa pesquisa se efetivasse. Podemos dizer que esses/as profissionais, mesmo com pouca ou nenhuma formação inicial e continuada na área da educação em sexualidade, entendem a importância da atuação deles para a formação do sujeito e dispõem-se a aprenderem mais sobre o assunto que foi abordado nesta pesquisa.

## 5 CONSIDERAÇÕES ALCANÇADAS

O objetivo desta pesquisa em educação foi o de compreender a relação da formação inicial e continuada sobre educação em sexualidade de alguns/mas professores/as que atuam no Ensino Fundamental I com a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças, a fim de pensar os efeitos de essa educação ser ou não trabalhada em sala de aula nas escolas municipais de Astorga – PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá.

Para tanto, procuramos respaldar-nos em vários/as autores/as que pesquisam e defendem a ideia de que essa educação é uma das formas mais eficazes de se combater a violência sexual contra crianças na idade escolar do Ensino Fundamental I. Nessa perspectiva, as palavras de Paulo Freire levaram-nos a refletir sobre a educação como um ato político, de intervenção no mundo, uma maneira de emancipar o ser, “a educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem” (FREIRE, 2000, p. 104). Para desenvolver essa temática, optamos por empreender uma parte da pesquisa com a realização de um Grupo Focal, no qual foi possível trabalhar esse tema com os/as participantes que fizeram parte deste trabalho. A outra parte foi elaborada por meio de pesquisa bibliográfica sobre esse assunto.

O estudo apontou que, especificamente, na cidade de Astorga, a educação em sexualidade ainda necessita ganhar mais espaço dentro e fora das instituições de ensino da rede municipal. Percebemos que há vontade por parte dos/as professores/as e dos/as gestores/as da educação em relação ao desenvolvimento de estratégias que ampliem esse novo espaço de aprendizagem da temática abordada.

Foi possível, também, compreender que a formação inicial e continuada desses/as profissionais apresenta, ainda, um índice deficitário em relação à incorporação de disciplinas que pontuem gênero, sexo e sexualidade na formação dos/as educadores/as. Durante o desenvolvimento da pesquisa, notamos que há a necessidade de os/as professores/as ressignificarem o modo como se valoriza (ou não) essa educação tanto na formação quanto no fazer pedagógico com os/as alunos/as no ambiente escolar.

Conforme procuramos expor ao longo desta pesquisa e em razão da necessidade de se desenvolver a educação em sexualidade com os/as profissionais da área da educação, um dos fatores que influenciam nesse processo são as políticas públicas e suas especificidades em relação ao ensino da educação em sexualidade com crianças em idade escolar do Ensino Fundamental I.

De modo hodierno, enfatizamos a necessidade de se repensar qual é a contribuição que documentos oficiais, como a Constituição Federativa da República do Brasil (BRASIL, 1988), a LDBEN (BRASIL, 2017), os PCN (BRASIL, 1997a, 1997b), o ECA (MDH, 2019), a BNCC (BRASIL, 2018), dentre outros, trazem para a educação em sexualidade especificamente. Esses documentos orientam e direcionam sobre questões relacionadas à educação em todos os seus contextos e especificidades. O desafio apresentado neste estudo perpassa tão somente pelas leis, pois, para que essa educação aconteça de forma efetiva, além de políticas públicas, é necessário que tenhamos governantes dispostos a se empenharem em prol desse ensino e valorizá-lo na formação do/a professor/a e no fazer pedagógico com o/a aluno/a.

O fato de termos, atualmente, governantes que não voltam o olhar para essas questões faz com que essa situação deficitária contribua ainda mais para que o cenário exposto sobre a violência sexual contra crianças permaneça em patamares preocupantes. O que nos entristece, além da afirmativa mencionada, é o fato de o governo federal direcionar algumas falas no sentido de desvalorizar e desconsiderar que a educação em sexualidade é um dos meios que contribui para que essa violência seja diminuída e, quiçá, extinta. Vivemos um momento de grandes conflitos mundiais, como a pandemia da covid-19, alguns países em guerra, a reorganização da economia mundial e o avanço acelerado da tecnologia; em face disso, entendemos que o desafio de alinhar e realinhar as questões gerais da educação do nosso país torna-se muito mais laborioso.

Fazer um mestrado na Universidade Estadual de Maringá (UEM) e com orientação da Professora Doutora Eliane Rose Maio era um objetivo pessoal e profissional, por isso fui resiliente, capaz de enfrentar as situações difíceis, ressignificar os “nãos” e planejar os próximos passos para me tornar aluna do mestrado em Educação. Diante das adversidades, utilizei-me da minha força

interior para prosseguir no caminho. Ter na pessoa da Professora Eliane um exemplo de luta pelas pautas que juntas defendemos encorajou-me a não desistir.

Foram muitos dias de angústias, meu coração, por vezes, parecia querer sair para fora do peito quando eu pensava no tamanho da minha responsabilidade ao pesquisar sobre um assunto tão temido, tão velado e, com frequência, proibido em alguns ambientes e por vários/as profissionais. O que a princípio me assustava, com o decorrer dos dias e o desdobramento desta pesquisa, foi me amadurecendo de uma forma tão necessária, que hoje me encontro muito mais liberta de certos medos e amarras que compunham o meu ser. Não há como não mencionar aqui que retomar determinados acontecimentos do passado despertou-me gatilhos emocionais que conduziram a um choro libertador, fortalecendo-me e fazendo-me mais determinada, mais pesquisadora, mais empoderada, mais ser humano! E, com tudo isso, aprendi a ser mais eu, num contexto coletivo de ensino e aprendizagem.

A pesquisa por meio do Grupo Focal foi essencial para desenvolver esse estudo; e, mesmo diante de uma pandemia, pudemos nos encontrar presencialmente, foi espetacular ver muitos olhinhos brilhando. O fato de podermos nos reunir – respeitando todos os cuidados de biossegurança de combate ao Coronavírus – possibilitou que acontecessem trocas afetivas, aprofundamento do assunto e compartilhamento de experiências e vivências. Quando imagino que, com meus estudos e minha pesquisa, certamente poderei contribuir para o bem-estar de crianças e o incentivo de profissionais que trabalham com elas, especificamente os/as professores/as, meu coração se enche de gratidão e alegria, por ter me transformado em uma pesquisadora mais atuante em relação às pautas sobre a prevenção e o enfrentamento da violência sexual contra crianças.

Os dados do 13º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2019, n. p.) informam que, “em relação ao vínculo com o abusador, 75,9% das vítimas possuem algum tipo de vínculo com o agressor, entre parentes, companheiros, amigos e outros [...]”. Diante do exposto e levando em consideração que essas formas de violência acontecem dentro e fora de casa, entendemos que, possivelmente, conseguiremos capacitar as nossas crianças quanto ao

reconhecimento de um provável abuso e quanto as atitudes que ela deve tomar para evitar ou livrar-se dessa forma de violência.

Em síntese, este estudo não esgota as possibilidades de novas pesquisas traçarem outras formas de se trabalhar a educação em sexualidade, em sala de aula, com crianças. Não almejamos delinear respostas prontas e acabadas, mas, à medida que desenvolvemos esta pesquisa, mostrar que é possível trabalhar essa educação em sala de aula com crianças. Como pensamos que essa educação poderia acontecer? Não somente com educadores/as do município de Astorga, mas, preferencialmente com eles/as, podemos utilizar estratégias pedagógicas, como formação continuada que enfoque essa temática, produção de materiais pedagógicos, incluindo livros infantis, oficinas que auxiliem o/a professor/a a desenvolver no planejamento atividades que contemplem esse tema como uma das possíveis formas de conduzir o/a aluno/a à aquisição de conhecimentos que contribuam para a formação acadêmica, dando a ele/a condições de se empoderar de direitos e deveres. Essa educação emancipatória e essa “escola em que se pensa, em que se fala, em que se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à vida [...]” deve empoderar para a mudança do contexto atual e contribuir para a justiça social (FREIRE, 2000, p. 104).

Para possibilitar esse conhecimento, faz-se necessário desenvolver palestras para pais, mães, responsáveis e comunidade em geral, com o intuito de trazer para esse público situações de aprendizado que os/as ajudem a compreender e colocar em prática esses aprendizados que entendemos como essenciais para uma educação em sexualidade emancipatória.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Lua Lamberti de. **Pe-drag-ogia como modo de tensionar/inventar territórios educacionais heterotópicos**. 2019. 120 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

ABUSO sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta. **YouTube**, [s.l.], 15 jun. 2017. Disponível em: <<https://youtu.be/c4yjYK09KMg>>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ADED, Naura Liane de Oliveira et al. Abuso sexual em crianças e adolescentes: revisão de 100 anos de literatura. **Revista de Psiquiatria Clínica**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 4, p. 204-213, nov. 2006.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: FBSP, 2019. Disponível em: <[https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL\\_21.10.19.pdf](https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Anuario-2019-FINAL_21.10.19.pdf)>. Acesso em: 1º set. 2021.

ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.

ARCARI, Caroline. **Pipo e Fifi** – Guia para pais e educadores: como trabalhar o livro em espaços educativos. Ilustrações de Isabela Santos. Rio Verde: Instituto Cores, 2015.

\_\_\_\_\_.; COSTA, Laureane Marília de Lima; SCHERVENSKI, Pollyana. **Trilha da Proteção**. Rio Verde: Caqui, 2015. Disponível em: <[https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5\\_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf](https://docs.wixstatic.com/ugd/5117a5_fb68487da6e749d5a33d9ba82b8c0286.pdf)>. Acesso em: 6 abr. 2021.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira. **Pele de asno não é só história**: um estudo sobre a vitimização de crianças e adolescentes em família. São Paulo: Roca, 1988.

BECK, Dinah Quesada; GUIZZO, Bianca Salazar. Estudos Culturais e Estudos de Gênero: proposições e entrelaces às pesquisas educacionais. **Holos**, Natal, ano 29, v. 4, p. 172-182, 2013. Disponível em: <<https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1597/714>>. Acesso em: 27 fev. 2022.

BERNARDI, Marcello. **A deseducação sexual**. Tradução de Antônio Negrini. São Paulo: Summus, 1985.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. **Educação (Sexual) e Sexualidade**: o velado e o aparente. 1996. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

BORGES, Ricardo. Audiência pública do plano de educação bate recorde de público. **Programa Ricardo Borges**, [s.l.], 2015. Disponível em: <<http://www.programaricardoborges.com.br/videos/v/3249/8.html>>. Acesso em: 26 set. 2021.

BRAGA, Eliane Rose Maio. A questão do gênero e da sexualidade na Educação. In: RODRIGUES, Elaine; ROSIN, Sheila Maria (Org.). **Infância e práticas educativas**. Maringá: Eduem, 2007. p. 211-220.

\_\_\_\_\_. Sexualidade infantil: a importância da formação de professores(as) na questão de gênero. In: CARBELLO, Sandra Regina Cassol; COMAR, Sueli Ribeiro (Org.). **Educação no século XXI: Múltiplos desafios**. Maringá: Eduem, 2009. p. 129-137.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012. **Universidade Estadual de Maringá – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**, Maringá, 2012. Disponível em: <<http://www.ppg.uem.br/images/downloads/copep/Res-CNS-466-2012.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2021.

\_\_\_\_\_. **Constituição (1988)**. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88\\_EC105\\_livro.pdf](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/566968/CF88_EC105_livro.pdf)>. Acesso em: 30 set. 2021.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal Brasileiro. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de dezembro de 1940. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2848-7-dezembro-1940-412868-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. **Disque Direitos Humanos**. Relatório 2019. Brasília, DF: MDH, 2019. Disponível em: <[https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019\\_disque-100.pdf](https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/disque-100/relatorio-2019_disque-100.pdf)>. Acesso em: 29 set. 2021.

\_\_\_\_\_. **LDBEN** – Lei de diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 2017. Disponível em: <[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei\\_de\\_diretrizes\\_e\\_bases\\_1ed.pdf?msckid=c3cfb202b7b411eca0ab1fafc4f9a21d](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf?msckid=c3cfb202b7b411eca0ab1fafc4f9a21d)>. Acesso em: 1º maio 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei nº 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm)>. Acesso em: 7 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 2017.

Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/13431.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/13431.htm)>. Acesso em: 1º maio 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.970, de 17 de maio de 2000. Institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 17 de maio de 2000. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-9970-17-maio-2000-377148-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 3 out. 2021.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais, ética. Brasília, DF: MEC, 1997a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural, orientação sexual. Brasília, DF: MEC, 1997b.

BRASIL JURÍDICO. Agora é crime! Descubra o que é LGBTIfobia. **Brasil Jurídico**, [s.l.], 23 mar. 2020. Disponível em: <<https://blog.brasiljuridico.com.br/o-que-e-lgbtifobia/>>. Acesso em: 22 maio 2022.

BUENO, Priscila da Rocha Luiz. **As políticas públicas na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças do município de Maringá**. 2016. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2016.

CAMARGO, Luciene dos Santos; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra. A violência sexual contra crianças e adolescentes na perspectiva de profissionais de educação do ensino fundamental de Presidente Prudente. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 29., 2006, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPEd, 2006. p. 1-17. Disponível em: <[http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/16\\_56\\_35\\_117\\_A\\_Viol%C3%Aancia\\_Sexual\\_contra\\_crian%C3%A7as\\_e\\_adolescentes\\_na\\_perspectiva\\_de\\_profissionais\\_da\\_educ%C3%A7%C3%A3o\\_das\\_escolas\\_p%C3%BAblicas\\_municipais\\_de\\_Presidente\\_Prudente.PDF](http://www.mpggo.mp.br/portal/arquivos/2015/05/22/16_56_35_117_A_Viol%C3%Aancia_Sexual_contra_crian%C3%A7as_e_adolescentes_na_perspectiva_de_profissionais_da_educ%C3%A7%C3%A3o_das_escolas_p%C3%BAblicas_municipais_de_Presidente_Prudente.PDF)>. Acesso em: 12 set. 2021.

CASTELEIRA, Rodrigo Pedro. **(Des)pregamentos e táticas nos cotidianos narrados por travestis**: desalojamentos nos espaços prisionais como modos de (r)existências. 2018. 111 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

CASTRO, Roney Polato de. Professores(as), sexualidade e educação sexual: produzindo sujeitos nos contextos do Programa de Educação Afetivo-Sexual (PEAS). In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 31., Caxambu. **Anais**

**eletrônicos**... Caxambu: ANPEd, 2008. p. 1-16. Disponível em: <<https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt23-4624-int.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

CRIMES do Brasil - Caso: Araceli Cabrera Sanchez Crespo. **Globo News**, [s.l.], [20-?]. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1pVeYgjJLdW7gCKiHxhPMbAgOcovAaSCW/view>>. Acesso em: 28 mar. 2021.

CRUZ, Fátima Maria Leite. **Expressões e significados da exclusão escolar: representações sociais de professores e alunos sobre o fracasso em matemática**. 2006. 363 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

DANTAS, Hugo. **Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes**. Enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes. Ceará: Fundação Demócrito Rocha, 2019.

DERRIDA, Jacques. Auto-imunidade: suicídios reais e simbólicos. In: BORRADI, Giovanna. **Filosofia em tempo de terror**. Diálogos com Habermas e Derrida. Tradução de Roberto Muggiati. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 95-145.

EGYPTO, Antonio Carlos. **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

ENSINANDO a criança a se proteger| Luva Pedagógica| Tia Jéssica. **YouTube**, [s.l.], 21 maio 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=wLBSnHA6vXU&t=6s>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

FALEIROS, Eva Teresinha Silveira. **Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes**. Brasília, DF: Thesaurus, 2000.

FEEDBACK. **Dicio, Dicionário Online de Português**, [s.l.], c2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/feedback/>>. Acesso em: 4 ago. 2021.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **Formação de educadores sexuais: adiar não é mais possível**. Campinas: Mercado das Letras, 2006. (Coleção Dimensões da Sexualidade).

FORMAÇÃO de professores para o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes. **YouTube**, [s.l.], 19 maio 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dj89oY5CF5A>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 71. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). **Educação sexual**: novas ideias, novas conquistas. São Paulo: Editora Gente, 1993. n. p.

FURLANI, Jimena. Abordagens contemporâneas para educação sexual. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Educação sexual na escola**: equidade de gênero, livre orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Florianópolis: Udesc, 2008. p. 65-70.

\_\_\_\_\_. Educação sexual – Possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 66-81.

\_\_\_\_\_. **Educação sexual na sala de aula**: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

\_\_\_\_\_. Educação sexual: possibilidades didáticas. In: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 67-82.

\_\_\_\_\_. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FURNISS, Tilman. **Abuso sexual da criança**: uma abordagem multidisciplinar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

GAIARSA, José Ângelo. **A família de que se fala e a família de que se sofre**: o livro negro da família, do amor e do sexo. São Paulo: Ágora, 1986.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. 1. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. 2. ed. Brasília, DF: Líber Livro, 2012.

GAVA, Thais; VILLELA, Wilza Vieira. Educação em Sexualidade: desafios políticos e práticos para a escola. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 157-171, dez. 2016.

GENTILE, Paola. Eles querem falar de sexo. **Revista Nova Escola**, São Paulo, Ano XXI, p. 22-29, 2006.

GONÇALVES, Cleberson Diego. **A/r/tografias urgentes na arte e educação forjando territórios dissidentes**. 2018. 163 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2018.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 12, n. 24, p. 149-

161, 2003. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/paideia/a/8zzDgMmCBnBJxNvk7qKQRF/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 16 ago. 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Ensinando pensamento crítico**: sabedoria prática. Tradução de Bhuvi Libanio. São Paulo: Elefante, 2020.

JUNQUEIRA, Maria de Fátima. Abuso sexual da criança: Contextualização. **Pediatria Moderna**, São Paulo, v. 34, n. 7, p. 432-436, 1998.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Conceitos de diversidade. Parte I. **Revista Diversidade e Educação**, Rio Grande, v. 2, n. 3, p. 4-8, jan./jun. 2014. Disponível em: <<https://www.seer.furg.br/divedu/issue/view/545>>. Acesso em: 4 out. 2021.

KIND, Luciana. Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 124-136, 2004. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/202>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

KUHLMANN JR., Moyés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

\_\_\_\_\_.; FERNANDES, Rogério. Sobre a história da Infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e sua educação**: materiais, práticas e representações. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p. 22-37.

LEITE, Lucimar da Luz. **Marcas da religião na educação**: gênero, sexualidade e formação docente. 2020. 149 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2020.

\_\_\_\_\_. **Representações de gênero e de sexualidade nas brincadeiras infantis e na docência**: discurso, consolidação, resistência e ambivalência. 2015. 141 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra et al. Saberes de profissionais de educação sobre abuso e exploração sexual: contribuições para políticas educacionais. In: LEAL, Maria Lúcia Pinto; LEAL, Maria Fátima Pinto; LIBÓRIO, Renata Maria Coimbra (Org.). **Tráfico de pessoas e violência sexual**. Brasília, DF: VIOLES: SER: UnB, 2007. p. 147-165.

LIMA, Edyane Silva de. **Violência sexual contra crianças**: formação docente em discussão. 2013. 256 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

\_\_\_\_\_.; MAIO, Eliane Rose. **Violência sexual contra criança**: contributos para a formação docente. Curitiba: CRV, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

\_\_\_\_\_. Pensar a sexualidade na contemporaneidade. In: SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de (Org.). **Sexualidade**. Curitiba: SEED – PR, 2009. p. 29-35.

MAIO, Eliane Rose. Gênero, educação sexual no espaço escolar, priorizando a educação infantil e o ensino fundamental (1º ao 5º ano). In: SIMILI, Ivana Guilherme. **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Maringá: Eduem, 2011b. p. 89-102.

\_\_\_\_\_. **O nome da coisa**. Maringá: Uni Corpore, 2011a.

\_\_\_\_\_.; OLIVEIRA, Márcio de. Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: O Silenciamento Enquanto Marcador do Aumento dos Casos. **Educ. Anál.**, Londrina, v. 1, n. 2, p. 251-270, jul./dez. 2017. Disponível em: <[https://redib.org/Record/oai\\_articulo2429227-viol%C3%Aancia-sexual-contra-crian%C3%A7as-e-adolescentes-o-silenciamento-enquanto-marcador-do-aumento-dos-casos](https://redib.org/Record/oai_articulo2429227-viol%C3%Aancia-sexual-contra-crian%C3%A7as-e-adolescentes-o-silenciamento-enquanto-marcador-do-aumento-dos-casos)>. Acesso em: 6 mar. 2022.

MARTINI, Carma Maria. **Questões de gênero e diversidade sexual**: reflexões sobre a formação de docentes indígenas na Universidade Federal de Rondônia. 2021. 280 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2021.

MEDEIROS, Cristina Carta Cardoso de. **A teoria sociológica de Pierre Bourdieu na produção discente dos programas de pós-graduação em Educação no Brasil (1965-2004)**. 2007. 383 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

MEURER, Indianara dos Santos. **Os direitos de crianças e adolescentes contra a violência sexual**: um estudo dos Documentos Nacionais (2000-2013). 2017. 219 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

MEYER, Caroline Arcari. **Livro “O que é privacidade?”**: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2017.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília, DF: MDH, 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-versao-2019.pdf>>. Acesso em: 1º maio 2021.

MIZUNUMA, Samanta. **Caderno de orientações para o desenvolvimento da Educação Sexual com abordagens científicas e o auxílio da literatura infantojuvenil**. Ponta Grossa: UTFPR, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1Mgv0unzMsoSEzGkhq7lv7aXyuJNcPkMI/view>>. Acesso em: 3 abr. 2021.

MOIZÉS, Julieta Seixas; BUENO, Sonia Maria Villela. Compreensão sobre sexualidade e sexo nas escolas segundo professores do ensino fundamental. **Rev esc enferm USP**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 205-212, 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/BJ3BDnLmv6mdcKGvgtyGSWt/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 12 set. 2021.

NEVES, Anamaria Silva et al. Abuso sexual contra a criança e o adolescente: reflexões interdisciplinares. **Temas em Psicologia**, [s.l.], v. 18, n. 1, p. 99-111, 2010. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v18n1/v18n1a09.pdf>>. Acesso em: 6 abr. 2021.

NEZO, Ronaldo. **A educação para o cuidado de si como estratégia de resistência ao dispositivo de beleza**. 2019. 275 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2019.

NUDISEX – Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual. **CNPq**, [s.l.], 2022. Disponível em: <<http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3714#identificacao>>. Acesso em: 11 mar. 2022.

O QUE é violência sexual infantil. **YouTube**, [s.l.], 3 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=e5R0sQ9QWkM>>. Acesso em: 14 mar. 2021.

OLIVEIRA, Macdouglass de. **“Entre” chapeuzinhos vermelhos e lobos maus**. O abuso sexual na primeira infância e a escola enquanto rede de proteção e enfrentamento. 2018. 168 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades, Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2018.

OLIVEIRA, Márcio de. **Gênero na literatura infantil**: a valorização de alternativas como possibilidade da desconstrução de estereótipos. 2013. 151 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas e violência sexual contra crianças e adolescentes**: planos municipais de educação do estado do Paraná como documento de (não) promoção da discussão. 2017. 136 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de

Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Histórico da pandemia de COVID-19. **Organização Pan-Americana da Saúde**, Brasília, DF, [2021?]. Disponível em: <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 3 abr. 2022.

PEDROSO, Vera Lúcia Barreto; PADILHA, Maria das Graças Saldanha. Abuso sexual infantil: conhecimento do enfermeiro sobre o seu papel no acolhimento das vítimas e na notificação de casos. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, Curitiba, n. 49, p. 21-42, 2014.

PEIXOTO, Cesar Roberto Campos. A linguagem, o sujeito e o currículo no pós-estruturalismo: reflexões para a prática de leitura em língua estrangeira. **Eutomia**, Recife, ano I, n. 1, p. 489-508, 2008.

PEIXOTO, Reginaldo. **Bullying e homofobia na escola**: implicações pedagógicas na percepção de alunos/as e professores/as do Ensino Médio. 2013. 221 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

PINTO, Manuel. A infância como construção social. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (Org.). **As crianças**: contextos e identidades. Braga: Centro de Estudos da Criança: Universidade do Minho, 1997. p. 33-73.

PIPO E FIFI - prevenção de violência sexual para crianças | Fafá Conta com acessibilidade em LIBRAS. **YouTube**, [s.l.], 18 ago. 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=MekZv4XOkk0>>. Acesso em: 2 abr. 2021.

POPOV, Cleber Gabriel. **Discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual em equipes multidisciplinares de escolas estaduais de Maringá-PR**. 2017. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida. **O mosaico da violência**. São Paulo: Vetor, 2004.

PRECIADO, Beatriz. Quem defende a criança *queer*? Tradução de Fernanda Nogueira. **Revista Geni**, [s.l.], 2013. Disponível em: <<https://revistageni.org/10/quem-defende-a-crianca-queer/>>. Acesso em: 1º out. 2021.

PRORROGADO o prazo de indicação para as salas multifuncionais. **Ministério da Educação**, Brasília, DF, 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/recursos-multifuncionais#:~:text=Sinara%20informa%20que%20h%C3%A1%20dois,os%20alunos%20cegos%20E2%80%9D%2C%20diz.&text=J%C3%A1%20os%20alunos%20com%20altas,um%20talento%20acima%20da%20m%C3%A9dia%20E2%80%9D>>. Acesso em: 20 set. 2021.

PSEUDÔNIMO. **Dicio, Dicionário Online de Português**, [s.l.], c2009-2022. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/pseudonimo/>>. Acesso em: 15 jul. 2021.

RIBEIRO, Patrícia Monteiro. **O abuso sexual infantil intrafamiliar e os sentidos compartilhados pelos professores em Recife**. 2012. 149 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

RIZZA, Juliana Lapa; RIBEIRO, Paula Regina Costa; MOTA, Maria Renata Alonso. A sexualidade nos cursos de licenciatura e a interface com políticas de formação de professores/as. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 44, e176870, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/9WGxvy5RfrCNCNssstbGYzr/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 4 out. 2021.

ROSSI, Jean Pablo Guimarães. **Gênero e educação em tempos de Escola sem Partido**: compreensões de educadoras em debate. 2020. 193 f. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Desenvolvimento) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Estadual do Paraná, Campo Mourão, 2020.

SACHI, Berivalda de Jesus do Prado. **Orientação Sexual na Educação Infantil**. 2006. 37 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Normal Superior) – Faculdade Palas Atena, Astorga, 2006.

\_\_\_\_\_. **Orientação Sexual na Educação Infantil e Ensino Fundamental**: Séries Iniciais. 2008. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Faculdade Palas Atena, Astorga, 2008.

\_\_\_\_\_. **Orientação Sexual para Crianças com Deficiência Mental na Fase da Educação Infantil e Ensino Fundamental**: Séries Iniciais. 2009. 72 f. Monografia (Especialização em Educação Especial) – Faculdade Palas Atena, Astorga, 2009.

\_\_\_\_\_. Possibilidades didáticas para o ensino da educação sexual em sala de aula. In: MAIO, Eliane Rose (Org.). **Gênero e sexualidade**: Interfaces Educativas. Curitiba: Appris, 2018. p. 23-35.

\_\_\_\_\_.; MAIO, Eliane Rose. A educação sexual na infância e suas multifacetadas no âmbito escolar. In: OLIVEIRA, Márcio de; MOCHI, Luciene Celina Cristina (Org.). **Gênero e diversidade sexual**: trilhando caminhos para uma educação mais justa. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2020. p. 28-43.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Gênero sexualidade e violências nos cotidianos escolares. In: OLIVEIRA, Márcio de; PEIXOTO, Reginaldo (Org.). **Educação em sexualidade e violência sexual infantil**: pautas para o ambiente escolar. 1. ed. Curitiba: Bagai, 2021. p. 124-135.

SANTOS, Benedito Rodrigues dos; IPPOLITO, Rita. **Guia de referência**: construindo uma cultura de prevenção à violência sexual. São Paulo: Childhood - Instituto WCF-Brasil: Prefeitura da Cidade de São Paulo: Secretaria de Educação, 2009. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao/toolkit\\_prevencao\\_violencia\\_nas\\_escolas.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao/toolkit_prevencao_violencia_nas_escolas.pdf)>. Acesso em: 3 abr. 2022.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. **Guia escolar**: identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Seropédica: Edur, 2011. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/handle/192/1117>>. Acesso em: 1º out. 2021.

SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos. A educação sexual na escola: algumas possibilidades didático-metodológicas. In: SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de (Org.). **Sexualidade**. Curitiba: SEED – PR, 2009. p. 59-71.

\_\_\_\_\_.; ARAÚJO, Débora Cristina de. **Sexualidades e Gênero**: questões introdutórias. In: SANTOS, Dayana Brunetto Carlin dos; ARAUJO, Débora Cristina de (Org.). **Sexualidade**. Curitiba: SEED – PR, 2009. p. 13-27.

SANTOS, Rita de Cássia Ferreira dos. **Violência sexual e a formação de educadores**: uma proposta de intervenção. 2011. 198 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2006. 261 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4340/000399778.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 22 ago. 2021.

SILVA, Ilma Ribeiro. **Abuso e trauma**: efeitos da desordem do estresse pós-traumática e desordem da múltipla personalidade. 1. ed. São Paulo: Vetor, 2000.

SILVA, Ricardo de Castro e. **Orientação sexual**: possibilidades de mudança na escola. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

TAKARA, Samilo. Histórias de meninos afeminados: resistência e política nas leituras de artefatos culturais. **Entrelaces**, [s.l.], v. 2, n. 9, p. 226-244, 2017.

\_\_\_\_\_. Narrativas de infâncias em desvios: disputas à educação para o pleno desenvolvimento da pessoa. **REBEH**, [s.l.], v. 3, n. 9, p. 232-247, 2020.

TEIXEIRA, Cintia Maria; MAGNABOSCO, Maria Madalena. **Gênero e sexualidade**: formação de educadoras/es. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. (Série Cadernos da Diversidade).

TIPOS de abuso sexual de crianças e adolescentes. **Childhood Brasil**, São Paulo, 11 set. 2019. Disponível em: <<https://www.childhood.org.br/tipos-de-abuso-sexual-de-criancas-e-adolescentes>>. Acesso em: 19 set. 2021.

TRINDADE, Eliika; BRUNS, Maria Alves Toledo. **Adolescentes e paternidade, um estudo fenomenológico**. Ribeirão Preto: Holos, 1999.

TUMELERO, Naína. Plataforma Sucupira: conheça as funcionalidades dessa ferramenta de atualização de informações acadêmicas. **Mettzer**, [s.l.], 11 set. 2019. Disponível em: <<https://blog.mettzer.com/plataforma-sucupira/>>. Acesso em: 21 ago. 2021.

USSEL, Jos van. **Repressão sexual**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

VALENTE, Ana Lúcia. **Educação e diversidade cultural**: um desafio na atualidade. São Paulo: Moderna, 1999.

VYGOTSY, Lev Semenovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

## APÊNDICES

### APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Gostaríamos de convidá-lo/a a participar da pesquisa intitulada “**A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL I, COMO FORMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS**”, que faz parte do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) e é orientada pela Dra. Prof.<sup>a</sup> Eliane Rose Maio. O **objetivo** da pesquisa é problematizar as práticas pedagógicas existentes na escola em relação à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças. Para isto, a **sua participação** será por meio da realização de Grupo Focal, a ser realizado em dia, local e horário ajustados com antecedência. Informamos que poderão ocorrer os **riscos/desconfortos** a seguir: salientando que por se tratar de questões em torno de gênero e sexualidade humana, e abuso sexual infantil, os/as participantes podem se sentir desconfortáveis ou constrangidos/as, porém, afirma-se que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo ainda a garantia de que se não quiser responder por sentir-se desconfortável, poderá desistir e retirar-se da pesquisa no momento em que lhe for mais oportuno. Sobre os **benefícios**, esperamos que a pesquisa viabilize um espaço de fala para os/as participantes, propagando conhecimentos sobre o assunto, pois acreditamos que disseminar tais discussões, contribua para amenização das desigualdades e preconceitos vigentes na sociedade. Com relação às garantias mínimas, evidencia-se a **garantia** de que danos previstos serão evitados. Evidenciamos que sua participação não implica em nenhuma forma de ressarcimento ou indenização. Os resultados da pesquisa serão divulgados na minha dissertação e em eventos e publicações científicas com a garantia de absoluto sigilo para assegurar a privacidade dos/as participantes quanto os dados confidenciais envolvidos na pesquisa. As entrevistas serão gravadas e as informações obtidas serão usadas apenas para fins científicos (de acordo com as diretrizes éticas e normas regulamentadoras estabelecidas na Resolução CNS nº 196, de 10 de outubro de 1996). Após o término da pesquisa, os registros em formato de áudio serão descartados. Salientamos que, conforme orientações expressas no documento “Orientações para condução de pesquisas e atividade dos CEP durante a pandemia provocada pelo Coronavírus SARS-COV-2 (COVID-19)” (2020), como medida de prevenção e preservação da integridade dos participantes e da equipe de pesquisa, serão realizados todos os protocolos de cuidados referentes ao Coronavírus (COVID-19). Em caso de dúvidas ou necessidade de mais esclarecimentos, pode nos contatar nos endereços abaixo ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da UEM, cujo endereço consta deste documento. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, campos específicos, pelo pesquisador e por você, solicitamos que sejam rubricadas todas as folhas deste documento. Isto deve ser feito por ambos, (pela pesquisadora e por você) de modo a garantir o acesso ao documento completo.

Eu, \_\_\_\_\_, declaro que fui devidamente esclarecido/a e concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa coordenada pela Professora Dra. Eliane Rose Maio.

\_\_\_\_\_  
Assinatura ou impressão datiloscópica

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

Eu, Berivalda de Jesus do Prado Sachi, declaro que forneci todas as informações referentes ao projeto de pesquisa supranominado.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_.

Qualquer dúvida com relação à pesquisa poderá ser esclarecida com a pesquisadora, conforme o endereço abaixo:

Coordenadora: **Eliane Rose Maio**

Endereço: Av. Colombo, 5790 – Maringá-Paraná

Telefone/e-mail: (44) 3011 - 4887 – elianerosemaio@yahoo.com.br

Nome: **Berivalda de Jesus do Prado Sachi**

Endereço: Rua Caicó, 12 – Astorga-Paraná.

Telefone/e-mail: (44) 99924-8977 – berivaldaprado@gmail.com

Qualquer dúvida com relação aos aspectos éticos da pesquisa poderá ser esclarecida com o Comitê Permanente de Ética em Pesquisa (COPEP) envolvendo Seres Humanos da UEM, no endereço abaixo:

COPEP/UEM Universidade Estadual de Maringá.

Av. Colombo, 5790. Campus Sede da UEM.

Bloco da Pró – Reitoria de Pesquisa e Pós – Graduação (PPG) da UEM.

Bairro Jardim Universitário. CEP 87020-900. Maringá-Pr.

Tel: (44) 3011-4597

Fax: (44) 3011-4444

E-mail: copep@uem.br

## **APÊNDICE B – Grupo Focal: Roteiro de questões estruturadas e semiestruturadas utilizadas no desenvolvimento do debate**

### **1ª sessão – Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate**

- Quando vocês ouvem a seguinte frase: educação em sexualidade no ambiente escolar do ensino fundamental I, prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças, o que lhes vem à cabeça?
- O que você já sabe sobre essa temática? Onde e como você aprendeu sobre isso?
- Para você, o que é violência sexual?
- Violência sexual e estupro são a mesma coisa? Explique.
- Os temas “gênero e sexualidade” são temas presentes no planejamento de suas aulas? Se sim, como você os trabalha? Se não, por que você não os trabalha?
- Você entende ser necessário trabalhar a educação em sexualidade no ensino fundamental I? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- Na escola em que você trabalha, já houve casos de violência sexual? Como você tomou conhecimento? Como o caso foi tratado?
- Na sua formação inicial e continuada, você teve alguma disciplina/palestra lhe orientando sobre a necessidade de se trabalhar a educação em sexualidade no ambiente escolar? Se sim, descreva.
- Você tem filhos/as, sobrinhos/as nessa idade escolar? Você fala com eles/as sobre sexualidade?
- Você se considera uma pessoa “educada” sexualmente? De quem você recebeu essa educação? Descreva.
- Como você define gênero, sexo e sexualidade?
- Você pensa ser possível a educação em sexualidade estar entrelaçada com cultura e religião? Explique.

### **2ª sessão – Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate**

- O que vocês sentiram (qual sensação) ao assistir a esse documentário sobre violência sexual infantil?
- Vocês acham que as informações expostas no documentário “Abuso Sexual: dos traumas da infância às dificuldades emocionais da vida adulta” acontecem na realidade?
- De que forma vocês compreendem a violência sexual?
- Como a educação em sexualidade poderia contribuir para o enfrentamento da violência sexual?
- De que forma a escola pode trabalhar a educação em sexualidade para o enfrentamento da violência sexual?
- Vocês acham que há a possibilidade de se trabalhar essa educação em família? Se sim, como? Se não, por quê?

- Vocês acham que haverá resistência em desenvolver essa educação na família? Se sim, quais?

### **3ª sessão – Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate**

- Você sabe o que se comemora no dia 18 de maio?
- Você já ouviu falar do caso Araceli Cabrera Sanchez Crespo? Se sim, o que ouviu?
- Você acha que haverá resistência para trabalhar esse tema na escola? Se sim, por parte de quem? Como desconstruir essa resistência?

### **4ª sessão – Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate**

- Quem poderia produzir materiais sobre a prevenção da violência sexual?
- Poderia haver parcerias para confecção desse material? Com quem?
- O que vocês pensam que falta para a construção desse tipo de material?

### **5ª sessão – Questões direcionadas semiestruturadas e questões estruturadas para o desenvolvimento do debate**

- Depois de fazer esse curso, sua visão sobre o ensino da educação em sexualidade em sala de aula mudou? Caso sim, como?
- Houve pontos positivos nesse curso? Quais?
- Houve pontos negativos nesse curso? Quais?
- Pontue o que você aprendeu nesse curso, que não sabia antes?
- Você acredita que suas aulas poderão ser acrescidas de conteúdos sobre o ensino da educação em sexualidade?

**APÊNDICE C – Questionário referente ao perfil dos/as participantes**

- 1) Pseudônimo:
- 2) Idade:
- 3) Gênero: Masculino (  ) Feminino (  )
- 4) Estado civil:
- 5) Você tem filhos/as? (  ) Sim (  ) Não Quantos/as? Qual é a idade deles/as?
- 6) Qual é sua religião?
- 7) Qual é a média da renda mensal de sua família? Assinale sua situação socioeconômica conforme as alternativas abaixo:
  - a) (  ) Entre 1 e 2 salários mínimos.
  - b) (  ) Entre 2 e 3 salários mínimos.
  - c) (  ) Entre 3 e 4 salários mínimos.
  - d) (  ) Entre 4 e 5 salários mínimos.
  - e) (  ) Acima de 5 salários mínimos.
- 8) Qual é a função que você desenvolve na escola?
- 9) Há quanto tempo você leciona no Ensino Fundamental I?

## ANEXOS

### ANEXO A – Carta de aceite do COPEP



#### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

##### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** EDUCAÇÃO SEXUAL NO AMBIENTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL I: PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS

**Pesquisador:** Eliane Rose Maio

**Área Temática:**

**Versão:** 4

**CAAE:** 43749221.2.0000.0104

**Instituição Proponente:** Universidade Estadual de Maringá

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

##### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 4.726.438

##### Apresentação do Projeto:

Trata-se de resposta à pendência existente no parecer nº 4.698.880 de 07/05/2021, no projeto coordenado pela professora Eliane Rose Maio, vinculada à Universidade Estadual de Maringá.

##### Objetivo da Pesquisa:

Problematizar as práticas pedagógicas de professores/as do Ensino Fundamental I, em relação à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças, do município de Astorga-PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá.

##### Objetivo Secundário:

- Possibilitar a reflexão, por meio do grupo focal, com educadores/as das Instituições de Ensino, sobre o tema Educação Sexual no Ensino Fundamental I;
- Abordar e explorar possíveis formas e metodologias para se trabalhar esses conhecimentos em disciplinas como: Geografia; História; Língua portuguesa e Matemática.
- Tensionar os estudos da Educação Sexual para a formação completa do ser humano.

##### Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Pesquisadora informa que por se tratar de questões em torno de gênero e sexualidade humana, e abuso sexual infantil, os/as participantes podem se sentir desconfortáveis ou constrangidos/as, porém, afirma-se que o teor das perguntas preza pelo respeito, havendo ainda a garantia de que

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 4.726.438

se não

quiser responder por sentir-se desconfortável, poderá desistir e retirar-se da pesquisa no momento em que lhe for mais oportuno.

Benefícios: Esperamos que a pesquisa viabilize um espaço de fala para os/as participantes, propagando conhecimentos sobre o assunto, pois acreditamos que disseminar tais discussões, contribua para amenização das desigualdades e preconceitos vigentes na sociedade.

**Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:**

Esta pesquisa tem por objetivo geral problematizar as práticas pedagógicas de professores/as do Ensino Fundamental I, em relação à prevenção e ao enfrentamento da violência sexual contra crianças, do município de Astorga-PR e de seus três distritos: Içara, Santa Zélia e Tupinambá. A pesquisa é de cunho qualitativo, com a aplicação de Grupo Focal que será composto por profissionais da educação, totalizando 10 pessoas. Os encontros serão previamente agendados em datas e horários pré-definidos. Esses encontros acontecerão no formato de Curso de extensão, em que serão realizados 05 encontros de 02 horas cada, totalizando 10 horas. A coleta de dados será feita por meio de anotações escritas, que posteriormente, serão transcritas e dispostas em eixos de análise. A fundamentação teórica baseia-se nos Estudos de Gênero e Sexualidade. Diante disso, há a necessidade de analisarmos minuciosamente as questões que tratam a respeito da Educação Sexual na formação inicial e continuada dos/as educadores/as, já que é no ambiente escolar que recebemos educação formal e sistematizada. Portanto, para desenvolver esse trabalho, utilizaremos a análise bibliográfica de diversos/as autores/as, como fundamentação da metodologia que será utilizada para desenvolver esse projeto. Levando em consideração a importância da metodologia e sua fundamentação teórica, além da pesquisa bibliográfica, utilizaremos a metodologia da coleta de dados, com alguns/mas professores/asa partir de conhecimentos pré-existentes, da análise em sala de aula para verificarmos o comportamento dos/as professores/as nas aulas com o tema Educação Sexual, essa coleta de dados, certamente enriquecerá a pesquisa que será desenvolvida, a partir desse projeto. Para Lima e Miotto (2007, p. 43), a pesquisa bibliográfica é um procedimento metodológico importante na produção do conhecimento científico capaz de gerar, especialmente em temas pouco explorados, a postulação de hipóteses ou interpretações que servirão de ponto de partida para outras pesquisas. Enfim, o que pretendemos é que por meio do desenvolvimento dessa pesquisa, consigamos despertar nas pessoas envolvidas com a educação escolar, mais interesse pelo tema exposto, para que se

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 4.726.438

possam perpassar as barreiras existentes, e se crie um enfrentamento das questões relacionadas à Educação Sexual na infância, de modo a conduzi-las para situações de aprendizados que lhes permitam serem pessoas de atitudes mais humanizadas, mais conscientes e menos preconceituosas em relação a si próprias e ao seu próximo. Orçamento financeiro no valor de R\$100,00, sob responsabilidade da pesquisadora e cronograma exequível.

**Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:**

Pesquisadora, apesar de ter respondido que anexou o arquivo "ferramenta de pesquisa contendo questionário ou perguntas norteadoras" na plataforma, o mesmo não foi encontrado, nem justificou a ausência do arquivo. Foram avaliados os documentos anexados e abaixo listados: PB\_INFORMAÇÕES\_BÁSICAS\_DO\_PROJETO\_1706621.pdf; resposta.pdf - com data de 20/04/2021; pendencias.pdf - com data de 29/03/2021; tcle.pdf; Sofientini.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal Alfredo Sofientini, Astorga/PR; Monsenhor.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal Monsenhor Celso, Astorga/PR; joaofreire.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal João Freire de Carvalho, Astorga/PR; joaodaniel.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal João Daniel Beneti Machado, Astorga/PR; Celestina.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal Maria Celestina Machado, Astorga/PR; Bonini.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal Alberto Bonini, Astorga/PR; Balaroti.pdf - Autorização da diretora da Escola Municipal Antenor Balarotti, Astorga/PR; amabile.pdf - Autorização da diretora da Escola Amabile Tonetto Pozzobon, Astorga/PR; folhaderosto.pdf - assinada pela coordenadora do PPE/UEM; autorizacao.pdf - Assinada por Camila Rosa, diretora do departamento de educação de Astorga/PR; projeto.pdf.

**Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:**

Levando em consideração que a pendência foi sanada de forma adequada, não havendo óbice ético e considerando as normativas vigentes, este Comitê se manifesta pela APROVAÇÃO do protocolo de pesquisa em tela. Alerta-se sobre a necessidade de apresentar relatório final de pesquisa no máximo 30 dias após o término da pesquisa.

**Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:**

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
----------------	---------	----------	-------	----------

Endereço: Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
 Bairro: Jardim Universitário CEP: 87.020-900  
 UF: PR Município: MARINGÁ  
 Telefone: (44)3011-4597 Fax: (44)3011-4444 E-mail: copep@uem.br



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE  
MARINGÁ



Continuação do Parecer: 4.726.438

Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1706621.pdf	11/05/2021 10:21:40		Aceito
Outros	questionario.pdf	11/05/2021 10:21:19	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	resposta1.pdf	11/05/2021 10:20:55	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	resposta.pdf	20/04/2021 13:11:59	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	pendencias.pdf	29/03/2021 10:50:54	Eliane Rose Maio	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle.pdf	29/03/2021 10:49:38	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Sofientini.pdf	23/02/2021 18:06:04	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Monsenhor.pdf	23/02/2021 18:05:53	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	joaofreire.pdf	23/02/2021 18:05:38	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	joodaniel.pdf	23/02/2021 18:05:24	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Celestina.pdf	23/02/2021 18:05:11	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Bonini.pdf	23/02/2021 18:04:59	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	Balaroti.pdf	23/02/2021 18:04:47	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	amabile.pdf	23/02/2021 18:04:23	Eliane Rose Maio	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	22/02/2021 13:39:47	Eliane Rose Maio	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	22/02/2021 10:54:44	Eliane Rose Maio	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	projeto.pdf	22/02/2021 10:52:45	Eliane Rose Maio	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br



Continuação do Parecer: 4.726.438

MARINGÁ, 21 de Maio de 2021

---

**Assinado por:**  
**Tania Regina dos Santos Soares**  
**(Coordenador(a))**

**Endereço:** Av. Colombo, 5790, UEM-PPG, sala 4  
**Bairro:** Jardim Universitário **CEP:** 87.020-900  
**UF:** PR **Município:** MARINGÁ  
**Telefone:** (44)3011-4597 **Fax:** (44)3011-4444 **E-mail:** copep@uem.br

## ANEXO B – Instruções do jogo “Trilha da Proteção”

### Instruções

**Quantidade de jogadores:** 2 a 8 crianças (ou de 2 a 8 grupos)

**Indicação de faixa etária:** a partir dos 6 anos

**Duração do jogo:** de 20 a 30 minutos

Este jogo é um recurso a ser utilizado após a leitura do livro PIPO E FIFI: prevenção de violência sexual para crianças. A partir dos conhecimentos construídos por meio da leitura livro, esse jogo auxilia na organização do pensamento quanto aos conceitos de TOQUE DO SIM e TOQUE DO NÃO, busca de ajuda, identificação de situações de perigo e identificação de uma pessoa de confiança quando necessidade de ajuda.

### Objetivo

O objetivo do jogo é que a criança desenvolva conceitos e atitudes de proteção, auxiliando a diminuição da vulnerabilidade à violência sexual por meio da informação, do conhecimento do corpo, da busca de ajuda e da comunicação.

### Como jogar

Atenção: Para crianças de 6 a 8 anos, utilizar somente as cartas de perguntas ALARANJADAS pois apresentam conceitos mais simples e estão vinculadas às ilustrações do livro. Para crianças a partir de 9 anos, utilizar as cartas de perguntas ALARANJADAS e VERDES, pois acrescentam conceitos mais abstratos.

#### A dinâmica é bem simples:

- 1) Cada jogador joga o dado na sua vez da rodada e move as peças de acordo com o número obtido. Dois jogadores podem ocupar a mesma casa.
- 2) Ao chegar na casa, o adulto deve ler e ajudar a criança a cumprir a ação descrita na casa. Pontos de interrogação se referem às cartinhas que devem ser respondidas. Se não houver texto na casa, apenas se permanece na casa onde parou.
- 3) Se o jogador parar numa casa de pergunta, deve tirar uma carta da pilha. O adulto lê o enunciado para a criança responder. Cada resposta certa significa que ele poderá avançar na próxima rodada. Se a resposta estiver errada, o jogador ficará na casa de pergunta e retirará uma nova carta na próxima rodada ao invés de jogar o dado.
- 4) As cartas alaranjadas contendo ilustração são para a criança responder se a imagem se refere ao toque do sim ou ao toque do não.
- 5) As casas-curinga fazem avançar 3 casas: CONSELHO TUTELAR, DISQUE 100, ESCOLA, DELEGACIA, PESSOA DE CONFIANÇA
- 6) Está protegido quem chegar na última casa, a PROTEÇÃO.

Atenção: esse não é um jogo competitivo. Não existe ganhador. Todos os jogadores devem chegar na proteção. Alguns chegarão com mais rapidez do que outros, o que não significa que haja um ganhador ou perdedor. Na vida, cada um

tem seu tempo também. Dessa forma, o adulto deve facilitar a percepção da criança sobre esse conceito.

Qualquer dúvida sobre esse material, entre em contato:  
**[www.pipoefifi.com.br](http://www.pipoefifi.com.br)**